

RELATÓRIO DE GESTÃO DA ANP 2019



anp
Agência Nacional
do Petróleo,
Gás Natural e Biocombustíveis



RELATÓRIO DE GESTÃO DA ANP 2019

RELATÓRIO DE GESTÃO DA ANP 2019

Março, 2020

DIRETOR-GERAL

José Gutman (Diretor-Geral interino)

DIRETORES

Marcelo Paiva de Castilho Carneiro (Diretor substituto)

Dirceu Cardoso Amorelli Junior

Felipe Kury

José Cesário Cecchi

ELABORAÇÃO PELA SECRETARIA EXECUTIVA

José Gutman – Secretário Executivo

Sergio Alonso Trigo – Subsecretário Executivo

Rafael de Oliveira Salgado – Coordenador de Gestão Estratégica de Projetos e Processos Organizacionais

Marcelo Jesus Gonçalves Ribeiro – Assessor Técnico

Patricia Mannarino Silva – Coordenadora de Qualidade Regulatória

Ciro Correia Rebelo Filho – Coordenador de Gestão de Riscos e Integridade

Ricardo Furtado – Especialista em Regulação

Raphael Borges Rodrigues – Analista Administrativo

Relatório de Gestão do exercício de 2019 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da [Decisão Normativa TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019](#).

SUMÁRIO

1.	MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO	12
2.	VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	14
2.1.	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	14
2.2.	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	15
2.3.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	20
2.4.	MODELO DE NEGÓCIOS.....	22
2.5.	AMBIENTE EXTERNO	26
2.6.	MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	29
3.	ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA.....	31
3.1.	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	31
3.2.	APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	32
4.	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES	34
4.1.	HISTÓRICO RECENTE DA GESTÃO DE RISCOS NA ANP.....	34
4.2.	MODELO DE GESTÃO DE RISCOS.....	36
4.3.	ATIVIDADES DA GESTÃO DE RISCO PARA 2020	36
5.	RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	38
5.1.	CADEIA 1: REGULAÇÃO	38
5.2.	CADEIA 2: OUTORGA E CONTRATAÇÃO	50
5.3.	CADEIA 3: FISCALIZAÇÃO	59
5.4.	CADEIA 4: ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS	74
5.5.	CADEIA 5: GESTÃO DAS INFORMAÇÕES.....	84
6.	DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO.....	89
6.1.	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	89
6.2.	GESTÃO DE PESSOAS.....	101
6.3.	GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	110
6.4.	GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	112
6.5.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	114
6.6.	GESTÃO DE CUSTOS	120
6.7.	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	120
7.	INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	122
7.1.	RESUMO E PRINCIPAIS FATOS DA SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL	122
7.2.	AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS	126
7.3.	NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS ADOTADAS	128
7.4.	O SETOR DE CONTABILIDADE DA ANP	128
7.5.	CONCLUSÕES DE AUDITORIA FINANCEIRA E CONTÁBIL	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB - Agência Espacial Brasileira
AIP - Acordo de individualização da produção
AIR - Análise de Impacto Regulatório
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres
API - Conjunto de rotinas e padrões de programação
ASI - Sistema de gestão de patrimônio da ANP
BDEP - Banco de Dados de Exploração e Produção
BI - “Business Intelligence”, acrônimo em inglês para inteligência de negócios
BMP - Boletim Mensal da Produção
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CCISE - Comissão de Coordenação de Implantação de Sistemas Espaciais
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEO - “Chief Executive Officer”, acrônimo em inglês para presidente de empresa
CF - Constituição Federal
CGU - Controladoria-Geral da União
CIP - Compromisso de individualização da produção
CMEEE - Comissão Especial da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro
CNPE - Conselho Nacional de Pesquisa Energética
CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COPPE - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
CPRM - Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
CTI - Comitê de TI
E&P - Exploração e Produção
EAD - Empresa de aquisição de dados
ENERGE - Centro de Estudos de Energia
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
GEO ANP - Portal de informações georreferenciadas da ANP
GLP - Gás Liquefeito de Petróleo
GNL - Gás Natural Liquefeito
GNLS - Guia Nacional de Licitações Sustentáveis
IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICR - Índice de Compromisso Regulatório
INSEAD - acrônimo em francês para Institut Européen d’Administration des Affaires, ou Instituto Europeu de Administração de Negócios (tradução livre)
LEN - Leilões de Energia Nova
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MBA - acrônimo em inglês para Master in Business Administration,
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MD - Ministério da Defesa
MGR - Metodologia de Gestão de Riscos da ANP
MME - Ministério de Minas e Energia
MP - Medida Provisória
NFSM - Notificações de Falha de Sistemas de Medição
P, D & I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PAD - Plano de Avaliação de Descoberta
PAT/OAT - Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Exploração
PD - Plano de Desenvolvimento
PDA - Plano de Dados Abertos
PDI - Plano de Descomissionamento de Instalações
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PE - Participação Especial
PEB - Programa Espacial Brasileiro
PEM - Programa Exploratório Mínimo
PESE - Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PGRCI - Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PML - Programa de Monitoramento de Lubrificantes
PMQC - Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis
PPSA - Pré-Sal Petróleo S.A.
PRGN - Preços de Referência do Gás Natural
PRH - Programa de Formação de Recursos Humanos
PRP - Preços de Referência do Petróleo
PTI - Plano de Trabalho Inicial
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RANP – Resolução ANP
RENOVABIO - Política Nacional de Biocombustíveis
RTDT - Regulamento Técnico de Dutos Terrestres
SEI - Sistema Eletrônico de Informações
SGIP - Sistema de Gerenciamento de Integridade de Poços
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SICOM - Sistema de Comunicação de Multas
SIMP - Sistema de Informações de Movimentação de Produtos
SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TAXIGOV - serviço de transporte administrativo de servidores
TC - Termo de Compromisso
TCU - Tribunal de Contas da União
TED - Termo de Execução Descentralizada
TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação
TPC - Tomada Pública de Contribuição
TRR - Transportador Revendedor Retalhista
TRR-NI - Transportador-Revendedor-Retalhista na Navegação Interior
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UG - Unidade de gestão
UGR - Unidade gestora responsável
UORG - Unidade organizacional
UPC - Unidade prestadora de contas
UPGN - Unidade de processamento de gás natural
UTE - Usina termelétrica
VPA - Variações patrimoniais aumentativas
VPD - Variações patrimoniais diminutivas

LISTA DE UNIDADES ORGANIZACIONAIS DA ANP

AIN - Assessoria de Inteligência
AUD - Auditoria
CPT - Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas
CRG - Corregedoria
DG - Diretoria-Geral
DIR 1 - Diretoria I
DIR 2 - Diretoria II
DIR 3 - Diretoria III
DIR 4 - Diretoria IV
EDF - Escritório-Sede
GAB - Gabinete do Diretor-Geral
NBH - Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Belo Horizonte
NDF - Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento do Distrito Federal
NFP - Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural
NGC - Núcleo de Gestão de Créditos
NMA - Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Manaus
NPA - Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Porto Alegre
NRFs - Núcleos Regionais de Fiscalização do Abastecimento
NRJ - Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento do Rio de Janeiro
NSA - Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de Salvador
NSP - Núcleo Regional de Fiscalização do Abastecimento de São Paulo
OUV - Ouvidoria
PRG - Procuradoria Federal junto à ANP
SBQ - Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos
SCI - Superintendência de Comunicação e Relações Institucionais
SCL - Superintendência de Conteúdo Local
SDB - Superintendência de Definição de Blocos
SDL - Superintendência de Distribuição e Logística
SDP - Superintendência de Desenvolvimento e Produção
SDR - Superintendência de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica
SDT - Superintendência de Dados Técnicos
SEC - Secretaria Executiva
SEP - Superintendência de Exploração
SFI - Superintendência de Fiscalização do Abastecimento
SFO - Superintendência de Gestão Financeira e Orçamentária
SGA - Superintendência de Gestão Administrativa e Aquisições
SGP - Superintendência de Gestão de Pessoas e do Conhecimento
SIM - Superintendência de Infraestrutura e Movimentação
SPC - Superintendência de Produção de Combustíveis
SPD - Superintendência de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
SPG - Superintendência de Participações Governamentais
SPL - Superintendência de Promoção de Licitações
SSM - Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente
STI - Superintendência de Tecnologia da Informação

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1. Sumário dos pilotos de risco.....	35
Gráfico 2. Pedidos de isenção e ajustes em conteúdo local.....	45
Gráfico 3. Pedidos de isenção e ajustes concluídos.....	46
Gráfico 4. Autorizações de instalações.....	57
Gráfico 5. Vistorias para outorga de autorização.....	57
Gráfico 6. Autorizações de operação de instalações de armazenamento e distribuição.....	59
Gráfico 7. Fiscalizações dos compromissos de conteúdo local de 2009 a 2019.....	66
Gráfico 8. Fiscalizações da medição da produção.....	67
Gráfico 9. Percentual de conformidades no PML.....	71
Gráfico 10. Presença de marcador em amostras de gasolina – PMQC.....	72
Gráfico 11. Índice de conformidade de combustíveis.....	73
Gráfico 12. Notificações de descobertas.....	75
Gráfico 13. Poços exploratórios concluídos.....	75
Gráfico 14. Histórico de poços exploratórios concluídos de 1999 a 2019.....	75
Gráfico 15. Acordos e Compromissos de individualização da produção.....	76
Gráfico 16. Análises de planos de desenvolvimento.....	77
Gráfico 17. Volume de produção validado após fiscalização da medição.....	77
Gráfico 18. Recálculo da produção para efeito de pagamento de royalties.....	78
Gráfico 19. Notificações de falha de medição da produção.....	78
Gráfico 20. Credenciamentos e atualizações.....	80
Gráfico 21. Projetos de PD&I autorizados.....	81
Gráfico 22. Análises de projetos por agente regulado.....	81
Gráfico 23. Cronograma do projeto de dados abertos.....	87
Gráfico 24. Valor total empenhado em 2019.....	89
Gráfico 25. Valor total pago em 2019.....	90
Gráfico 26. Evolução da arrecadação de multas.....	99
Gráfico 27. Histórico de parcelamentos homologados de 2008 a 2019.....	100
Gráfico 28. Histórico do volume financeiro homologado de 2008 a 2019.....	100
Gráfico 29. Força de trabalho da ANP.....	101
Gráfico 30. Faixa salarial dos servidores.....	101
Gráfico 31. Distribuição de servidores por gênero.....	102
Gráfico 32. Quantitativo de servidores por faixa etária.....	103
Gráfico 33. Resultado a avaliação de desempenho de servidores.....	105
Gráfico 34. Resultado da promoção e progressão de servidores.....	106
Gráfico 35. Quantitativo de servidores por tempo de serviço.....	106
Gráfico 36. Perfil de escolaridade dos servidores.....	107
Gráfico 37. Investimentos em gestão de pessoas - empenho e execução.....	107
Gráfico 38. Cursos de longa duração com início em 2019 - Investimentos por natureza.....	108
Gráfico 39. Cursos de longa duração com início em 2019 - Participações por natureza.....	108
Gráfico 40. Cursos de longa duração concluídos em 2019 - Investimentos por natureza.....	108
Gráfico 41. Cursos de longa duração concluídos em 2019 - Participações por natureza.....	109
Gráfico 42. Contratações do Escritório Central.....	110
Gráfico 43. Execução das despesas de TI empenhadas.....	115

Gráfico 44. Investimentos realizados de TI	116
Gráfico 45. Perfil das despesas de TI empenhadas	116
Gráfico 46. Perfil dos principais itens liquidados – despesas correntes	124
Gráfico 47. Distribuição de custos por tipo de despesa global	126
Gráfico 48. Perfil das despesas finalísticas empenhadas.....	127
Gráfico 49. Distribuição dos custos por área de suporte administrativo	127
Tabela 1. Projetos estratégicos	32
Tabela 2. Atividades da Gestão de Risco em 2019	35
Tabela 3. Atividades da Gestão de Risco para 2020	37
Tabela 4. Bacias estudadas para inclusão em rodadas de licitações	51
Tabela 5. Autorizações concedidas.....	58
Tabela 6. Índice de cobertura de fiscalização em instalações de E&P	60
Tabela 7. Auditorias previstas e realizadas	60
Tabela 8. Índice de realização de auditorias	61
Tabela 9. Índice de cobertura de fiscalização de segurança operacional	61
Tabela 10. Fiscalizações de exploração realizadas	64
Tabela 11. Índice de realização de fiscalizações da fase de exploração	64
Tabela 12. Ações de fiscalização em campos de produção	65
Tabela 13. Índice de realização de fiscalização em campos de produção	65
Tabela 14. Índice de realização da fiscalização da medição da produção	67
Tabela 15. Auditorias realizadas e pendentes em refinarias	68
Tabela 16. Ações de fiscalização em produtores de biodiesel, biometano, etanol, refinarias e UPGNs....	68
Tabela 17. Ações de fiscalização em terminais, unidades de compressão e dutos.....	69
Tabela 18. Ações de fiscalização do abastecimento.....	70
Tabela 19. Dados referentes a blocos durante a fase de exploração.....	74
Tabela 20. Pagamentos efetuados de royalties.....	79
Tabela 21. Pagamentos efetuados de participação especial	79
Tabela 22. Apuração de royalties realizada oriunda de ocupação e/ou retenção de áreas licitadas.....	79
Tabela 23. Pagamentos efetuados a proprietários de terras – quantidade por UF	79
Tabela 24. Temas dos programas selecionados no PRH.....	82
Tabela 25. Dotação e execução de despesas por agregador 2019 x 2018	90
Tabela 26. Despesas por grupo 2019 x 2018	92
Tabela 27. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	93
Tabela 28. Execução financeira por programa e ação orçamentária.....	94
Tabela 29. Receita orçamentária líquida	96
Tabela 30. Acompanhamento da arrecadação de multas - quantidade	98
Tabela 31. Acompanhamento da arrecadação de multas - valores.....	98
Tabela 32. Acompanhamento da arrecadação de multas – arrecadação efetiva.....	99
Tabela 33. Distribuição dos servidores por etnia	102
Tabela 34. Quantitativo de servidores com deficiência	103
Tabela 35. Dotação e execução de despesas com pessoal.....	104
Tabela 36. Servidores capacitados em 2019	107
Tabela 37. Quantitativo de aquisições por tipo de compra	111
Tabela 38. Contratos de locação.....	113

Tabela 39. Resultado Financeiro.....	122
Tabela 40. Resultado orçamentário	123
Tabela 41. Evolução da receita por espécie	123
Tabela 42. Despesas empenhadas.....	123
Tabela 43. Principais itens liquidados.....	124
Tabela 44. Variações patrimoniais.....	125
Tabela 45. Resultado de caixa e equivalentes de caixa	125
Tabela 46. Resultado de caixa e equivalentes de caixa – outros bancos	126
Tabela 47. Servidores do setor de contabilidade	128
Figura 1. Missão, Visão e Valores.....	14
Figura 2. Organograma	19
Figura 3. Estrutura de governança	21
Figura 4. Atribuições	22
Figura 5. O mercado regulado.....	23
Figura 6. Cadeias de Valor.....	24
Figura 7. Detalhamento das Cadeias de Valor	25
Figura 8. Rodadas de Licitações em 2019	28
Figura 9. Temas de materialidade	29
Figura 10. Detalhamento da materialidade.....	30
Figura 11. Planejamento Estratégico.....	31
Figura 12. Painel de Integridade Pública CGU	34
Figura 13. Cadeias de Valor finalísticas.....	38
Figura 14. Ações da Agenda Regulatória por situação	40
Figura 15. Avanços recentes na legislação.....	52
Figura 16. Resultados das Rodadas de Licitações em 2019.....	52
Figura 17. Processo de Oferta Permanente	53
Figura 18. 1º Ciclo de Oferta Permanente Realizado.....	54
Figura 19. 16ª Rodada de Licitações	55
Figura 20. Rodadas de Licitações planejadas para o biênio 2020-2021	56
Figura 21. Tela do painel dinâmico de produção	84
Figura 22. Painel de monitoramento da CGU para dados abertos.....	88
Figura 23. Tela do portal GeoANP	88
Figura 24. Modelo de Governança de TI.....	114

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

O ano de 2019 foi singular e decisivo para assegurar as grandes transformações que os setores regulados pela ANP esperavam. Tais transformações foram possíveis graças à combinação acertada de decisões de política energética e mudança de foco nas ações voltadas ao ambiente regulatório. Já não seria exagero tal afirmativa se considerássemos apenas os números recordes alcançados nas quatro rodadas de licitações promovidas no ano que passou. Definitivamente, o país elevou-se de patamar e aproximou-se do seleto grupo de grandes produtores de petróleo e gás do mercado internacional.

Nas quatro rodadas de licitações planejadas e autorizadas pelo CNPE, foram alcançados cerca de R\$ 84 bilhões de arrecadação em bônus de assinatura, com investimentos exploratórios mínimos de mais de R\$ 2 bilhões. Sob o regime de concessão, o 1º Ciclo da Oferta Permanente representou um novo paradigma para as licitações que seguem esse modelo. A 16ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios, por sua vez, assegurou a maior oferta de bônus de assinatura da história das rodadas de concessão. Sob o regime de partilha de produção, além da 6ª Rodada de Licitações, foi realizada a Rodada de Licitação do Excedente da Cessão Onerosa, que, após anos de complexas negociações, assegurou o maior valor já pago em bônus de assinatura, R\$ 70 bilhões.

Em termos de arrecadação, além das rodadas de licitações, 2019 também foi um bom ano. A ANP apurou R\$ 23,48 bilhões oriundos de pagamento de royalties pelos concessionários e R\$ 31,49 bilhões de participação especial, distribuídos, direta e indiretamente, à União, aos estados e aos municípios.

No downstream, a estrutura do programa RenovaBio foi concluída. As primeiras firmas inspetoras foram credenciadas e as emissões de créditos de descarbonização (CBIOS), iniciadas. A publicação, dentro do prazo, da regulamentação voltada à individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa garantiu o início efetivo do programa, conforme esperado pelo mercado. Ainda com relação à qualidade de combustíveis, a gasolina, dentre outros produtos, teve sua especificação revisada. A alteração nos limites de alguns de seus parâmetros considerou o grau relevância no desenvolvimento de motores mais eficientes e o atendimento dos atuais requisitos de consumo de combustível e de níveis de emissões progressivamente mais rigorosos.

Com vistas a reduzir a assimetria de informações e proteger os interesses do consumidor, foram publicados, em 2019, regulamentos que trouxeram maior transparência no acesso a dados dos mercados de gás natural e de derivados.

A gestão interna da ANP também foi modernizada, prestigiando a simplificação administrativa e o aumento da transparência. As reuniões da diretoria passaram a ser transmitidas ao vivo e abertas ao público. A publicação da [Resolução ANP nº 77, de 5 de abril de 2019](#), que regulamenta a atividade de comércio exterior, permitiu a revogação de 23 Resoluções.

Esses são apenas alguns dos resultados apresentados no presente relatório e deixam a certeza de que foram dados os principais passos para a criação de um mercado aberto, dinâmico e competitivo nos setores regulados.

Finalmente, é muito importante ressaltar que tudo isso somente foi possível devido ao esforço e dedicação dos servidores e colaboradores, que sempre se empenham para cumprir a missão institucional da Agência. Para 2020, fica a certeza de que, com seu corpo técnico e administrativo, a ANP será capaz de manter essa trajetória de sucesso e estará pronta para os novos desafios que se apresentarão.

O processo de construção do relatório de gestão da ANP foi realizado a partir da aplicação do pensamento coletivo, focando na geração de valor, tanto para as áreas finalísticas como as de suporte, para garantia da missão institucional da ANP. Foram realizadas reuniões prévias à preparação deste relatório para captação dos resultados de gestão, assim como foram identificados os temas de materialidade e agrupados os relatos pelas cadeias de valor da ANP. Ainda, o Relatório de Gestão 2019 da ANP traz as peças obrigatórias conforme solicitado pela [Decisão Normativa TCU nº 178, de 23 de outubro de 2019](#). A construção do relatório de forma participativa e baseado nas cadeias de valor da ANP, assim como a apresentação das peças obrigatórias, garante sua integridade.

JOSÉ GUTMAN

DIRETOR-GERAL INTERINO

2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Finalidade e Marcos Legais da ANP

A ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - tem a finalidade de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. Sua competência institucional está estabelecida na [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#) (Lei do Petróleo), regulamentada pelo [Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998](#).

Desde a edição da Lei do Petróleo, as competências da ANP foram ampliadas por meio de outros dispositivos legais. Além de atribuições quanto à regulação do biodiesel, introduzidas no ano de 2005, por meio da [Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005](#), no período de 2009 a 2011, a Lei do Petróleo foi alterada para atribuir à ANP novas competências relativas ao gás natural ([Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009](#)), ao marco legal da exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos ([Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010](#), [Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010](#), [Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010](#)) e aos biocombustíveis ([Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011](#)).

Atualmente, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entidade que integra a Administração Federal indireta, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e submetida ao regime autárquico especial, é o órgão encarregado de regular não somente a indústria do petróleo e seus derivados, mas também as indústrias do gás natural e dos biocombustíveis, atuando nos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás natural, distribuição de royalties e participações especiais, refino, processamento de gás natural, produção de biodiesel, transporte e armazenamento, distribuição e revenda de combustíveis, monitoramento da qualidade de combustíveis e levantamento de preços.

Figura 1. Missão, Visão e Valores

MISSÃO	Regular as atividades econômicas das indústrias do petróleo, do gás natural, seus derivados, e dos biocombustíveis de forma transparente e efetiva, promovendo o interesse público e atraindo investimentos para o desenvolvimento do Brasil
VISÃO	Regular em prol do desenvolvimento e em benefício da sociedade
VALORES	ÉTICA AUTONOMIA PROFISSIONALISMO PREVISIBILIDADE TRANSPARÊNCIA COOPERAÇÃO COMPROMETIMENTO

Localização e Regionais

A ANP tem sede e foro no Distrito Federal, onde está localizado seu Escritório-Sede, Escritório Central na cidade do Rio de Janeiro (RJ), e unidades descentralizadas nas cidades de Manaus (AM), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada é o órgão máximo da ANP, composta por cinco diretores, entre os quais o Diretor-Geral, nomeados nos termos do art. 11, §2º, da [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#). As diretorias são assim identificadas:

Diretoria Geral – DG

José Gutman (RJ, 1973) é formado em Engenharia Elétrica pela UFRJ em 1995 e em Direito pela Universidade Cândido Mendes em 2005. Tornou-se Mestre em Planejamento Energético pela Coppe/UFRJ em 1998, completou a pós-graduação lato sensu em Direito da Regulação pelo IBMEC em 2020 e a especialização em Regulação, Concorrência e Reestruturação de Setores de Infraestrutura, pelo Instituto de Economia da UFRJ em 2000.



É servidor da ANP desde junho de 1999, quando foi contratado como servidor temporário para exercer a função de analista técnico. Em dezembro de 2005 tomou posse como servidor efetivo, após aprovação em concurso público, no cargo de Especialista em Regulação. De janeiro de 2005 até maio de 2013, atuou na Superintendência de Participações Governamentais como superintendente-adjunto (2005 a 2008) e como superintendente (2008 a 2013). Cumpriu 4 anos de mandato como diretor, de maio de 2013 a maio de 2017. Depois da diretoria, foi assessor do Diretor Geral (até 10 de abril de 2018), assessor técnico do Gabinete (até 10 de maio de 2018) e, desde então, é o Secretário Executivo da ANP.

José Gutman passou a exercer o cargo de Diretor-Geral interino da ANP, a partir de 28 de março de 2020, em substituição a Décio Oddone, exonerado a pedido em 17 de março.

Décio Fabricio Oddone da Costa (RS, 1960) é formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estudou engenharia de petróleo na Petrobras. Kursou o Advanced Management Program na Harvard Business School e o Advanced Management Programme no Insead – Institut Européen d'Administration des Affaires. Recebeu o título de doutor honoris causa em Educação da Universidad de Aquino, na Bolívia.



Participou da equipe da Petrobras pioneira na perfuração de poços de petróleo em águas profundas nos anos 1980. Trabalhou na Petrobras e subsidiárias no Brasil, Angola, Líbia, Bolívia e Argentina. Foi presidente da Petrobras Bolívia S.A. de 1999 a 2004.

De 2004 a 2008, foi Gerente Executivo responsável pelas atividades internacionais da Petrobras no Cone Sul. Foi conselheiro e posteriormente presidente do conselho de administração da Petrobras Energía S.A., empresa com sede na Argentina e atividades em diversos países da região, da Petrobras Energía Participaciones S.A., holding com ações negociadas nas bolsas de Buenos Aires e Nova Iorque, e conselheiro e presidente do conselho de administração de outras empresas do Sistema Petrobras.

Em fevereiro de 2008, tornou-se CEO - Chief Executive Officer da Petrobras Energía S.A. Foi conselheiro da Petrolera Entrelomas S.A. e presidente do conselho de administração da Innova S.A., empresa localizada no polo petroquímico de Triunfo, RS.

Entre fevereiro e maio de 2010, foi Assessor do Presidente da Petrobras. De maio de 2010 a maio de 2015, foi indicado pela Petrobras, vice-presidente de Investimentos da Braskem S.A. Foi conselheiro e presidente do Conselho de Administração da Braskem-Idesa S.A.P.I., joint-venture com a empresa mexicana Idesa que construiu um complexo petroquímico no México. Foi conselheiro da Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. e da Quantiq S.A.

Aposentado da Petrobras, ingressou na Prumo Logística S.A. em junho de 2015, como diretor de Projetos de Óleo e Gás, posição que deixou em novembro de 2016 para assumir a Diretoria-Geral da ANP.

Décio Oddone exerceu o cargo de Diretor-Geral da ANP no período de 23 de dezembro de 2016 a 17 de março de 2020.

Diretoria 1 – DIR1

Marcelo Castilho (RJ, 1976) é formado em geologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), possuindo pós graduação em geologia e geofísica de petróleo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Master Business Administration (MBA) na área de gerenciamento de projetos pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e, especialização na área de regulação com ênfase em energia pelo Instituto Econômico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Na iniciativa privada atuou como geólogo especialista em projetos de consultoria em óleo e gás e, em projetos de planejamento e exploração de minérios em empresa multinacional.

É servidor da ANP desde 2003, quando foi contratado para exercer a função de analista técnico na área de poços de petróleo. Em dezembro de 2005 tomou posse como servidor efetivo, após aprovação em concurso público, no cargo de Especialista em Geologia e Geofísica. Como servidor efetivo atuou por três anos (de 2005 a 2007) na Superintendência de Exploração (SEP) e por dez anos (de 2008 a 2018) na Superintendência de Promoção de Licitações (SPL/ANP), onde ocupou os cargos de assessor, superintendente adjunto e superintendente. Desde setembro de 2018, exerce o cargo de Superintendente de Desenvolvimento e Produção.

A partir de 29 de março de 2020, Marcelo Castilho passou a exercer o cargo de diretor substituto em substituição a Aurélio Amaral, cujo mandato encerrou-se em 28 de março.

Aurélio Cesar Nogueira Amaral (PI, 1967) formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (SP), em 1997. Exerceu a advocacia nas áreas de direito público, civil e trabalhista. Entre 2001 e 2004, foi assessor parlamentar, diretor de Departamento Técnico e chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação da Prefeitura de São Paulo.



Ingressou na ANP em 2009 exercendo a função de Assessor de Diretoria. Em 2010, assumiu a coordenação do Escritório Regional da ANP em São Paulo e em 2011 foi nomeado superintendente-adjunto de Fiscalização do Abastecimento.

A partir de dezembro de 2012, assumiu a Superintendência de Distribuição e Logística, que coordena a regulação do abastecimento nacional de derivados de petróleo e biocombustíveis, responsável por propor e revisar as normas do setor - composto de 140 mil agentes econômicos (rerrefinadores, produtores e coletores de óleo lubrificantes, distribuidores (combustíveis, solventes, GLP, asfalto, combustíveis de aviação), revendedores (TRRs, postos revendedores de líquidos, GLP) e consumidores (pontos de abastecimento e consumidores industriais de solventes). Em março de 2016, foi nomeado Diretor da ANP. Liderou a implementação do Programa RenovaBio, no âmbito da ANP, e do biometano no mercado de biocombustíveis. Ao longo de sua atuação na ANP, participou de diversos cursos e congressos no Brasil e no exterior, e de inúmeras vistorias, fiscalizações e visitas técnicas em instalações relacionadas ao setor de abastecimento nacional.

Aurélio Amaral exerceu o cargo de diretor da ANP no período de 28 de março de 2016 a 28 de março de 2020.

Diretoria 2 – DIR2

José Cesário Cecchi, (SP, 1956), é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Engenharia Nuclear pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) e Doutor em Engenharia de Produção pela mesma instituição.



Profissionalmente, por quase 30 anos, esteve envolvido com atividades relacionadas ao setor de energia em instituições privadas e públicas. Foi Coordenador Geral da Rio Ciência 92, evento paralelo à ECO 92, que reuniu a comunidade científica nacional e internacional. Foi Coordenador Adjunto do Centro de Estudos de Energia - ENERGE (1994 a 1997). Entre 1995 e 1998, foi Secretário Executivo da Comissão Especial da Matriz Energética do Estado do Rio de Janeiro - CEMEE.

Desde 1985, é funcionário de carreira do Instituto Nacional de Tecnologia (INT). A partir de 1998 foi cedido à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), inicialmente como Assessor de Diretor e, entre 1999 e outubro de 2017, como Superintendente de Comercialização e Movimentação de Petróleo, seus Derivados e Gás Natural, atual Superintendência de Infraestrutura e Movimentação.

No âmbito da academia, foi autor e coautor de artigos científicos, professor, membro de bancas de trabalhos de conclusão de curso de mestrado e doutorado. É Professor Adjunto no Departamento de Engenharia Mecânica da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro desde 2000.

Diretoria 3 – DIR3

Dirceu Cardoso Amorelli Junior (RJ, 1965) é doutor em Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pós-graduado em Engenharia de Petróleo com especialidade em Engenharia de Reservatórios pela Universidade Estadual de Campinas, e graduado em Engenharia Industrial Mecânica pelo Cefet/RJ. Mestre em Economia e com MBA em Finanças, ambos pelo Ibmec/RJ.

Servidor Público Federal, aprovado no concurso de 2005 para o cargo de Especialista em Regulação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), tendo ocupado os cargos de Superintendente das áreas de Abastecimento, atual Superintendência de Distribuição e Logística, de Dados Técnicos e de Exploração. Em novembro de 2017 foi nomeado Diretor da ANP.



Na iniciativa privada, atuou como executivo de logística em grandes corporações multinacionais, dentre elas a ALL Logística e a Ambev.

É autor e coautor de publicações e notas técnicas sobre temas relacionados a Engenharia e Planejamento Energético.

Diretoria 4 – DIR4

Felipe Kury (DF, 1965) dedicou grande parte de sua carreira profissional, de mais de 25 anos, à administração e desenvolvimento de negócios, reestruturações, investimentos e gestão de portfólio de negócios para corporações e investidores de abrangência global. Durante este período ocupou cargos de liderança no Brasil e no exterior em empresas multinacionais, tais como a IBM, Softbank International e Microsoft.

Mais recentemente, ocupou o cargo de Diretor-Presidente da Divisão Financial & Risk da Thomson Reuters e Diretor-Geral da Tetrad Capital Partners no Brasil. Possui sólida experiência em gerência geral, liderança de investimentos, desenvolvimento de negócios e extensa vivência em conselhos de administração de empresas no desenvolvimento de estratégias de crescimento, planos de investimentos e reestruturações.

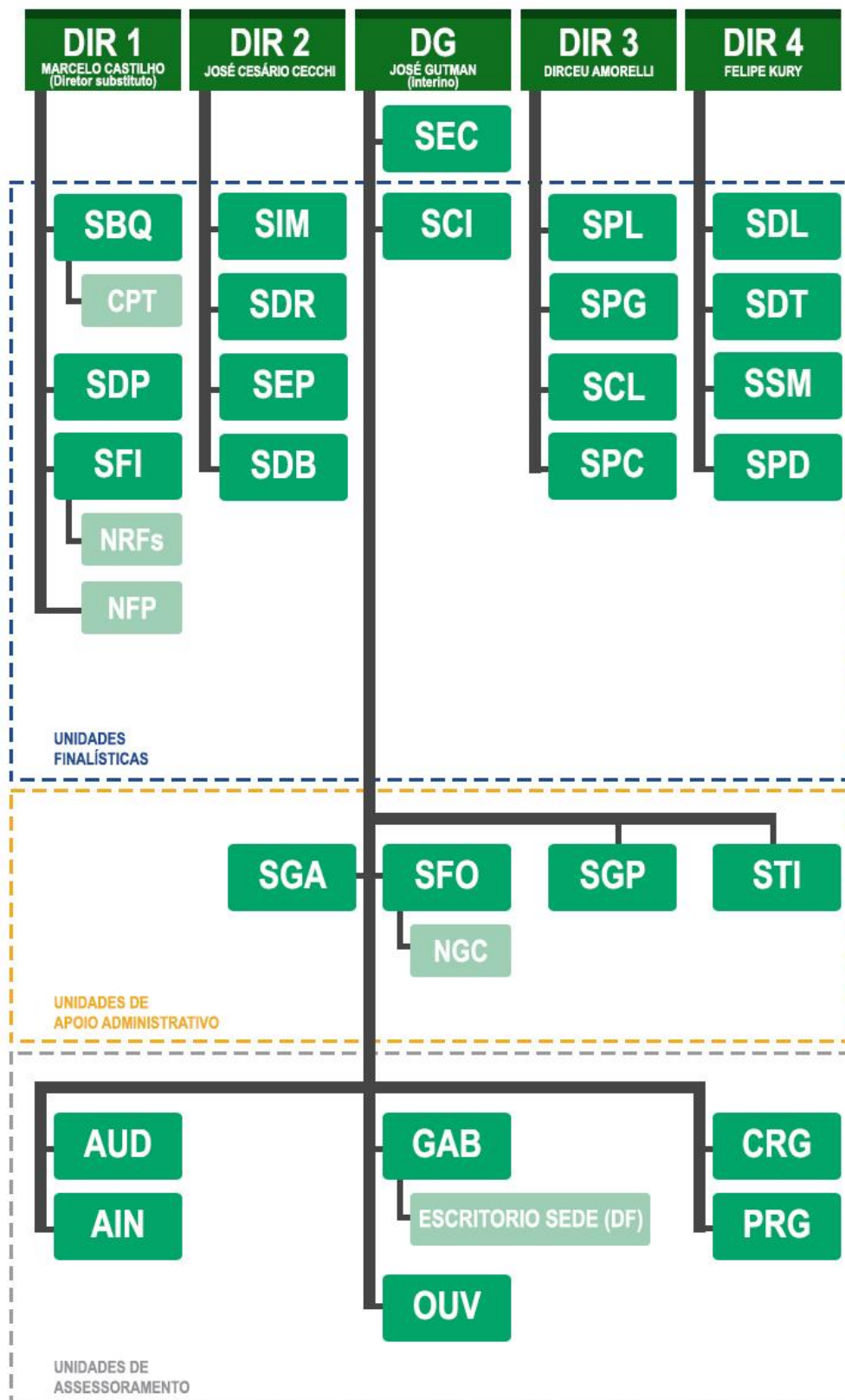


Graduou-se em Engenharia Elétrica na PUC/RJ. Possui MBA em Finanças e Economia pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e em Educação Executiva em Administração de Empresas e Liderança de Negócios pela Harvard Business School e pela London Business School. Possui, ainda, especializações em Gestão Financeira pela Wharton Business School e Aperfeiçoamento de Processos de Negócios pela Columbia Business School.

Organograma

O organograma a seguir ilustra a estrutura organizacional da ANP e as vinculações das unidades organizacionais, tendo como referência a composição da atual Diretoria Colegiada:

Figura 2. Organograma



A Diretoria Colegiada e o Processo Decisório na ANP

Na forma da [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), que criou a ANP, a Diretoria Colegiada da Agência é composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

O nome escolhido pelo Presidente da República é encaminhado ao Senado Federal para avaliação pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que realiza a sabatina do candidato e vota, decidindo ou não por sua aprovação. Em caso de aprovação na CAS, o nome é encaminhado para votação no plenário do Senado. Caso aprovada a indicação, fica autorizada a nomeação e a posse do novo diretor na ANP, para um mandato de cinco anos, nos termos da [Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#), vedada a recondução. Em caso de vacância, o cargo vago será exercido por um integrante de lista de substituição, formada por três servidores da ANP ocupantes do cargo de Superintendente ou equivalente, indicados pela Diretoria Colegiada, e escolhidos e designados pelo Presidente da República.

As decisões da Diretoria Colegiada são tomadas em reuniões públicas ou por intermédio de circuitos deliberativos eletrônicos. As reuniões da Diretoria Colegiada são realizadas periodicamente, conforme calendário divulgado na internet, e transmitidas ao vivo pelo [canal da ANP no Youtube](#), sendo permitido também o acompanhamento presencial por qualquer interessado.

As decisões da Diretoria Colegiada devem contar com, no mínimo, três votos coincidentes e são divulgadas ao público por meio da publicação das atas das reuniões deliberativas.

Ouvidoria

Em 2019, foi instituída e implantada a **Ouvidoria (OUV)** na ANP ([Portaria ANP nº 142, de 5 de abril de 2019](#), canal para apresentação de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias por parte dos cidadãos, servindo de ponte entre estes e a administração pública. A Ouvidoria recebe as manifestações, as analisa, e as encaminha às áreas responsáveis pelo tratamento ou apuração do caso, não se limitando a receber questionamentos e encaminhar respostas. A partir das informações trazidas pelos cidadãos, a Ouvidoria pode identificar melhorias, propor mudanças, assim como apontar situações irregulares na Agência. A página da Ouvidoria no sítio da ANP pode ser acessada [aqui](#).

2.3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#) atribui à alta administração dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional a competência de implementar e manter mecanismos e instâncias de governança. Segundo o referido decreto, governança pública é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Assim, embora muitas das ferramentas de governança pública já estivessem em uso na Agência, a partir de 2018 a ANP passou a desenvolver sua estrutura de governança strictu sensu, considerando os seguintes conceitos:

Liderança - trata do conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, tais como integridade, competência, responsabilidade e motivação.

Estratégia - compreende a definição e o monitoramento de objetivos, indicadores e metas, bem como o alinhamento entre planos e ações de unidades e organizações envolvidas na sua execução, além de critérios de priorização, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido.

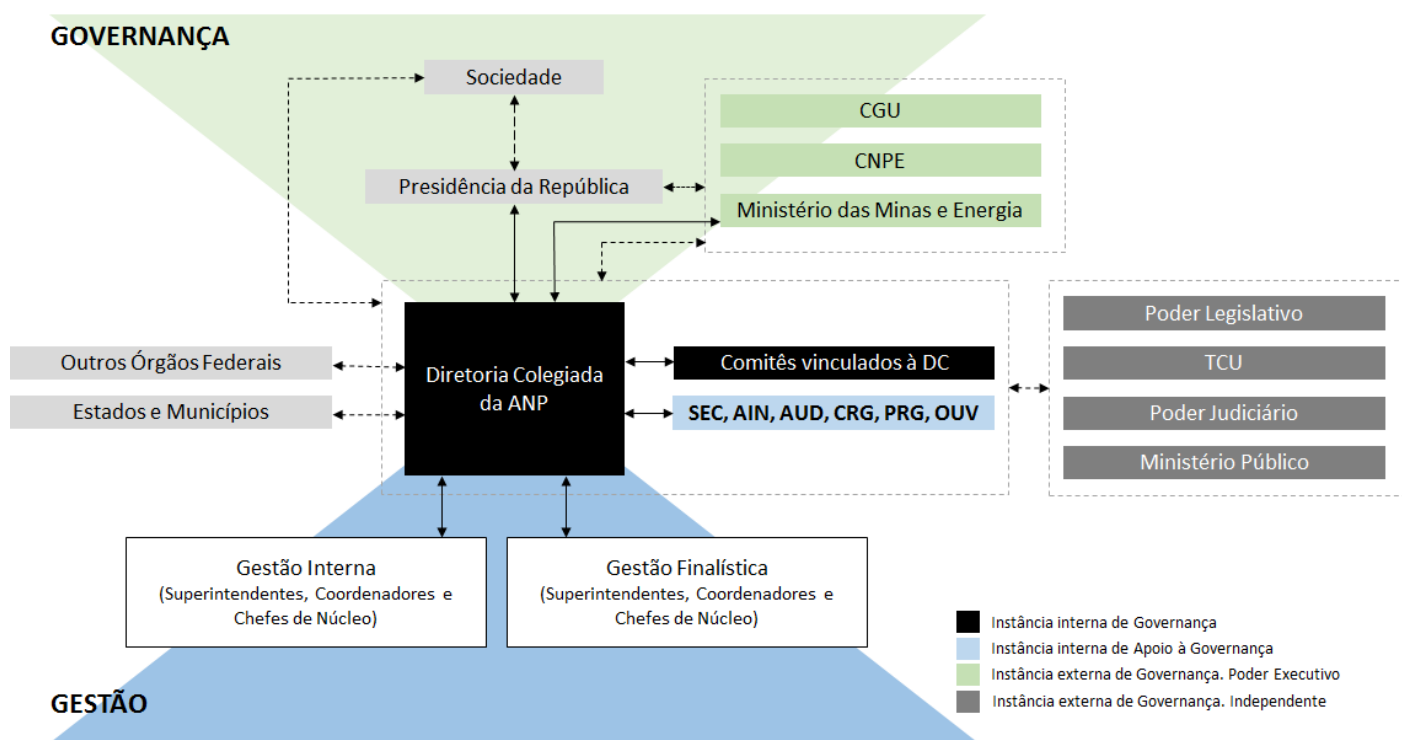
Controle - abrange o processo de gestão de riscos e controles internos, assim como aspectos como transparência, prestação de contas e responsabilização.

No que diz respeito à **liderança**, na ANP, ela é exercida pela **Diretoria Colegiada** e pela **linha hierárquica da Agência**, com o apoio de diversos comitês e comissões, tendo como norte o cumprimento de suas atribuições legais e o atingimento de seus objetivos estratégicos.

A **estratégia** é desenvolvida por meio do **Planejamento Estratégico da ANP** e está representada em seu mapa estratégico institucional, o qual é composto das dimensões Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento. O mapa traz, incluído nestas dimensões, onze objetivos em Exploração e Produção, Gás Natural, Abastecimento, Qualidade Regulatória, Gestão Financeira, de Projetos e Processos, Tecnologia da Informação, Gestão de Pessoas e Governança, que orientam as unidades organizacionais da ANP em sua atuação.

O **controle** é realizado em duas esferas: interna e externa. O controle interno é exercido, de forma estrita pela **Auditoria**, pela **Corregedoria** e pela **Comissão de Ética**, ainda que tido na cultura da casa como de responsabilidade de todos os servidores da Agência. O controle externo é realizado pelos **Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, TCU, CGU**, entre outros órgãos.

Figura 3. Estrutura de governança



Comitês Temáticos e Comissões

Comitê de Governança, Riscos e Controles, instituído por meio da [Portaria ANP nº 435, de 9 de novembro de 2018](#).

Comissão de Ética da ANP, cuja página na internet com sua constituição, missão e competências pode ser visitada [aqui](#).

Código de Ética da ANP, instituído por meio da [Portaria ANP nº 270, de 1º de Dezembro de 2011](#).

Comitê de TI da ANP, instituído por meio da [Portaria ANP nº 374, de 21 de Dezembro de 2012](#).

Comitês Consultivos de Apoio à Gestão, instituídos por meio da Resolução de Diretoria nº 775, de 20 de dezembro de 2017, compostos pelos diretores, assessores, superintendentes e superintendentes-adjuntos das áreas afins, com o objetivo de que servir de fóruns de discussão, consulta e alinhamento para subsidiar as decisões da Diretoria Colegiada;

2.4. MODELO DE NEGÓCIOS

Figura 4. Atribuições



A ANP é o órgão regulador das atividades que integram a indústria do petróleo e gás natural e a dos biocombustíveis no Brasil.

A ANP é também um centro de referência em dados e informações sobre a indústria do petróleo e gás natural: mantém o Banco de Dados de Exploração e Produção (BDEP), promove estudos sobre o potencial petrolífero e o desenvolvimento do setor; recebe e torna públicas as notificações de descobertas; divulga as estatísticas oficiais sobre reservas e produção no Brasil. Na área de refino e abastecimento, mantém o Sistema de Informações de Movimentação de Produtos (SIMP), por meio do qual recebe e divulga informações de processamento de petróleo, produção de derivados, transporte e comercialização de combustíveis, realiza pesquisas periódicas sobre qualidade dos combustíveis e lubrificantes, e sobre preços dos combustíveis. No setor dos biocombustíveis, mantém e divulga dados sobre autorizações, produção e comercialização de biodiesel e etanol.

Mercado Regulado – Grandes Números

Figura 5. O mercado regulado

Concessionários de E&P 	125	Concessionários
Fornecedores 	19	Refinarias de Petróleo
	270	Usinas de Etanol
	534	Importadores e Exportadores Petróleo e Derivados
	172	Importadores de Lubrificantes
	125	Produtores de Lubrificantes
	51	Produtores de Biodiesel
	13	Rerrefinadores de Lubrificantes
Distribuidores 	157	Combustíveis
	19	Solventes
	19	GLP
	29	Asfaltos
	8	Combustível de Aviação
Revendedores 	421	TRR
	23	TRR-NI
	24	Coletores de Lubrificantes
	73	Consumidores de Solventes
	263	Revendedores de Aviação
	21.130	Pontos de Abastecimento
	59.885	Revendedores de GLP
	40.990	Postos de Combustíveis Líquidos

Cadeia de Valor

O modelo de negócios da ANP é baseado em sua cadeia de valor, construída a partir das atribuições regimentais definidas na [Portaria ANP nº 69, de 6 de abril de 2011](#), e representa o conjunto de atividades desempenhadas pela Agência para geração de valor à sociedade e ao mercado regulado. A cadeia de valor apresenta, no topo, os macroprocessos finalísticos da ANP e, em sua base, os processos estratégicos e de apoio.

Figura 6. Cadeias de Valor

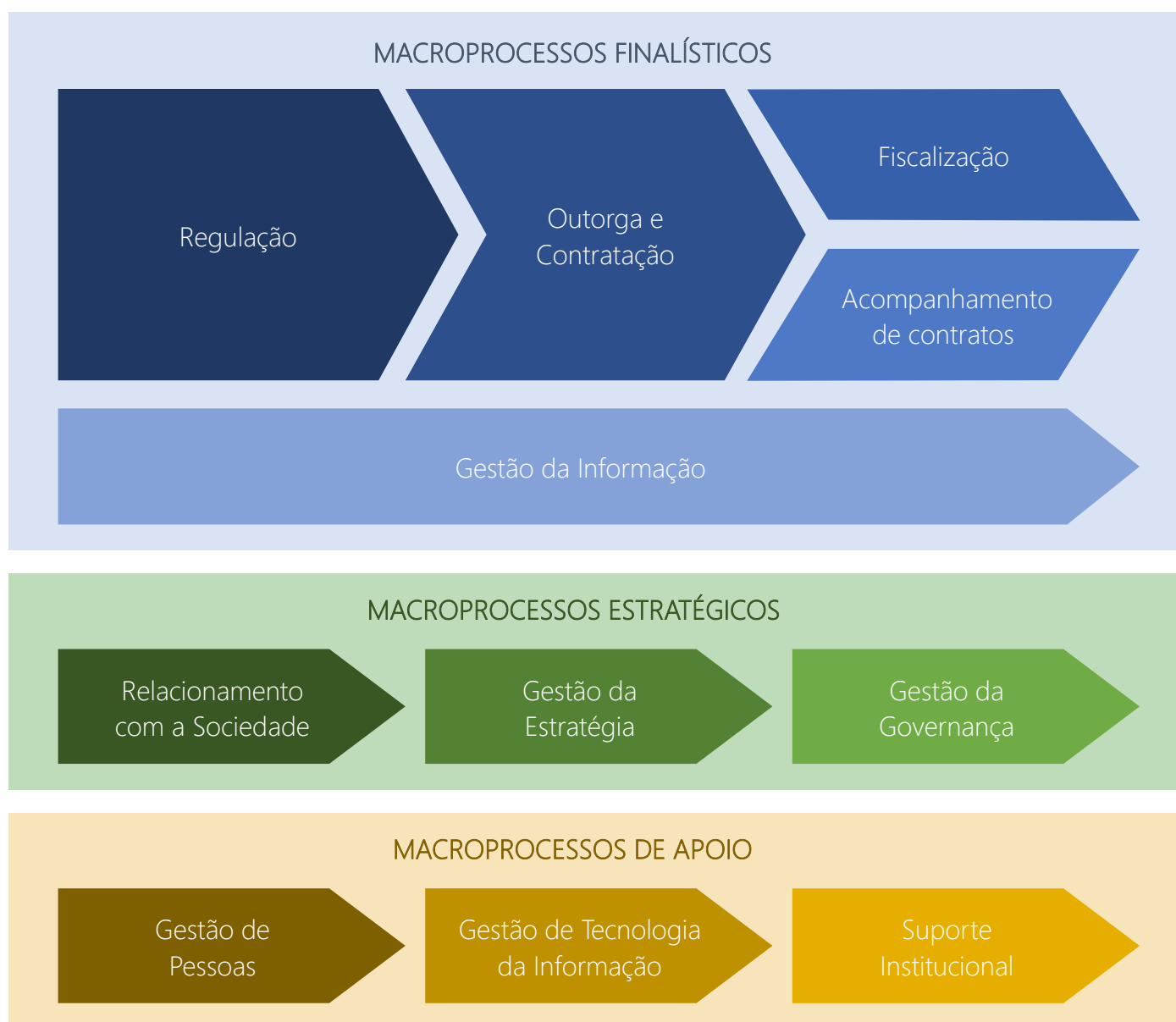


Figura 7. Detalhamento das Cadeias de Valor



2.5. AMBIENTE EXTERNO

Mercado Regulado

Ao longo de seus mais de 20 anos de atuação, a ANP contribuiu para o desenvolvimento do Brasil e do setor regulado. Hoje, a indústria do petróleo e do gás natural no Brasil responde por 13% do PIB e 50% da oferta interna de energia. São 125 grupos econômicos nas atividades de exploração e produção e mais de 120 mil agentes nas atividades de distribuição e revenda de combustíveis. Nos últimos anos, foram investidos bilhões de reais nas atividades da indústria e em desenvolvimento tecnológico, gerando milhares de empregos, desenvolvimento da indústria nacional e bilhões em participações governamentais.

Cenário Internacional

Segundo o [Anuário Estatístico do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2019](#), publicado pela ANP, as reservas provadas mundiais de petróleo atingiram a marca de 1,7 trilhão de barris. A Venezuela continuou detentora do maior volume de reservas petrolíferas, com 303,3 bilhões de barris (17,5% do total mundial). O Brasil manteve-se na 15ª posição no ranking mundial de reservas provadas de petróleo, com um volume de 13,4 bilhões de barris.

As reservas provadas mundiais de gás natural somaram 196,9 trilhões de m³. No ranking de países com as maiores reservas, as três primeiras posições foram ocupadas pela Rússia, com 38,9 trilhões de m³ (19,8% do total mundial), seguida pelo Irã, com 31,9 trilhões de m³ (16,2% do total) e Catar, com 24,7 trilhões de m³ (12,5% do total mundial). Juntos, esses três países responderam por 48,5% das reservas globais de gás natural. O Brasil ocupou a 32ª colocação do ranking das maiores reservas provadas de gás natural do mundo.

O volume anual de petróleo produzido no mundo aumentou 2,2 milhões barris/dia (2,4%), passando de 92,5 milhões de barris/dia para 94,7 milhões de barris/dia. Os países que registraram as maiores quedas de produção foram Venezuela (-27,8%) e Angola (-8,5%), que entretanto foram compensadas pelas altas registradas na produção do Congo (23,6%), da Líbia (8,7%) e da Arábia Saudita (3,3%), além do Sudão do Sul (17,5%), Estados Unidos (16,6%) e Itália (12,9%). Os Estados Unidos permaneceram sendo o maior produtor mundial de petróleo com volume médio de 15,3 milhões de barris/dia (16,2% do total mundial). O Brasil se situou na 10ª posição, totalizando 2,78 milhões de barris/dia (2,8% do total mundial).

A produção mundial de gás natural alcançou 3,9 trilhões de m³. Os Estados Unidos apresentaram o maior crescimento volumétrico, com alta de 92,3 bilhões de m³. Outros países, como Rússia (alta de 33,9 bilhões de m³), Irã (alta de 19,3 bilhões de m³) e Austrália (alta de 17,3 bilhões de m³) também obtiveram significativos aumentos de produção. No ranking global de maiores produtores de gás natural, os Estados Unidos lideram, com 831,8 bilhões de m³ (21,5% do total mundial), seguidos pela Rússia, com 669,5 bilhões de m³ (17,3% do total mundial). O Brasil ficou na 31ª posição no ranking mundial, com produção de 25,2 bilhões de m³ (0,7% do total mundial).

O consumo mundial de petróleo totalizou 99,8 milhões de barris/dia, após aumento de 1,5% (1,4 milhão de barris/dia) em comparação com o ano anterior. Os Estados Unidos, ocupam a primeira posição em consumo de petróleo, totalizando 20,5 milhões de barris/dia (20,5% do total mundial), seguido pela China, com consumo médio de 13,5 milhões de barris/dia de petróleo (13,5% do total mundial). Na terceira colocação se manteve a Índia, com 5,2 milhões de barris/dia (5,2% do total mundial). O Brasil alcançou o sétimo lugar, com consumo de cerca de 3,1 milhões de barris/dia (3,1% do total mundial).

Em relação ao gás natural, o consumo global apresentou aumento de 5,3%, superior à média de crescimento dos últimos 10 anos (2,4%), alcançando aproximadamente 3,9 trilhões de m³. Estados Unidos e China foram os países com maior incremento volumétrico no consumo de, respectivamente, 77,7 bilhões de m³ (equivalente a 10,5%) e 42,6 bilhões de m³ (equivalente a 17,7%). Em contrapartida, a Venezuela experimentou a maior queda, isto é, de 5,4 bilhões de m³ (equivalente a 13,9%). No ranking de maiores consumidores de gás natural, os Estados Unidos ocupam a primeira posição, com 817,1 bilhões de m³ (21,2% do total mundial), seguidos da Rússia, com 454,5 bilhões de m³ (11,8% do total mundial), e China, com 283 bilhões de m³ (7,4% do total mundial). O Brasil totaliza um consumo de 35,9 bilhões de m³ (0,9% do total mundial), ocupando a 27ª posição.

A capacidade efetiva de refino de petróleo instalada no mundo representou 100,2 milhões de barris/dia. Dentre os países que aumentaram a capacidade de refino, a China se destacou com um incremento de 424 mil barris/dia, totalizando 15,7 milhões de barris/dia. Em seguida, veio a Índia, com um aumento de capacidade de 272 mil barris/dia, somando 5 milhões de barris/dia. No ranking de países com maior capacidade de refino, as quatro primeiras posições são: Estados Unidos, com 18,8 milhões de barris/dia (18,7% da capacidade mundial); China, com 15,7 milhões de barris/dia (15,6% da capacidade mundial); Rússia, com 6,6 milhões de barris/dia (6,6% da capacidade mundial), e Índia, com 5 milhões de barris/dia (5% da capacidade mundial). O Brasil permanece em oitavo lugar no ranking, com capacidade de refino de 2,3 milhões de barris/dia (2,3% da capacidade mundial).

Cenário Nacional e Atuação da ANP

A produção nacional de petróleo saltou de cerca de 970 mil barris por dia em 1998 para cerca de 2,78 milhões de barris por dia em 2019 e a de gás natural, de 30 milhões de m³ por dia para aproximadamente 122 milhões de m³ por dia. Em grande parte, esse aumento se deve à descoberta do pré-sal, em 2007, cujos campos representam hoje mais da metade da produção nacional.

Em 2019, a ANP realizou quatro rodadas de licitações para atividades de exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural, sob os regimes de concessão e de partilha de produção.

Sob o regime de concessão, foram realizadas as sessões públicas de apresentação de ofertas do 1º Ciclo da Oferta Permanente e da 16ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios.

Sob o regime de partilha de produção, foram realizadas as sessões públicas de apresentação de ofertas das Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa e da 6ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção.

Figura 8. Rodadas de Licitações em 2019



As rodadas de licitações realizadas em 2019 alcançaram níveis recordes de arrecadação em bônus de assinatura, da ordem de R\$ 84 bilhões, com investimentos mínimos de mais de R\$ 2 bilhões, e resultarão na assinatura de 60 novos contratos para atividades de exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural, sob os regimes de concessão e de partilha de produção. Este resultado consolida a retomada do setor de petróleo e gás natural no Brasil, iniciada em 2017.

Além disso, as obrigações de [investimentos das empresas em pesquisa, desenvolvimento e inovação](#) aumentaram de R\$ 2 milhões em 1998 para R\$ 2 bilhões em 2018 – os valores de 2019 estão no momento em apuração, tendo chegado até o terceiro trimestre de 2019 em R\$ 1,45 bilhões. Ao longo dos últimos 20 anos, o volume total investido foi de R\$ 15 bilhões.

No mercado do abastecimento, as vendas dos principais derivados de petróleo chegaram a 140 milhões de m³ em 2019, o que representa um crescimento de 2,9% em relação a 2018. Atualmente, todo pedido de autorização para exercer atividades no mercado de distribuição e revenda é feito eletronicamente, o que trouxe agilidade e transparência aos processos.

A ANP também investiu na fiscalização do abastecimento, de modo a proteger os interesses do consumidor. Ainda em 1998, instituiu o [Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis \(PMQC\)](#), que conta com uma rede de laboratórios em todo o País, e, desde então, vem criando ferramentas para aprimorar o planejamento das ações de fiscalização.

Como resultado os índices de conformidade dos combustíveis no Brasil têm, hoje, padrões internacionais. Em 1998, o País tinha 87,5% de conformidade na gasolina comercializada, 93,3% no óleo diesel e 92,7% no etanol hidratado. Para o ano de 2019, os índices de conformidade foram de 98,3% para a gasolina, 96,2% para o óleo diesel e 98,2% para o etanol hidratado.

A produção de biodiesel no País saltou de 736 m³ em 2005 para 5,3 milhões m³ em 2018 e 5,9 milhões m³ em 2019. Ainda com relação aos biocombustíveis, a produção de etanol (anidro e hidratado) aumentou de 14 milhões de m³ em 1998 para 33,0 milhões m³ em 2018 e 35,3 milhões m³ em 2019.

Todos esses dados demonstram o desenvolvimento dos segmentos do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis, desde a criação da ANP. A perspectiva para os próximos anos é de diversificação dos agentes atuantes e de um crescimento ainda maior do setor.

2.6. MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Entende-se por materiais os temas que podem afetar a capacidade da ANP de gerar valor e cumprir sua missão junto à Sociedade e mercado regulado. A ANP determinou sua materialidade em um processo de entrevistas ocorridas com as unidades finalísticas, responsáveis pelas atividades relacionadas à indústria de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Durante as entrevistas, foram identificadas as prioridades, estratégias, projetos e ações voltadas para a geração de valor para os objetivos do Mapa Estratégico da ANP. Em seguida, as informações foram organizadas de acordo com a sua correspondência ao Planejamento Estratégico, tendo sido considerados materiais os temas incluídos neste Relatório de Gestão, detalhados no capítulo 5 - Resultados de Gestão.

As unidades que executam processos estratégicos e de apoio, em suporte aos processos finalísticos, conforme definido na Cadeia de Valor da ANP, foram consultadas para identificação das atividades que permitem às áreas finalísticas a realização da Missão da ANP, conforme descrito no Planejamento Estratégico.

Visando o cumprimento da missão institucional da ANP, e baseado nos objetivos do Mapa Estratégico, foram selecionados quatro temas com maior potencial de entrega de valor para a sociedade. Cada tema está associado à um conjunto de atividades críticas, determinantes para a materialização da entrega de valor para a sociedade.

Em complemento, e de forma sistêmica, os temas de suporte garantem as condições de contorno necessárias para que haja maximização de valor agregado por cada tema selecionado.

Figura 9. Temas de materialidade

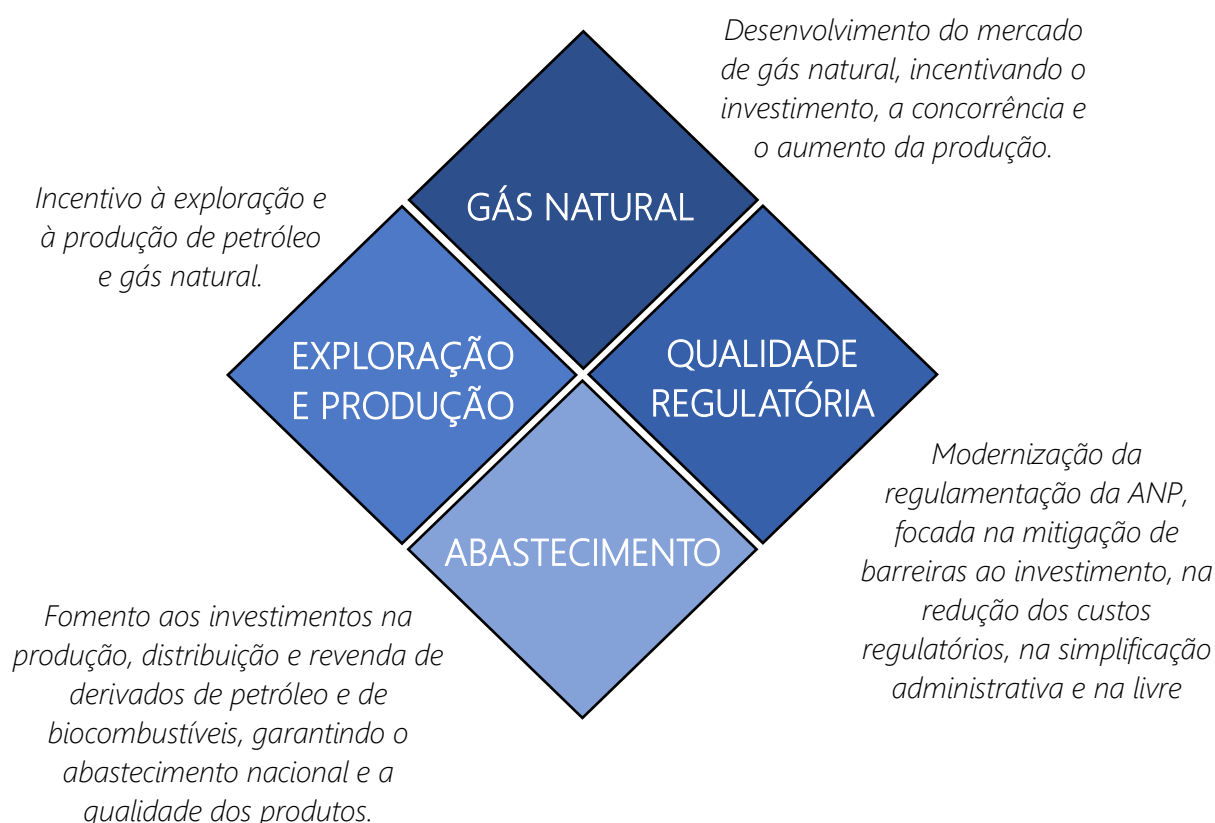


Figura 10. Detalhamento da materialidade



3. ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

3.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2017, a ANP revisou sua estratégia e aprovou o Mapa Estratégico para o período 2017-2020, por meio da [Portaria ANP nº 181, de 19 de abril de 2017](#).

O Mapa Estratégico institucional, representa graficamente os desafios que devem ser vencidos pela Agência até 2020, e orienta as suas unidades organizacionais no sentido do alcance da visão de futuro da ANP e do cumprimento de sua missão.

Figura 11. Planejamento Estratégico



Projetos Estratégicos

Carteira de Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos representam os esforços empreendidos pela ANP para a consecução de seus objetivos estratégicos, com o intuito de alavancar o desempenho da Agência.

Em 2018, após a realização de levantamento com a participação de todas as unidades organizacionais, que puderam indicar projetos e ações com potencial de alavancagem dos objetivos estratégicos, a ANP estruturou a sua carteira de projetos estratégicos, priorizada pela Diretoria Colegiada.

Tabela 1. Projetos estratégicos

Projetos	Status
Modernização do BDEP	Em andamento
ANP Digital SEI	Concluído
Apoio ao licenciamento ambiental (upstream)	Em andamento
Estímulo ao aumento do fator de recuperação	Em andamento
Dados abertos	Concluído
Mapa Interativo - ANP	Concluído
Mapeamento Geológico do Pré-Sal	Em andamento
Monitoramento de preços	Em andamento
Novo PMQC	Concluído
Oferta Permanente de Blocos Exploratórios	Concluído
Pacote de regulação para a formulação de mercado concorrencial para o gás natural	Em andamento
Proposta de blocos para as rodadas de partilha de 2020 e 2021	Em andamento

3.2. APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança da ANP compreende um arcabouço de políticas e estruturas internas que visam assegurar que as ações executadas pela Agência estejam direcionadas para os objetivos alinhados aos interesses da sociedade. Desta forma, a governança institucional é peça fundamental para a execução do planejamento estratégico da ANP, e sustenta os demais objetivos constantes no Mapa Estratégico da Agência.

O aprimoramento e o fortalecimento da governança representam o esforço da ANP no sentido de criar um ambiente institucional capaz de gerar e entregar resultados para melhor atender ao interesse público. Nesse sentido, destacam-se as seguintes ações executadas pela ANP:

Reuniões periódicas dos comitês de Gestão e dos comitês técnicos de downstream, midstream e upstream, que tem como objetivo realizar o acompanhamento dos resultados e a ampliação do diálogo direcionado para a busca de soluções para a melhoria do desempenho institucional.

Aplicação dos princípios de aprimoramento da qualidade regulatória, visando a modernização do arcabouço regulatório da ANP com foco na simplificação administrativa.

Análise e melhoria dos processos organizacionais buscando mitigar gargalos operacionais e as disfunções que podem impedir a geração de melhores produtos e serviços.

Ampliação da participação social por meio das tomadas públicas de contribuição (TPCs) proporcionando ao cidadão maior capacidade de colaboração no processo regulatório da ANP.

Publicação dos serviços digitais no [portal de serviços do governo federal](#) facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pela ANP.

O processo de aprimoramento da governança institucional é sistêmico e encadeado e exige não somente a implantação de ferramentas de gestão, mas, principalmente a introjeção dessas ferramentas na cultura organizacional, almejando o aperfeiçoamento institucional para melhor atender os interesses da sociedade.

4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES

A ANP orienta suas ações de gestão de riscos e integridade segundo os seguintes normativos:

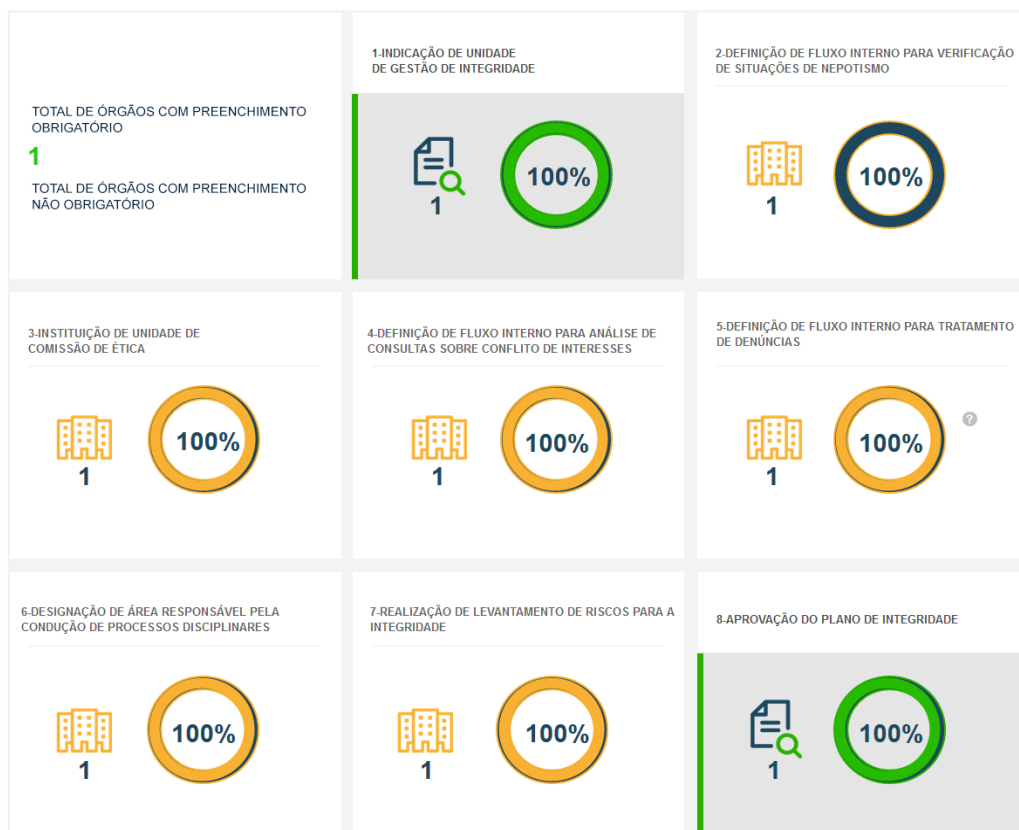
- [Portaria ANP nº 435, de 9 de novembro de 2018](#), que criou o Comitê de Governança, Riscos e Controles;
- [Portaria ANP nº 42, de 1º de fevereiro de 2019](#), que estabeleceu a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- [Portaria ANP nº 41, de 31 de janeiro de 2019](#), que designou a Secretaria Executiva como Unidade de Gestão da Integridade na ANP, em cumprimento à [Portaria CGU nº 57, de 4 de janeiro de 2019](#); e
- [Plano de integridade da ANP](#), aprovado na Reunião de Diretoria 982, de 27 de junho de 2019 para o período de 2019-2020.

4.1. HISTÓRICO RECENTE DA GESTÃO DE RISCOS NA ANP

O Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) foi instituído pela ANP por meio da [Portaria ANP nº 435, de 9 de novembro de 2018](#). Os registros das suas reuniões estão disponíveis em <http://www.anp.gov.br/gestao-de-riscos-e-integridade>.

A criação do CGRC proporcionou à ANP atingir uma situação de conformidade no Painel de Integridade Pública da CGU (<http://paineis.cgu.gov.br/integridadepublica/index.htm>) com todos os itens relacionados entregues. A entrega dos itens no painel, no entanto, não indica a conclusão dos trabalhos do comitê ou da gestão de riscos e integridade, e sim que a ANP possui metodologias, planos e realiza esses controles de forma continuada, aprimorando e expandindo-os a cada ciclo, conforme demonstrado abaixo.

Figura 12. Painel de Integridade Pública CGU

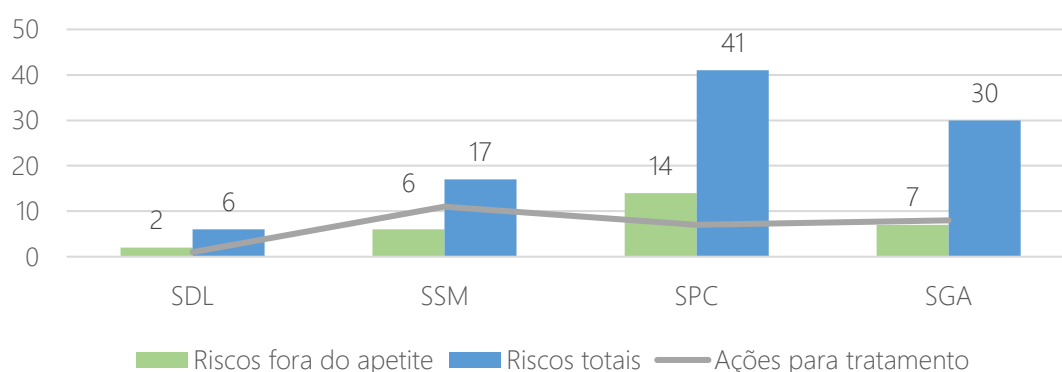


Dando seguimento à implementação de gestão de riscos na ANP, em 2019 foram capacitados 29 servidores, de diversas unidades organizacionais, e ministradas uma série de oficinas, que resultaram na capacitação de 58 gestores.

Ainda em 2019, foram realizados quatro projetos pilotos em unidades organizacionais. Durante os pilotos os respectivos processos foram analisados e feitos os levantamentos e análises de riscos, indicação de melhorias e elaboração dos Relatórios de Gestão de Riscos. O Gráfico 1 identifica o total de riscos identificados, assim como o número de ações para tratamento e os riscos fora do apetite de ação. Os processos trabalhados para os Projetos Pilotos foram:

- Autorização para o exercício das atividades de revenda varejista de combustíveis automotivos (SDL)
- Gestão e fiscalização dos contratos de bens e serviços (SGA)
- Obtenção das Diretrizes Ambientais (SSM)
- Autorizações para Instalações de Produção de Biocombustíveis (SPC)

Gráfico 1. Sumário dos pilotos de risco



Após a conclusão dos quatro projetos pilotos de Gestão de Riscos na ANP, e a apresentação dos seus resultados ao CGRC, a ANP deu início às oficinas de Gestão de Riscos com as demais unidades organizacionais, que resultaram na indicação de 22 processos, que serão objeto de avaliação durante o exercício de 2020.

Atividades de Gestão de Risco em 2019

Tabela 2. Atividades da Gestão de Risco em 2019

Área	Processo	Início	Status
SSM	Fiscalização de Segurança Operacional	4º Trimestre 2019	Concluindo Atividades
SGA	Gestão e Fiscalização de Contratos (8.2)	4º Trimestre 2019	Plano de Ação já em desenvolvimento
CRG	Processo disciplinar, incluindo suas variáveis - PAD, sindicâncias, PAR etc.	4º Trimestre 2019	Concluindo Atividades
SDB	Processo de "Definição de Blocos" - Trabalho em andamento em atendimento a relatório de auditoria	4º Trimestre 2019	Relatório no SEI assinado. Plano de ação em andamento
SGP	Gestão de Riscos das Ações de Desenvolvimento	4º Trimestre 2019	Concluindo Atividades

4.2. MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

A [Metodologia de Gestão de Riscos \(MGR\) adotada pela ANP](#) tem como objetivo orientar as unidades organizacionais a implementar a gestão de riscos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos e Controles Internos (PGRCI).

A ANP optou por integrar os requerimentos para o tratamento de riscos à sua Metodologia de Gestão de Processos, criando uma [Metodologia de Gestão de Riscos \(MGR\)](#), mais ampla, fazendo uso das mesmas ferramentas da ANP para gestão de processos, que suprem o necessário para a Gestão de Riscos.

A versão atual da MGR foi aprovada pelo [Comitê de Governança, Riscos e Controles \(CGRC\)](#) em agosto de 2019, após aperfeiçoamentos na primeira versão, elaborada em abril de 2019, decorrentes da aplicação em projetos-pilotos em diversas unidades da Agência.

Etapas da Gestão de Risco conforme a metodologia da ANP

- Entendimento do contexto
- Definição do apetite a riscos e ganhos para o processo
- Identificação de riscos e oportunidades de melhorias no processo
- Avaliação de riscos e problemas
- Priorização dos riscos e problemas
- Identificação das causas fundamentais dos riscos e problemas
- Levantamento de ações de mitigação e de melhorias
- Priorização das melhorias e respostas aos riscos
- Elaboração dos planos de ação
- Monitoramento

4.3. ATIVIDADES DA GESTÃO DE RISCO PARA 2020

O planejamento da ANP para 2020 para a gestão de riscos prevê uma série de atividades, já tendo sido definidos os processos que serão objeto de revisão, conforme a Tabela 3, a seguir:

Tabela 3. Atividades da Gestão de Risco para 2020

Área	Processo	Início	Status
SSM	Descomissionamento (Aprovação do Programa e do Relatório de Descomissionamento de Instalação - PDI) e Monitoramento pós descomissionamento)	1º Trimestre 2020	Atividades Iniciadas
SGA	Planejamento e Execução da Contratação (8.1)	1º Trimestre 2020	Previsto
SDL	Autorização de Distribuição de Combustíveis Líquidos.	1º Trimestre 2020	Previsto
SPL	Inclusão de blocos e áreas no processo da Oferta Permanente para outorga de contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural	1º Trimestre 2020	Previsto
SFO	Apropriação, Liquidação e Pagamento da Folha de Pessoal	1º Trimestre 2020	Iniciado
SCI	Organização da infraestrutura e execução das ações de comunicação para as Rodadas de Licitação da ANP	2º Trimestre 2020	Previsto
SDP	Recebimento e acompanhamento de garantias	2º Trimestre 2020	Previsto
SIM	2.1 - Autorização para o exercício das atividades de midstream e downstream.	2º Trimestre 2020	Previsto
SFO	Concessão e Prestação de Contas de Suprimento de Fundos	2º Trimestre 2020	Previsto
SSM	Licenciamento Ambiental (pós assinatura do contrato)	3º Trimestre 2020	Previsto
SPG	Apuração dos preços de referência do petróleo e gás natural, para fins de valoração de participações governamentais e de terceiros	3º Trimestre 2020	Previsto
STI	Administração do backup de dados corporativos	3º Trimestre 2020	Previsto
SDP	Acompanhamento das Atividades de E&P (fase de produção) 5.2	3º Trimestre 2020	Previsto
SEP	Monitoramento da Execução do Programa Exploratório Mínimo	3º Trimestre 2020	Previsto
SIM	3.3 - Instrução e julgamento dos processos administrativos sancionadores.	4º Trimestre 2020	Previsto
GAB	Controle das Demandas Externas Enviadas ao Diretor Geral	4º Trimestre 2020	Previsto
SPD	Fiscalização: Cumprimento da Cláusula de P,D&I	4º Trimestre 2020	Previsto

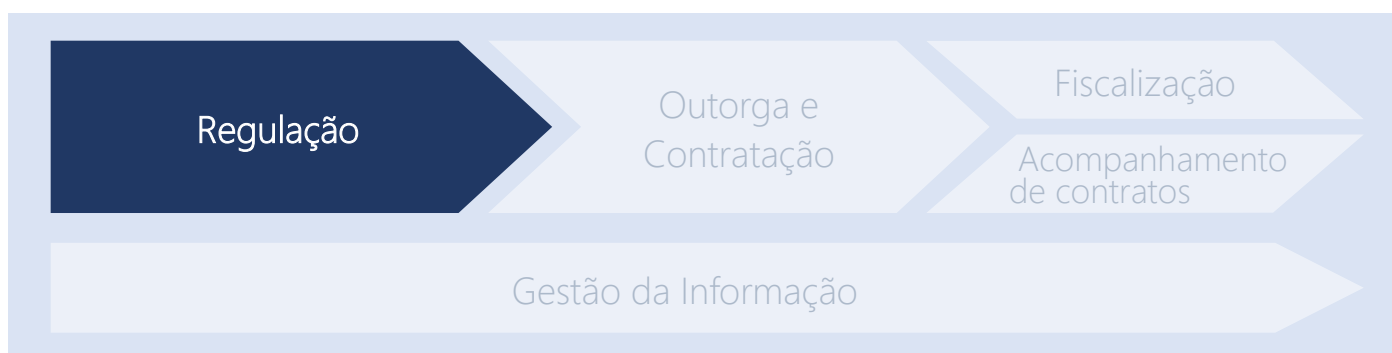
5. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Os resultados são apresentados agrupados pelas cadeias de valor finalísticas da ANP, representadas na Figura 12, e abordam os temas materiais conforme descritos no Tópico 2.8 – Materialidade das Informações:

Figura 13. Cadeias de Valor finalísticas



5.1. CADEIA 1: REGULAÇÃO



Por meio do processo de **Regulação das Atividades da Indústria**, a ANP promove a regulação da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis, através do estabelecimento de regras e conciliação de conflitos entre as partes envolvidas, visando garantir condições de equilíbrio do mercado, segurança, qualidade e meio ambiente, abastecimento, promoção da livre concorrência, adoção de melhores práticas da indústria.

A expressão “qualidade regulatória” remete à promoção de uma regulação de alta qualidade e a seu contínuo aprimoramento. Engloba aspectos políticos, institucionais, organizacionais, econômicos, sociais e ambientais, dentro de uma visão integrada de governo. Volta-se especialmente a propósitos ligados à transparência, responsabilização, eficiência e efetividade, e está orientada a materializar objetivos de política pública, atender a processos participativos, produzir benefícios que justifiquem os custos, utilizar incentivos corretos, colaborar para promover inovações, ser sistemicamente consistente e minimizar distorções internas e externas ao Estado.

A melhoria da qualidade do sistema regulatório passa, portanto, pela diminuição da burocracia para os negócios, pela edição de regulamentos baseados em evidências, pela promoção da concorrência, pelo incentivo ao bom funcionamento dos mercados e pelo aumento da participação social.

A ANP, visando a melhoria do ambiente de negócios, vem adotando uma série de iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade regulatória de seus atos. Essas ações buscam o aperfeiçoamento da regulamentação existente, além de conferir maior previsibilidade ao processo de elaboração de novos normativos e garantir a sua padronização.

A Agenda Regulatória da ANP para o biênio 2020/2021, assim como as agendas dos biênios anteriores, podem ser consultadas no sítio da ANP, na página <http://www.anp.gov.br/acoes-e-programas/agenda-regulatoria>.

A Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória integra um conjunto de instrumentos de boas práticas regulatórias adotados pela ANP, com vistas ao aprimoramento da qualidade regulatória em seu âmbito de atuação. Fazem parte deste conjunto a gestão do estoque regulatório, o monitoramento do processo de regulação, os projetos de simplificação e consolidação normativa e a análise legística dos atos normativos.

Trata-se de um instrumento de planejamento das ações regulatórias frente às necessidades do mercado e às inevitáveis limitações de recursos, de ampliação da transparência do processo regulatório, e de estímulo à maior participação social na elaboração de normas e na resolução de problemas regulatórios.

O processo de elaboração da Agenda abrangeu a avaliação dos atos normativos vigentes do estoque regulatório da ANP, identificando a necessidade de sua revogação ou revisão, bem como a identificação de novos problemas regulatórios que foram priorizados pela Diretoria Colegiada, observados o cumprimento da missão institucional e o alcance dos objetivos estratégicos da ANP.

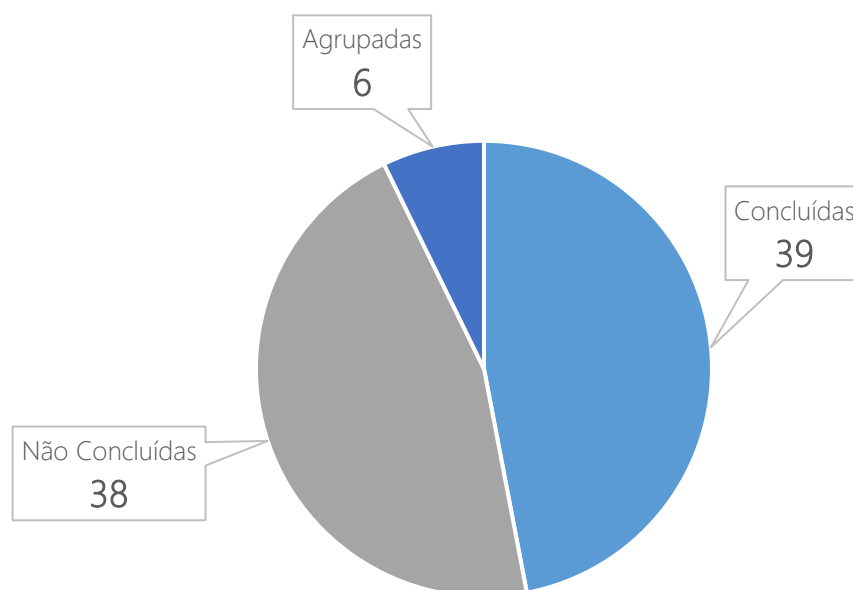
Desde o biênio 2013-2014, a ANP publica relatórios periódicos de acompanhamento e um relatório de encerramento de cada Agenda Regulatória. Em 2019, a ANP promoveu uma revisão da metodologia de acompanhamento da agenda para o biênio subsequente e optou por estender o prazo de vigência da Agenda 2017-2018 por mais um ano.

A Agenda Regulatória 2017-2018, disponível no site da ANP na internet (<http://www.anp.gov.br/acoes-e-programas/agenda-regulatoria>) apresentou quatorze plataformas temáticas abrangendo 83 ações regulatórias contendo seus objetivos e cronogramas de atividades.

Ao longo da vigência da Agenda Regulatória 2017-2018, que foi estendida para 2019, algumas ações foram consolidadas (agrupadas), resultando em um total de 77 ações regulatórias.

O gráfico a seguir representa a execução da Agenda, cujo detalhe por ação pode ser acessado [aqui](#).

Figura 14. Ações da Agenda Regulatória por situação



As ações não concluídas foram migradas para a Agenda Regulatória 2020-2021, ou, quando não iniciadas, canceladas. O detalhamento de todas as ações da Agenda Regulatória 2017-2018 poderá ser acessado em relatório de encerramento, que estava em elaboração quando da preparação deste relatório de gestão.

Índice de Previsibilidade Regulatória

O índice de previsibilidade regulatória é o indicador associado ao objetivo estratégico "11 - Aprimorar a governança da ANP para o aumento da produtividade e da qualidade das entregas para a sociedade", que indica a proporção entre as Resoluções ANP que são produto de ações previstas na Agenda Regulatória da ANP e o total de Resoluções ANP publicadas, no ano de referência. O índice é calculado pela seguinte fórmula:

$$ICR = \frac{R_{previstas}}{R_{publicadas}}, \text{ onde:}$$

$R_{previstas}$: total de Resoluções ANP resultantes de ação regulatória prevista da Agenda Regulatória no ano de referência;

$R_{publicadas}$: total de Resoluções ANP publicadas no ano de referência;

$$ICR (2019) = 67\%$$

O resultado apurado indica que, do total de 30 resoluções publicadas pela ANP no ano de 2019, 20 resultaram de ações regulatórias previstas na Agenda.

Biocombustíveis

A Política Nacional de Biocombustíveis (**RenovaBio**) foi instituída por meio da [Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017](#), com os seguintes objetivos:

- Contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;
- Contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, na comercialização e no uso de biocombustíveis, inclusive com mecanismos de avaliação de ciclo de vida;
- Promover a adequada expansão da produção e do uso de biocombustíveis na matriz energética nacional, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis;
- Contribuir com previsibilidade para a participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis.



Atividades realizadas em 2019 no âmbito do RenovaBio

- Aprovação do credenciamento pela ANP de firmas inspetoras para Certificação da Produção e Importação Eficiente de Biocombustíveis;
- Apresentação do Programa RenovaBio no Encontro Técnico Brasil-Argentina, em Buenos Aires, e nos EUA, em missão institucional ANP;
- Aprovação pela Diretoria da ANP de despacho que define metas individuais compulsórias, a serem cumpridas pelos distribuidores de combustíveis, de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa;
- Contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro – para hospedagem e produção da Plataforma de Créditos de Descarbonização - CBIO;
- Definição do valor a ser pago pelos emissores primários ao Serpro pela hospedagem e produção da Plataforma CBIO;
- Entrada da Plataforma CBIO em ambiente de pré-produção em dezembro/2019.

Resoluções publicadas, Consultas e Audiências Públicas referentes ao programa Renovabio

- [Resolução ANP nº 791, de 12 de junho de 2019](#): estabelece os critérios para a individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis aplicáveis a todos os distribuidores de combustíveis, em unidades de Crédito de Descarbonização - CBIOs; define como se dará a comprovação do cumprimento da meta anual individual, e trata das sanções pelo seu descumprimento.
- [Resolução ANP nº 802, de 5 de dezembro de 2019](#): estabelece os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização.

Outros resultados atingidos pela ANP em 2019 no âmbito do RenovaBio

- Credenciamento de 10 firmas inspetoras, totalizando 100% das solicitações;
- Realização de 18 edições do “RenovaBio Itinerante” em GO, SP, PA, RS, MS, PR, MG, MA, AL, PE e MT;
- Realização de 5 auditorias de processos de certificação dos produtores de biocombustíveis.

Continuidade do RenovaBio em 2020 – Metas

- Atingir o total de 200 Certificações da Produção ou Importação Eficiente de Biocombustíveis;
- Dar continuidade ao programa RenovaBio Itinerante;
- Desenvolver a cadeia de custódia de soja e milho; e
- Definir os procedimentos para certificação de importadores de biocombustíveis.

Essa iniciativa promove, no mercado de biocombustíveis, a sustentabilidade ambiental e a diversidade da matriz energética.



Produção de Biocombustíveis

A [Resolução ANP nº 734, de 29 de junho de 2019](#) instituiu um novo marco regulatório para o setor de biocombustíveis (biodiesel, biometano e etanol), estabelecendo os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de produção de biocombustíveis e à autorização de operação da instalação produtora de biocombustíveis.

Nesse sentido, visando minimizar a quantidade de exigências identificadas nas vistorias e, consequentemente, aumentar a celeridade dos processos, a ANP revisou o Manual Orientativo de Vistorias, disponível [aqui](#).

Essa iniciativa viabiliza a simplificação administrativa.



Gás Natural

Transparência de preços no mercado de gás natural

Visando à abertura do mercado de gás natural, a ANP publicou a [Resolução nº 794, de 5 de julho de 2019](#), que dispõe sobre a publicidade de informações relativas à comercialização de gás natural e medidas de aumento da concorrência na indústria do gás natural.

Com a publicação da referida resolução, é dada publicidade integral aos contratos de compra e venda de gás natural firmados com as distribuidoras locais de gás canalizado para atendimento a mercados cativos.

Por fim, a ANP esteve envolvida nas discussões do Programa “Novo Mercado de Gás”, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, cujas principais medidas foram consolidadas na [Resolução CNPE nº 16, de 24 de junho de 2019](#), que estabelece diretrizes e aperfeiçoamentos de políticas energéticas voltadas à promoção da livre concorrência no mercado de gás natural no país.

Essa iniciativa promove transparência e incentivo à concorrência.



Programa Abastece Brasil

O programa Abastece Brasil, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, tem como objeto o desenvolvimento do mercado de combustíveis com garantia do abastecimento, promovendo maior competitividade ao setor de refino e de transporte, fomentando estudos para subsidiar a formulação de medidas voltadas para a promoção da livre concorrência no abastecimento de combustíveis, demais derivados de petróleo e biocombustíveis.



A ANP participou das discussões em 2019, trabalhando no sentido de implementar as diretrizes discutidas bem como daquelas impostas por meio da [Resolução CNPE nº 12, de 4 de junho de 2019](#).

Essa iniciativa promove incentivo à concorrência e garantia do abastecimento.



Segurança Operacional de terminais terrestres e aquaviários

O Regulamento Técnico de Terminais (RTT) encontra-se em revisão, com foco na segurança operacional destas instalações. Após a realização de dois *workshops* com agentes da indústria para debate sobre uma primeira minuta do RTT, em 2017 e 2019, o documento foi reformatado, a partir dos comentários e sugestões recebidos. Em novembro de 2019, foi realizada a [Consulta Pública nº 17/2019](#) para obter subsídios e informações adicionais sobre a minuta da Resolução. O debate tem sido fundamental para o processo de elaboração de Resolução, ora em curso na ANP, para regulamentar um padrão de gerenciamento de segurança operacional de terminais terrestres e aquaviários no Brasil.

Essa iniciativa visa o aumento da segurança operacional e a prevenção de acidentes.



Desafios regulatórios para o próximo exercício relacionados ao gás natural

No que tange à regulamentação necessária para a implementação do programa “Novo Mercado de Gás”, identificou-se, até o momento, a necessidade da revisão de cinco resoluções existentes e de elaboração de seis novas resoluções, relacionadas aos seguintes temas:

- Critérios de autonomia e independência dos transportadores
- Interconexão entre gasodutos de transporte
- Diretrizes para a elaboração conjunta de Códigos Comuns de Acesso
- Mecanismos de repasse de receita entre os transportadores de gás natural interconectados
- Solução de conflitos relativos ao acesso aos terminais de GNL - conciliação e arbitramento
- Caracterização do Sistema de Transporte de Gás Natural

Exploração e Produção

Cessão de Contratos

Foi publicada a [Resolução ANP nº 785, de 16 de maio de 2019](#), que disciplina o processo de cessão de contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural, a constituição de garantias sobre direitos emergentes desses contratos e a alteração do controle societário de concessionárias ou contratadas.

A publicação da Resolução representa um avanço na concretização do objetivo estratégico da Agência de atualizar sua regulamentação, minimizando barreiras ao investimento e reduzindo os custos impostos pela regulação.

Essa iniciativa visa a promoção da concorrência, simplificação da regulação da ANP e incentiva o investimento em Exploração e Produção.



Estudos para a definição da Elaboração de Resolução do Programa Anual de Trabalho e Orçamento da Fase de Exploração - PAT/OAT

A ANP iniciou em 2019 estudos para a elaboração da Resolução que definirá os requisitos necessários para a apresentação, por parte dos Operadores, do PAT/OAT. Esta ação visa a uniformização e o fortalecimento da ferramenta de gestão das obrigações contratuais da fase de exploração, proporcionando a construção de uma base de dados mais completa que possibilite reunir informações sobre os investimentos previstos e realizados em toda a fase de exploração e não somente para o ano subsequente como é feito atualmente.

Não obstante, o envio das informações sobre as atividades exploratórias realizadas pelos operadores em toda a fase de exploração, otimizará as ações de fiscalização realizadas pela ANP no âmbito dos contratos de E&P.

Para o ano de 2020, a ANP tem como meta a realização de um workshop com os representantes da indústria de E&P, MME e PPSA para ampliar as discussões sobre a regulamentação do PAT/OAT e permitir que os diferentes pontos de vista sobre o tema sejam expostos e debatidos em conjunto.

Conteúdo Local

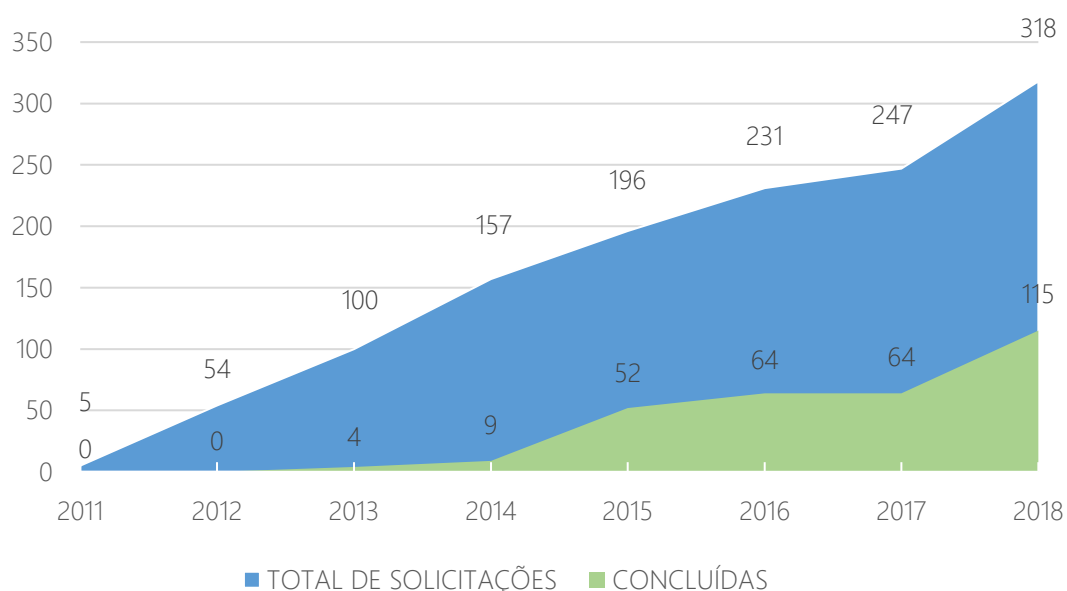
Pedidos de aditamento contratual

Desde a publicação da [Resolução ANP nº 726, de 11 de abril de 2018](#), que, com fundamento na [Resolução CNPE nº 1, de 21 de março de 2018](#), permitiu aos operadores de contratos de E&P firmados até a 13ª Rodada de Licitações solicitar a alteração de suas respectivas Cláusulas de Conteúdo Local, foram recebidos 285 pedidos de aditamento contratual para adesão aos novos percentuais, dos quais 271 foram analisadas e concluídas em 2019, restando 14 em fase final de recurso, a serem concluídos até o primeiro trimestre de 2020.

Concessões de isenção e ajustes

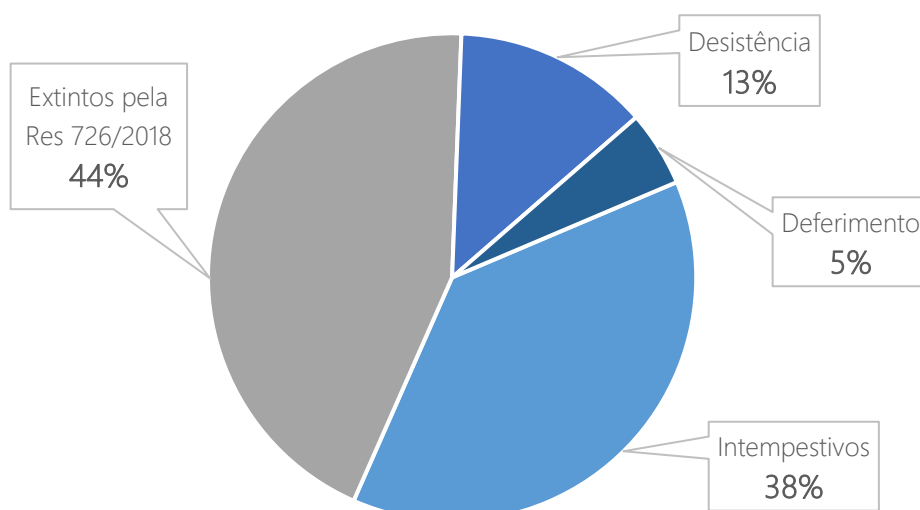
Além de possibilitar o aditamento da Cláusula de Conteúdo Local, a [Resolução ANP nº 726, de 11 de abril de 2018](#) regulamentou os procedimentos para concessão de isenções e ajustes, atendendo a determinação do Tribunal de Contas da União – TCU.

Gráfico 2. Pedidos de isenção e ajustes em conteúdo local



Os 115 pedidos que foram concluídos conforme as seguintes motivações, com destaque para os extintos por conta dos aditivos contratuais realizados nos termos da [Resolução ANP nº 726, de 11 de abril de 2018](#), estão relacionados no Gráfico 3, abaixo:

Gráfico 3. Pedidos de isenção e ajustes concluídos



Em 2019 foi feito o levantamento do estoque de pedidos de isenção e ajustes, e foram tratados cada um dos 203 pedidos restantes, sendo iniciada a análise dos documentos e informações existentes de modo a restabelecer a instrução e análise processual. A meta para 2020 é concluir a análise e julgar 25% das 203 solicitações pendentes, representando 50 pedidos.

Essa iniciativa atende determinação dos órgãos de controle e promove a simplificação administrativa.



Desenvolvimento da Produção

Workshop de acumulações marginais e entrega de dados aos operadores

Realização de workshop com objetivo de divulgar e esclarecer sobre o arcabouço regulatório voltado para as áreas inativas com acumulações marginais, incluindo temas como gestão de contratos, garantias financeiras, participações governamentais, segurança operacional e medição da produção. A ANP solicitou aos antigos operadores e encaminhou aos novos um pacote de dados como histórico de intervenções em poços, análises de óleo e água, de rocha e fluido, dentre outros importantes para o desenvolvimento dos campos.

Essa iniciativa promove incentivo à exploração e produção de petróleo e gás natural.



Estímulo ao aumento do fator de recuperação

Com o objetivo de estimular o aumento do fator de recuperação destacam-se as seguintes ações:

- Prorrogações contratuais concedidas em 2019 (campos de Estreito, Azulão, Jubarte, Roncador, Barracuda e Caratinga) que agregaram perspectivas de aumento do fator de recuperação.
- Ação de verificação dos campos sem produção a fim de promover a retomada das atividades ou a devolução ou cessão dos contratos.
- Alteração na resolução de cessão de direitos, [Resolução ANP nº 785, de 16 de maio de 2019](#), permitindo ao cessionário apresentar, junto com o cedente, no momento do pedido de cessão, um novo Plano de Desenvolvimento, no caso de campos maduros, e solicitar neste Plano de Desenvolvimento a prorrogação contratual e revisão dos valores de garantias de desativação, por exemplo.
- Regulamentação da inclusão na Oferta Permanente de áreas com manifestação de devolução recebida, estando em fase de elaboração. O tema está sendo incorporado na revisão da [Resolução ANP nº 27, de 18 de outubro de 2006](#), e da [Resolução ANP nº 28, de 18 de outubro de 2006](#).

Essas ações visam maximizar, a médio prazo, a produção por meio do aumento do fator de recuperação em campos maduros.



Desafios para o próximo exercício para o desenvolvimento da produção

- Regulamentação das modalidades de garantias de desativação e abandono;
- Regulamentação da definição e enquadramento de campo/acumulação marginal;
- Revisão da [Resolução ANP nº 17, de 18 de março de 2015](#) que trata dos Planos de Desenvolvimento, contemplando uma melhor definição de critérios a serem aplicados na delimitação de Área de Campo de Petróleo ou Gás Natural;
- Revisão da [Portaria ANP nº 100, de 20 de junho de 2000](#) e [Portaria ANP nº 123, de 18 de julho 2000](#) : busca-se regulamentar o Boletim Mensal de Produção (BMP) e as atividades realizadas, visando a melhoria da atuação fiscalizatória da ANP.

Defesa da Concorrência

Inclusão de preço de distribuição no sistema de movimentações de produtos da ANP

A obrigatoriedade de preenchimento de campos referentes à modalidade do frete e ao valor unitário no Sistema de Informações de Movimentação de Produtos – Simp, introduzida em novembro de 2018, foi progressivamente estendida ao longo de 2019, de modo que, ao final do ano, já estavam incluídas as vendas na etapa de distribuição de combustíveis de aviação, GLP, óleos combustíveis e combustíveis líquidos automotivos, de acordo com o disposto na [Resolução ANP nº 729, de 11 de maio de 2018](#), e [Resolução ANP nº 795, de 5 de julho de 2019](#). Produtos comercializados por distribuidores de produtos asfálticos e de lubrificantes, importadores, produtores, transportadores revendedores retalhistas – TRR e transportadores revendedores retalhistas na navegação interior – TRRNI serão introduzidos de forma escalonada ao longo de 2020, conforme publicado em <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/transparencia-de-precos-de-produtores-importadores-e-distribuidores>

Transparência de preços de comercialização praticados por produtores, importadores e distribuidores de derivados de petróleo e biocombustíveis

A Resolução nº 795, de 2019, instituiu a obrigação de apresentação de dados de preços relativos à comercialização de derivados de petróleo e biocombustíveis por produtores, importadores e distribuidores. Com o fito de dar maior transparência e acessibilidade a esses dados, a ANP criou página em que mantém links para as páginas na internet e endereços de e-mail dos produtores, importadores e distribuidores em que são divulgados seus “preços de lista”, o que corresponde ao preço de oferta de venda de derivados de petróleo (<http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrancia/precos/transparencia-de-precos-de-produtores-importadores-e-distribuidores>).

Essas iniciativas promovem a transparência e o incentivo à concorrência.



Conclusão do processo de pagamento da subvenção econômica ao óleo diesel

Criado pela [Medida Provisória nº 838, de 30 de maio de 2018](#), convertida na [Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018](#), o programa de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel foi a principal resposta dada pelo governo federal à greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018, em conjunto com a redução das alíquotas de impostos federais (PIS e Cofins) e a criação da tabela de frete mínimo pela ANTT.

O Programa, em particular, teve por objetivo reduzir o nível dos preços do óleo diesel e sua volatilidade sob a forma de equalização dos custos a que estão sujeitos os produtores e importadores de óleo diesel e distribuidores de óleo diesel. A subvenção econômica ao óleo diesel representou, até 2019, um desembolso de R\$ 6,79 bilhões ao Tesouro Nacional. A apuração e a liquidação dos créditos e débitos existentes entre os beneficiários e a União foram encerradas no último dia de abril de 2019, como pode ser verificado [aqui](#).

Desafios para 2020 para a defesa da concorrência no abastecimento

Conclusão dos estudos e continuidade do Projeto Estratégico de Transparência de Preços na Revenda para a automatização da obtenção de dados, buscando a divulgação tanto em aplicativo em âmbito nacional o já existente “ANP no Posto”, hoje presente em Goiás, como a obtenção automatizada via Secretarias de Fazenda para disponibilização ampla de preços de revenda.

Essa iniciativa pode promover redução de preços e visa garantir o Abastecimento nacional.



Logística do Abastecimento

As ações executadas pela ANP em 2019 tiveram como objetivo a garantia do abastecimento nacional, a avaliação da infraestrutura de logística de combustíveis e a contribuição com a formulação de diretrizes para o setor energético.

Publicação da [Resolução ANP nº 777, de 5 de abril de 2019](#), que regulamenta a atividade de comércio exterior de biocombustíveis, petróleo e seus derivados e derivados de gás natural. Esta resolução substituiu 23 resoluções que regulamentavam as atividades de importação/exportação de petróleo e seus diversos derivados.

Publicação da [Resolução ANP nº 784 de 26 de abril de 2019](#), que disciplina a autorização de operação de instalações de combustíveis líquidos automotivos, combustíveis de aviação, solventes, óleos lubrificantes básicos e acabados, GLP, óleo combustível, querosene iluminante e asfaltos, bem como institui a homologação de contratos de cessão de espaço ou de carregamento rodoviário. A nova resolução suprimiu a etapa de autorização de construção, simplificando o processo de autorização.

Essas iniciativas visam à simplificação administrativa, podendo ter impacto de redução de preços e estímulo à concorrência.



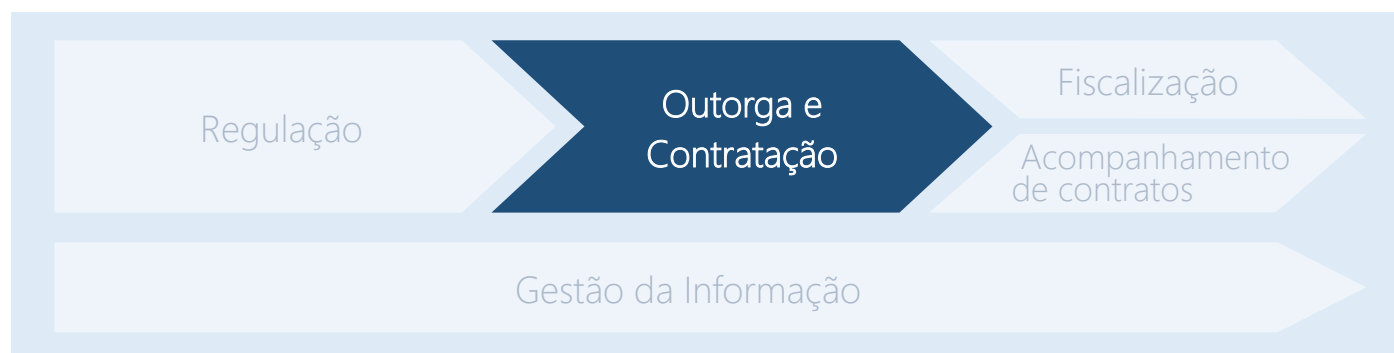
Fiscalização do Abastecimento

Foi publicada a [Resolução ANP nº 780, de 5 de abril 2019](#), que dispõe sobre os requisitos para desconsideração de infração às normas do abastecimento nacional de combustíveis, para fins de reincidência. A publicação dessa norma possibilitará a ampliação da receita da ANP em decorrência do incremento no pagamento de multas em processos administrativos sancionadores.

Essa iniciativa visa à simplificação administrativa pela possibilidade do pagamento de multa em reincidência no lugar de infração às normas do abastecimento, gerando ampliação na receita da ANP.



5.2. CADEIA 2: OUTORGA E CONTRATAÇÃO



A cadeia de valor **Outorga e Contratação das Atividades da Indústria** representa as atividades relativas à outorga e contratação das atividades da indústria do petróleo, gás natural e a autorização das atividades das indústrias reguladas, com vistas à garantia do abastecimento e do interesse estratégico nacional, compreendendo os processos de licitação e contratação, realizando a gestão do relacionamento do Agente Regulado com a ANP.

Avaliação de Bacias Sedimentares

A ANP realiza estudos geológicos e geofísicos nas bacias sedimentares brasileiras com o objetivo de elevar o conhecimento sobre seu potencial petrolífero e de selecionar áreas que serão ofertadas nas Rodadas de Licitações de Blocos para Exploração de Petróleo e Gás Natural. Esta é uma atividade da ANP que precede às rodadas de licitações, fazendo parte da Cadeia de Outorga e Contratação.

A avaliação de áreas para fim de licitações está ligada ao objeto estratégico da ANP de “Incentivar a exploração e a produção de petróleo e gás natural em benefício da sociedade brasileira”. Essa parte do processo visa identificar as melhores áreas para exploração de hidrocarbonetos no Brasil, classificar seu risco geológico e avaliar seu potencial.

A tabela abaixo sumariza todas as bacias que foram estudadas pela SDB e que foram incluídas em rodadas de licitações em 2019, mostrando uma variação de áreas em ambientes terrestres e marinhos; em áreas de elevado potencial, bacias maduras e bacias de nova fronteira; e distribuídas geograficamente de norte a sul do país.

Tabela 4. Bacias estudadas para inclusão em rodadas de licitações

Bacia	R16	R17	LP6	LP7	OP
Parnaíba					x
Potiguar		x			x
Recôncavo					x
Sergipe-Alagoas					x
Campos	x	x	x	x	x
Camamu-Almada	x				
Jacuípe	x				
Pernambuco-Paraíba	x				
Santos	x	x	x	x	
Pará-Maranhão		x			
Pelotas		x			

Desafios para 2020 na avaliação de bacias sedimentares

- Iniciar a modelagem de bacias, o que permitirá a investigação de extensas áreas, além de um melhor entendimento do potencial de geração e acumulação de petróleo e gás natural. Tal método pode ser utilizado especialmente para as rodadas da Oferta Permanente, que necessitam de avaliações mais rápidas de setores a serem ofertados;
- Fortalecer a análise de viabilidade econômica de oportunidades exploratórias;
- Realizar os seminários técnicos da Sétima Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal e da Décima Sétima Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios, e continuar os estudos das áreas disponíveis para serem ofertadas na Décima Oitava Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios e na Oitava Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal, que conterà as áreas de Tupinambá e Ametista (Bacia de Santos), e Turmalina (Bacia de Campos).

Rodadas de Licitações

Em 2019, a ANP realizou quatro rodadas de licitações planejadas e autorizadas pelo Conselho Nacional de Pesquisa Energética - CNPE. Os resultados dos certames licitatórios superaram expectativas e deram continuidade a consolidação da retomada do setor de petróleo e gás natural no Brasil iniciada em 2017.

O sucesso das rodadas reflete as mudanças regulatórias realizadas pelo Governo brasileiro, que tornaram o ambiente de negócios no país mais atraente a empresas de diferentes portes, e a própria atratividade dos blocos em oferta.

Figura 15. Avanços recentes na legislação



Sob o regime de concessão, foram realizadas as sessões públicas de apresentação de ofertas do 1º Ciclo da Oferta Permanente e da 16ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios.

Sob o regime de partilha de produção, foram realizadas as sessões públicas de apresentação de ofertas das Rodada de Licitações do Excedente da Cessão Onerosa e da 6ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção.

As rodadas de licitações realizadas em 2019 alcançaram níveis recordes de arrecadação em bônus de assinatura, da ordem de R\$ 84 bilhões, com investimentos mínimos de mais de R\$ 2 bilhões, e resultarão na assinatura de 60 novos contratos para atividades de exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural, sob os regimes de concessão e de partilha de produção. Este resultado consolida a retomada do setor de petróleo e gás natural no Brasil, iniciada em 2017.

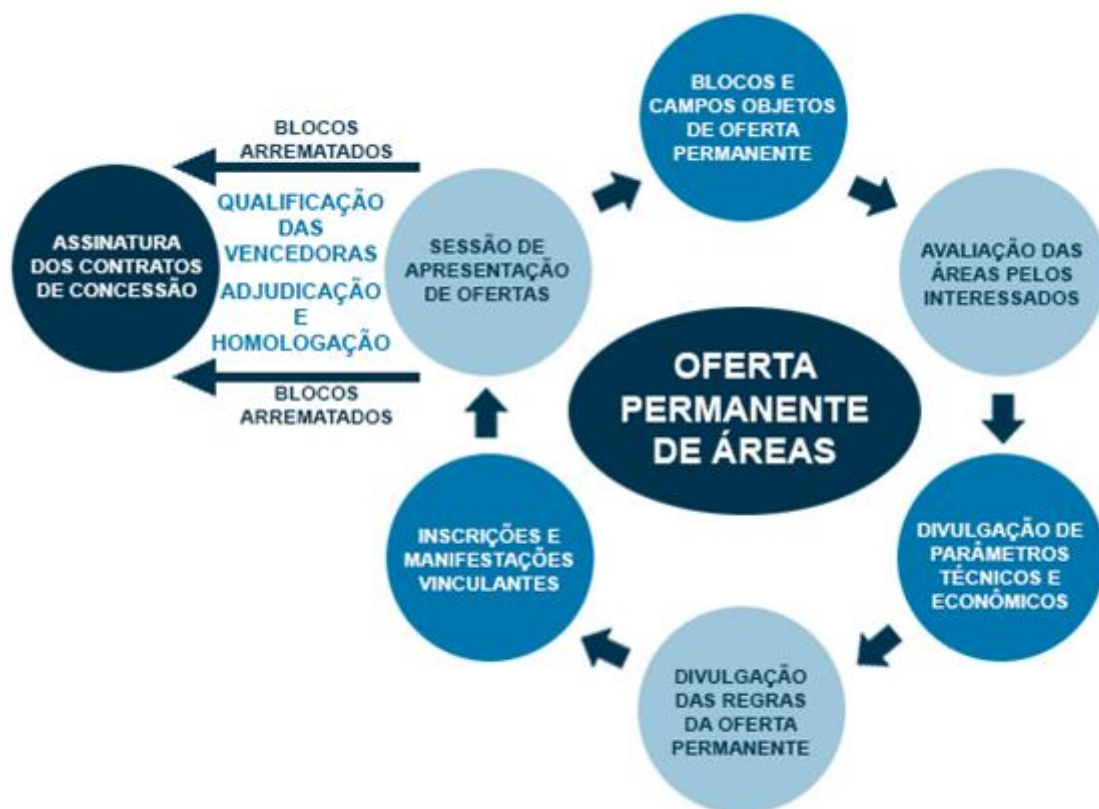
Figura 16. Resultados das Rodadas de Licitações em 2019

Descrição	Regime de Concessão		Regime de Partilha de Produção		Total
Áreas Acumulações Marginais arrematadas	12	-	-	-	12
Blocos arrematados	33	12	1	2	48
Bônus de Assinatura arrecadados (R\$ milhões)	22,3	8.915,9	5.050,0	69.960,0	83.948,2
Investimentos Mínimos - PEM/PTI (R\$ milhões)	320,3	1.579,3	278,0	-	2.177,5
Área arrematada (Km ²)	16.878,4	11.762,8	4.475,7	998,9	34.115,8

1º ciclo de oferta permanente

O processo de oferta permanente consiste na oferta contínua de campos devolvidos (ou em processo de devolução) e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à agência.

Figura 17. Processo de Oferta Permanente



A ANP realizou a sessão pública de apresentação de ofertas do 1º Ciclo da Oferta Permanente no dia 10 de setembro de 2019.

Foram arrematados 33 blocos exploratórios e 12 áreas com acumulações marginais para a outorga de contratos de concessão para exercício das atividades de exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural.

Com a realização do 1º Ciclo da Oferta Permanente, a ANP alcançou o objetivo de oferecer oportunidades e aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração ou reabilitação e produção de petróleo e gás natural em bacias densamente exploradas, possibilitando a continuidade dessas atividades nas regiões onde exercem importante papel socioeconômico.

Figura 18. 1º Ciclo de Oferta Permanente Realizado



16ª rodada de blocos exploratórios

Para a 16ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios foram ofertados 48 blocos nas bacias sedimentares Marítimas de Pernambuco-Paraíba, Jacuípe, Camamu-Almada, Campos e Santos, totalizando 29,91 mil km² de área. Foram arrematados 12 blocos por 10 licitantes, totalizando 11.762,78 km² de área.

Figura 19. 16ª Rodada de Licitações



6ª rodada de licitações de partilha da produção

Para a 6ª Rodada de Licitações de Partilha de Produção foram ofertados os blocos Aram, Bumerangue, Cruzeiro do Sul, Sudoeste de Sagitário, situados na Bacia de Santos, e Norte de Brava, situado na Bacia de Campos, ocasião em que foi arrematado o bloco de Aram por duas licitantes, com bônus de assinatura de R\$ 5,05 bilhões e previsão de investimentos mínimos na fase de exploração da ordem de R\$ 278 milhões.

Rodada de licitações do excedente da cessão onerosa (partilha de produção)

Para a Rodada de Licitações do excedente da Cessão Onerosa foram ofertados os blocos Atapu, Búzios, Itapu e Sépia. Foram arrematadas duas áreas, com uma arrecadação recorde em bônus de assinatura de cerca de R\$ 70 bilhões.

Rodadas de licitação planejadas para o biênio 2020-2021

Em continuidade à previsibilidade e ao planejamento plurianual de licitações para exploração e produção de petróleo e gás natural, estão previstas para o biênio 2020 – 2021 ao menos quatro rodadas de licitações: 17ª e 18ª Rodadas de Licitações sob o regime de concessão e 7ª e 8ª Rodadas de Licitações sob o regime de partilha de produção, e a realização de ciclos da Oferta Permanente.

Figura 20. Rodadas de Licitações planejadas para o biênio 2020-2021



Ciclos da oferta permanente

O edital da Oferta Permanente está em processo de revisão com previsão de publicação da versão final para julho de 2020. Além do aprimoramento das regras para participação na licitação, a ANP está incluindo 173 novos blocos e uma área com acumulações marginais, totalizando 740 blocos exploratórios e 3 áreas com acumulações marginais em oferta permanente.

Após a publicação da versão final do edital, as licitantes inscritas poderão declarar interesse para bloco ou área com acumulações marginais em oferta que, aprovada pela Comissão Especial de Licitação, dará início ao 2º Ciclo da Oferta Permanente.

Outros blocos e áreas estão em análise pelos órgãos ambientais estaduais e federais e poderão ser incluídos ao longo de 2020 no edital da Oferta Permanente, após a realização de audiência pública.

17ª e 18ª rodadas de licitações sob o regime de concessão

A ANP foi autorizada a realizar a 17ª Rodada de Licitações com a oferta de 128 blocos nas bacias sedimentares marítimas de Pará-Maranhão, Potiguar, Campos, Santos e Pelotas.

Alguns desses blocos estão localizados na Extensão da Plataforma Continental Brasileira, motivo pelo qual o CNPE instituiu Grupo de Trabalho com a finalidade de propor medidas relativas ao aproveitamento dos recursos petrolíferos nessa região. Os resultados do Grupo ensejarão aprimoramentos nas minutas de edital e contrato e permitirão a publicação dos instrumentos, dando início ao procedimento licitatório.

7ª e 8ª rodadas de licitações sob o regime de partilha da produção

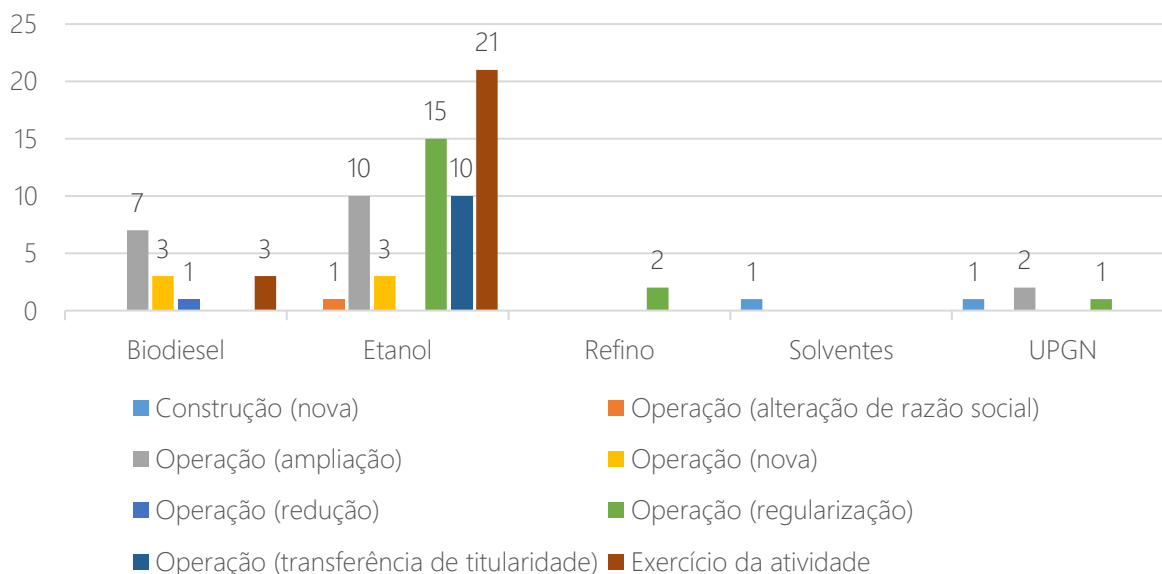
A ANP foi autorizada a detalhar os estudos dos prospectos indicados para compor a 7ª e a 8ª Rodadas de Licitações sob o regime de partilha de produção, nos anos de 2020 e 2021. Para a 7ª Rodada, serão detalhados os estudos das áreas denominadas Esmeralda e Ágata, localizadas na Bacia de Santos, e Água Marinha, situada na Bacia de Campos.

Os estudos foram concluídos e remetidos ao Ministério de Minas e Energia. A ANP aguarda publicação de Resolução do CNPE autorizando o certame para iniciar o procedimento licitatório.

Produção de Combustíveis – Autorização de Instalações Produtoras

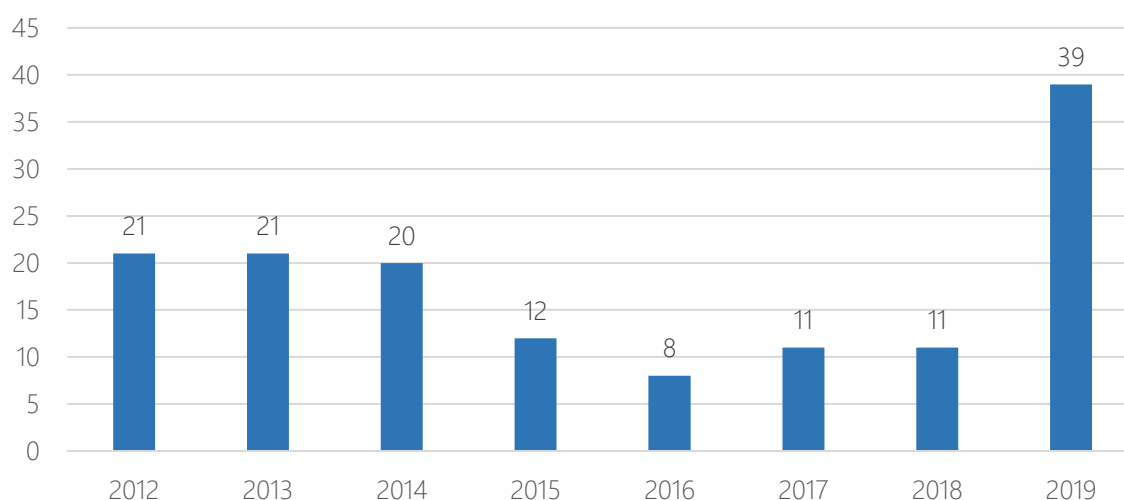
Ao longo de 2019 a ANP autorizou 81 instalações produtoras de combustíveis, segmentadas por setor e por tipo de autorização na figura abaixo.

Gráfico 4. Autorizações de instalações



Em 2019, com a publicação da [Resolução ANP nº 734, de 2018](#), que ampliou as hipóteses em que há a necessidade de vistoria para a outorga de autorização, houve um aumento no número de vistorias antecedentes ao processo de outorga realizadas pela ANP, como pode ser observado abaixo.

Gráfico 5. Vistorias para outorga de autorização



A perspectiva para 2020 é que o número de autorizações para a atividade de produção de biocombustíveis continue alto, devido à realização de projetos de produção de biometano, às instalações produtoras de etanol a partir de milho em construção na região Centro-Oeste, além da ampliação de instalações produtoras de etanol e biodiesel existentes, tendo em vista os incentivos promovidos pelo [Programa RenovaBio](#) e pelo incremento da mistura obrigatória de biodiesel no diesel.

Autorizações para Gás Natural e Movimentações

Foram outorgadas, em 2019, 107 autorizações, conforme quadro abaixo.

Tabela 5. Autorizações concedidas

Tipo de Autorização	Quantidade
Construção	19
Operação	30
Comercialização Gás Natural	18
Atividade de Carregamento de Gás Natural	31
Atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados, gás natural e biocombustíveis, por meio aquaviário	8
Atividade de Distribuição de GNC	1
Total	107

Cabe destacar o significativo número de autorizações outorgadas para Atividade de Carregamento de Gás Natural. Esse número se deu por conta da Chamada Pública da TBG – detalhada na Cadeia de Valor “Acompanhamento de Contratos” uma vez que os agentes interessados em participar do certame deveriam possuir tal autorização pela ANP.

Foram criados os Boletins Mensais de Autorizações de Infraestrutura outorgadas e os indicadores das análises, bem como os investimentos e incrementos em infraestrutura previstos e realizados em 2019. O Boletim Anual de Autorizações para Infraestruturas de Movimentação 2019, que consolidou os dados mensalmente disponibilizados, pode ser acessado por meio do link:

http://www.anp.gov.br/arquivos/publicacoes/boletins-anp/infraestrutura/boletim_coi_aut_2019_rev2.pdf

Além do Boletim Anual, boletins mensais referentes ao ano de 2019 podem ser encontrados em:

<http://www.anp.gov.br/armazenamento-e-movimentacao-de-produtos-liquidos/boletim-autorizacoes-infraestrutura>

Comprovação da Disponibilidade de Gás Natural para Participação em Leilões de Energia

Cabe à ANP emitir parecer relativo à comprovação da disponibilidade de gás natural no processo de habilitação das usinas termelétricas (UTES), que utilizam gás natural como combustível, nos Leilões de Energia Nova (LENs) promovidos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Para o LEN A-6 2019, a ANP recebeu para análise a documentação referente a 51 empreendimentos. A documentação recebida foi analisada e os agentes respondidos. Foram emitidos 60 Pareceres Técnicos relativos aos empreendimentos, os quais subsidiaram a EPE no processo de habilitação das termelétricas no Leilão, ocorrido no segundo semestre de 2019.

Para o Leilão de Energia Existente A-2 2019, a ANP recebeu para análise a documentação referente a 11 empreendimentos e emitiu 19 Pareceres Técnicos que subsidiaram a EPE no processo de habilitação das termelétricas no Leilão, ocorrido no final de 2019.

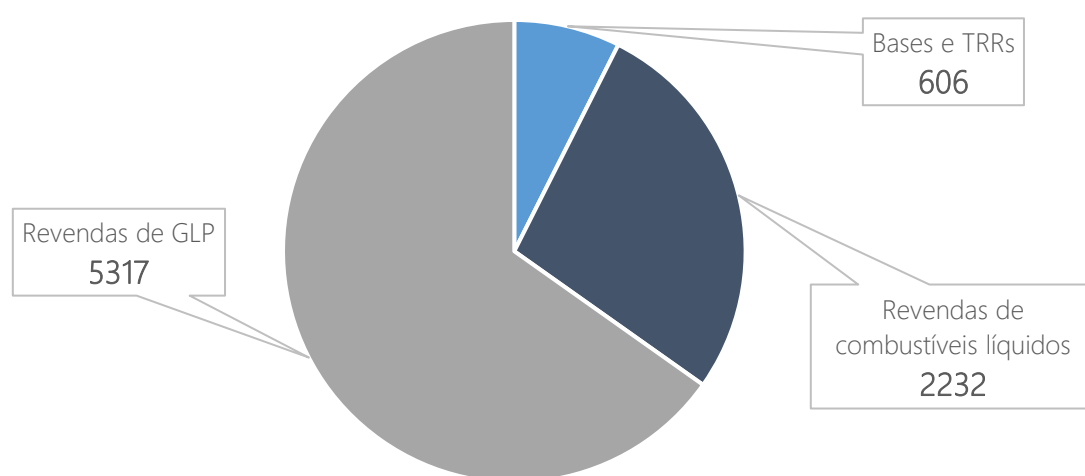
Autorizações de Operação de Instalações de Armazenamento e Distribuição

O abastecimento nacional de combustíveis é declarado como de utilidade pública pela legislação brasileira. Neste sentido, cabe à ANP garantir ao consumidor a qualidade e o fornecimento dos combustíveis em todo o Brasil.

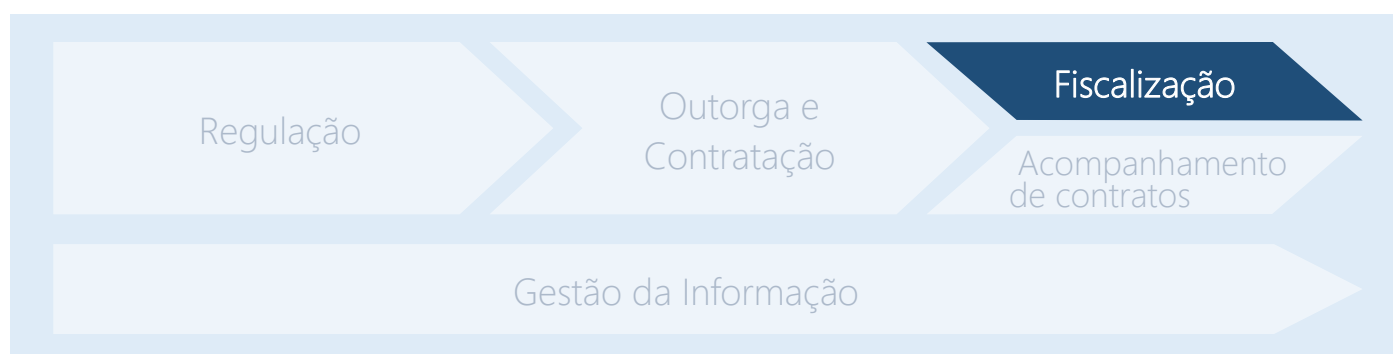
No exercício dessa competência, a Agência outorga autorizações de operação, elabora e publica resoluções técnicas que regulam as atividades constantes do sistema nacional de abastecimento de combustíveis.

Em 2019, foram analisados 606 pedidos de outorga para Bases e TRRs, 2.332 de revendas de líquidos, 5.317 de revendas de GLP, além da homologação de cerca de 1.000 Contratos de Fornecimento.

Gráfico 6. Autorizações de operação de instalações de armazenamento e distribuição



5.3. CADEIA 3: FISCALIZAÇÃO



A cadeia de valor **Fiscalização das Atividades da Indústria** tem por objetivo verificar o cumprimento das normas das atividades das indústrias reguladas, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos, visando garantir o atendimento a legislação pertinente, as melhores práticas da indústria, conservação e uso racional do petróleo e do gás natural.

Uma das finalidades da ANP é a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, diretamente ou mediante convênios com outros órgãos públicos. A atuação da Agência na fiscalização abrange as áreas de exploração, produção, refino e processamento de petróleo e gás natural, movimentação de petróleo e derivados, biocombustíveis e gás natural, e o abastecimento de derivados de petróleo e gás e biocombustíveis.

Fiscalização da Segurança Operacional no Upstream

O planejamento de fiscalização da segurança operacional é parte do plano de fiscalização anual do Upstream da ANP, que estipulou para 2019 os seguintes indicadores:

Tabela 6. Índice de cobertura de fiscalização em instalações de E&P

Tipo Unidade	Meta	Base cálculo índice de cobertura
Unidades Offshore de Produção	40%	grupos
Unidades Offshore de Perfuração	58%	grupos
Poços Marítimos	25%	operadores com poços vigentes no SGIP neste período
	50%	poços vigentes perante o SGIP no período
Campos Onshore	40%	grupos
Dutos Terrestres	50%	grupos
Sistemas Submarinos	19%	grupos

De forma a atingir os índices de cobertura acima, foram determinados os seguintes quantitativos de fiscalizações:

Tabela 7. Auditorias previstas e realizadas

Auditorias Previstas		Auditorias Realizadas	
Offshore	Onshore	Offshore	Onshore
40	0	47	0
11	0	13	0
5	2	8	2
0	12	0	12
0	3	0	3
5	0	5	0
4	0	4	0
1	0	0	0
0	3	0	1
66	20	77	18

Tabela 8. Índice de realização de auditorias

Realização de Auditorias	
Total Previsto	86
Total Realizado	95
% Realização	110%

A tabela acima revela que a meta de auditorias offshore foi superada. Quanto à meta de auditoria *onshore*, foram realizadas 18 das 20 previstas. Como resultado, tem-se que foi realizado 110% do quantitativo previsto de auditorias para o ano de 2019.

Em relação ao índice de cobertura atingido pelas fiscalizações realizadas em 2019, foi apurado o seguinte resultado:

Tabela 9. Índice de cobertura de fiscalização de segurança operacional

Tipo Unidade	Meta	Base cálculo índice de cobertura	Universo de Fiscalização	Realizado quantitativo (grupos distintos)	Índice de cobertura realizado
Unidades Offshore de Produção	40%	dos grupos	88	45	51%
Unidades Offshore de Perfuração	58%	das sondas em operação	23	16	70%
Poços Marítimos	25%	dos operadores com poços vigentes perante o SGIP no período	12	4	33%
	50%	dos poços vigentes perante o SGIP no período	470	321	68%
Campos Onshore	40%	dos grupos	31	12	39%
Dutos Terrestres	50%	dos grupos	6	3	50%
Sistemas Submarinos	19%	dos grupos	27	5	19%

Analisando-se o resultado acima, conclui-se que os índices de cobertura da fiscalização de Segurança Operacional para as instalações de E&P estipulados para o ano de 2019 foram cumpridos ou até mesmo superados.

Desafios da fiscalização da segurança operacional para 2020

O Planejamento Estratégico de Segurança Operacional da ANP para o ano de 2020 detalha os principais desafios para 2020 e contém as ações formuladas para endereçá-las.

Essas iniciativas têm foco em aumento da segurança operacional e sustentabilidade ambiental



Aprimoramento de resposta a emergências e implementação de lições aprendidas - Dois acidentes ocorridos em 2019 apontaram a necessidade aprimoramento da resposta a emergências: o acidente de derramamento de óleo na costa do Nordeste, para o qual houve acionamento do Plano Nacional de Contingência (PNC), e a descarga de óleo com toque de óleo na costa oriundo de P-53. Em ambos os eventos, a demora na detecção da ocorrência do evento e a falta de mecanismos para identificar a origem do óleo evidenciaram a existência de pontos de melhoria. **Ações projetadas:**

- Estruturação da Sala de crise;
- Elaboração da Instrução Normativa de Resposta a Emergência;
- Elaboração de alertas de segurança e formação de equipe de acompanhamento ou investigação de acidentes graves;
- Avaliação de sistemas de tratamento de água produzida;
- Avaliação de sistemas de descarregamento (offloading);
- Acompanhamento do projeto de implementação de análise de biomarcadores;
- Articulação com o Ibama para compartilhamento das ações que serão realizadas.

Descomissionamento e extensão de vida útil – gestão da integridade das instalações - A ocorrência de dois eventos com descarga de óleo durante o ano de 2019, que já se encontrava em processo de descomissionamento à época, evidencia que os operadores possuem lacunas na gestão de integridade das instalações após a etapa de operação. **Ações projetadas:**

- Realização de benchmarks – troca de experiências - para tratar de tópicos relativos a descomissionamento e extensão de vida útil;
- Realização de ação temática para avaliação da condição das instalações com término da produção previsto até 2021 e acompanhamento das Não Conformidades em aberto destas instalações;
- Realização de reuniões bimestrais, com início em 2019, para discutir conjuntamente Programas de Desativação de Instalações (PDI);

Prevenção de eventos de descarga de óleo - O aumento significativo de eventos de descarga de óleo ocorrido em 2019 em comparação aos anos anteriores requer o reforço da atuação preventiva da ANP quanto a estes eventos. **Ações projetadas:**

- Finalização da investigação do acidente ocorrido;
- Elaboração de alertas de segurança relativos aos eventos de descarga ocorridos;
- Emissão de termo de cooperação com a Marinha para avaliação de sistemas navais;

- Avaliação de sistemas de tratamento de água produzida;
- Avaliação de sistemas de descarregamento (offloading);
- Acompanhamento de indicadores de perda de contenção dos operadores.

Infraestrutura de escoamento da produção offshore - As auditorias de sistemas submarinos realizadas durante o ano de 2019 apontaram graves deficiências na gestão de segurança operacional destes sistemas, causando quantidade significativa de interdições e paradas. Uma vez que o potencial impacto de um acidente relacionado a sistemas submarinos é relevante em termos ambientais e também devido ao impacto sobre a produção de óleo em caso de paradas e interdições, o foco na estrutura de escoamento da produção offshore mostra-se necessário. **Ações projetadas:**

- Realização de ação temática para avaliação da condição das instalações com extensão de vida útil em sistemas submarinos;
- Solicitação de diagnóstico dos operadores relativos aos sistemas submarinos;
- Acompanhamento da evolução ao longo de 2020 dos pontos negativos relativos aos sistemas submarinos identificados pela ANP e pelo diagnóstico dos operadores.

Fomento ao licenciamento ambiental - O acompanhamento do andamento do licenciamento ambiental realizado pela ANP revela que há grande percentual de blocos sem qualquer atividade de exploração e produção autorizada pelo órgão ambiental. Esta situação prejudica a licitação de novas áreas, afastando investimentos. Adicionalmente, informações recebidas de operadores denotam disparidades nos critérios de licenciamento ambiental entre diferentes órgãos, prazos alongados e altos custos. Merece destaque a questão do licenciamento em áreas de novas fronteiras, cuja última licença ambiental para atividade de exploração emitida remonta a 2013. **Ações projetadas:**

- Realização de sessões de trabalho com o Ibama para tratar de acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental, entre outros temas;
- Realização de sessões de trabalho com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) para tratar de temas relativos a obtenção de pareceres e licenças ambientais, descomissionamento, recuperação de áreas e mudança de titularidade;
- Realização de sessões de trabalho com operadores que possuam contratos de concessão suspenso por atraso no processo de licenciamento ambiental;
- Execução do plano de ação elaborado no âmbito do projeto de gestão de riscos "obtenção das diretrizes ambientais".

Novos entrantes e transferências de operação - A intensificação do calendário de rodadas, principalmente devido ao ciclo de Oferta Permanente de Acumulações Marginais, e o Plano de Desinvestimento da Petrobras trouxeram novos agentes para o cenário de Exploração e Produção no Brasil. Embora a diversificação de atores se mostre benéfica para o cenário nacional, os novos entrantes podem estar pouco habituados aos regulamentos de Segurança Operacional e requerem atenção por parte da ANP.

Ações projetadas:

- Realização de workshops, reuniões orientativas e auditorias antes da entrada em operação com novos operadores;
- Aprimoramento do processo de cessão de direitos.

Aprimoramento dos Instrumentos Regulatórios – ações projetadas:

- Revisão do SGSO – Sistema de Gestão de Segurança Operacional de forma a torná-lo aplicável a todas as instalações do upstream, estabelecer critérios de aplicação do regulamento adequados aos riscos operacionais dos ativos e preencher as lacunas regulatórias.
- Identificação de lacunas, oportunidades de melhorias e questões de ordem prática para fundamentar futuras revisões de regulamentos recém-publicados e do manual de comunicação de incidentes.
- Fomento da elaboração de manuais de Boas Práticas de Segurança Operacional por meio das associações industriais - manual de segurança operacional e meio ambiente para o início das operações, manual de extensão de vida útil e manual de descomissionamento.
- Estabelecimento de convênios e parcerias com órgãos e instituições para fortalecimento da atuação regulatória e obtenção de dados técnicos e de suporte às atividades da ANP - coleta de óleo por inspetores da Marinha e agentes do Ibama para caracterização de óleo pelo CPT, coleta de imagens de satélites pelo INPE para identificação de feições.

Fiscalização da Atividade de Exploração no Upstream

No ano de 2019 foram realizadas sete ações de fiscalização, distribuídas em cinco Bacias Sedimentares, superando a meta estabelecida para o período, de cinco ações de fiscalização. As ações tiveram o objetivo de acompanhamento de atividades associadas ao PEM – Programa Exploratório Mínimo e ao PAD – Plano de Avaliação de Descoberta e para a verificação da situação dos poços e locações no que se refere às condições de abandono e arrasamento de poços e recuperação ambiental das locações.

Tabela 10. Fiscalizações de exploração realizadas

Período	Bacia	Número de Poços	Escopo da Fiscalização
Fevereiro	Recôncavo	1	Acompanhamento de perfuração de poço
Fevereiro	Sergipe-Alagoas	1	Acompanhamento de intervenção em poço
Março	Paraná	1	Situação do Poço e Recuperação Ambiental
Junho	Potiguar	12	Situação dos Poços e Recuperação Ambiental
Agosto	Recôncavo	1	Acompanhamento de perfuração de poço
Setembro	São Francisco	1	Situação do Poço e Recuperação Ambiental
Dezembro	Recôncavo	10	Situação dos Poços e Recuperação Ambiental
		1	Acompanhamento de Teste de Longa Duração

Tabela 11. Índice de realização de fiscalizações da fase de exploração

Fiscalizações de Exploração	
Previstas	Realizadas
5	7
% Realização	140%

Fiscalização da Atividade de Desenvolvimento da Produção no Upstream

Foram realizadas dez atividades de fiscalização em campo, das quais nove em terra (campos de Rio do Carmo, Tabuleiro dos Martins, Sul de Coruripe, Fazenda Guindaste, Cidade de Aracaju, Foz do Vaza Barris, Tartaruga, Tigre e Carapitanga) e uma em mar (Lula), superando a meta estabelecida para o período, de oito ações de fiscalização.

Tabela 12. Ações de fiscalização em campos de produção

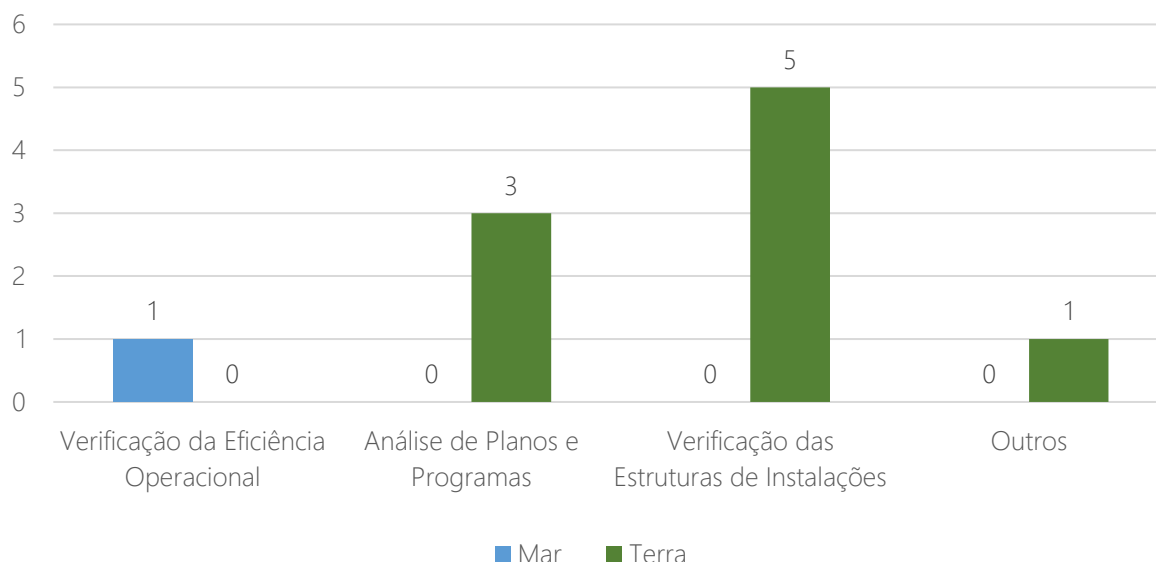


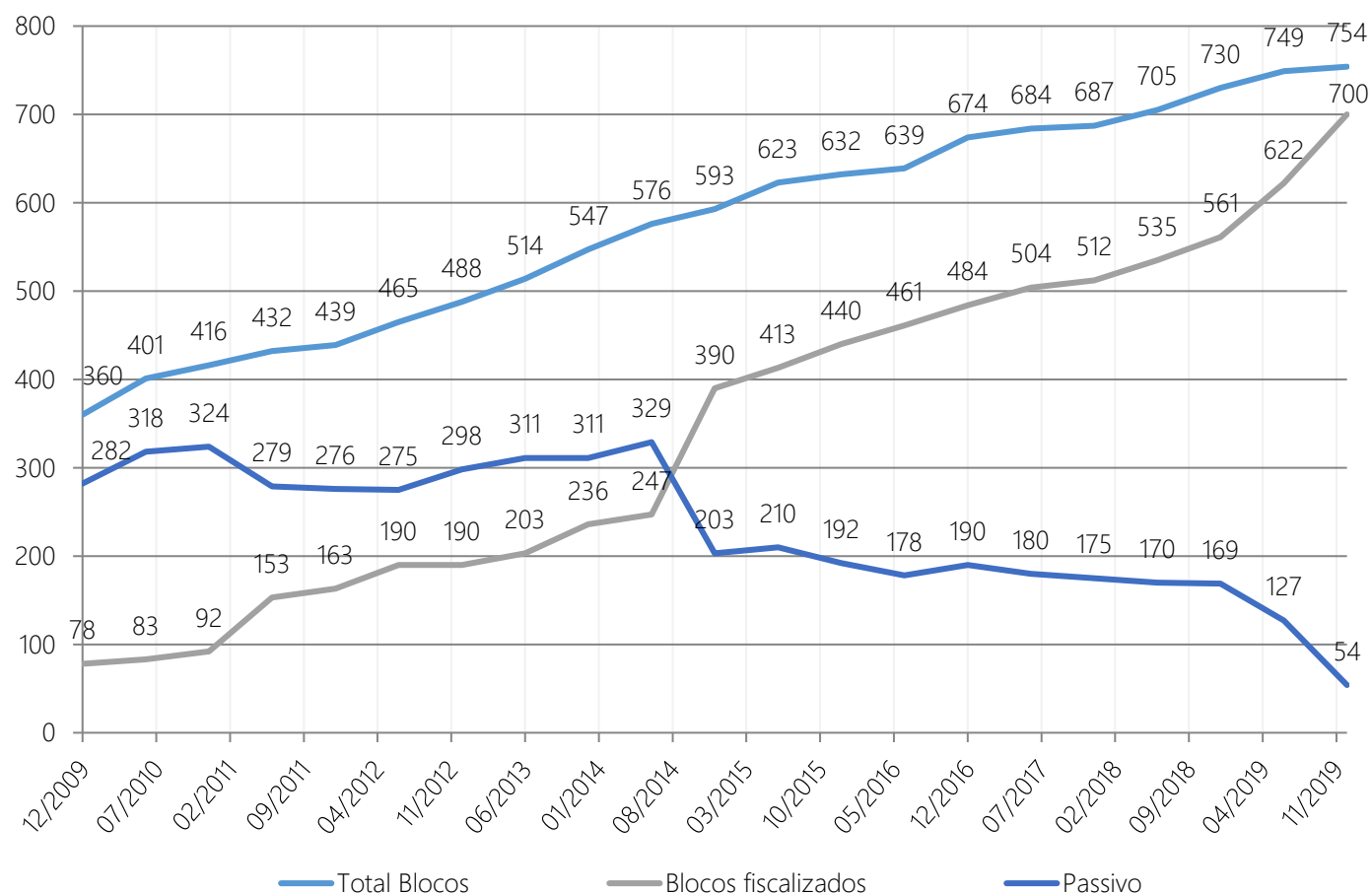
Tabela 13. Índice de realização de fiscalização em campos de produção

Fiscalizações do Desenvolvimento da Produção	
Previstas	Realizadas
8	10
% Realização	125%

Fiscalização dos Compromissos de Conteúdo Local no Upstream

Entre 2014 e 2017 era observado um passivo constante de 200 blocos pendentes de fiscalização em relação às obrigações de conteúdo local na Fase de Exploração. Porém, a partir de mudanças na metodologia aplicada pela ANP, foi possível observar uma diminuição considerável no passivo, principalmente a partir de 2018, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 7. Fiscalizações dos compromissos de conteúdo local de 2009 a 2019



Em 2019, 132 blocos exploratórios foram analisados em relação ao cumprimento da Cláusula de Conteúdo Local. Em 73 desses casos foi constatado descumprimento das obrigações contratuais, resultando em autos de infração no valor total de R\$ 1.172.096.904,23, dos quais R\$ 11.675.621,99 já passaram por decisão de primeira instância e foram pagos à vista, com o desconto de 30% legalmente previsto – correspondendo a R\$ 8.202.349,61.

Para 2020, a meta é fiscalizar 60 blocos e 26 campos, que já tiveram suas respectivas Fases de Exploração ou Etapa de Desenvolvimento finalizadas.

Fiscalização da Medição da Produção no Upstream

Foram realizadas 46 ações de fiscalização em instalações de produção de petróleo e gás natural. Dentre essas, foram realizadas 28 autorizações de sistema de medição e 18 inspeções de rotina do sistema de medição. Internamente, a alocação de fiscais para atendimento das demandas operacionais de outras atividades de fiscalização (validação da produção, recálculo da produção, análise de falhas de medição) influenciou no resultado alcançado, ligeiramente abaixo do planejado. No entanto, a implantação de metodologias interativas e on-line para visualização e manipulação dos dados de produção de petróleo e gás natural possibilitaram que os fiscais realizassem o trabalho de fiscalização de forma mais dinâmica e efetiva, com maior assertividade e rapidez. O recebimento, a análise e o tratamento de um número crescente de dados de produção vêm permitindo, ainda, um monitoramento remoto cada vez mais completo da produção por parte da ANP, independentemente de deslocamento de servidores e coleta de dados in loco.

Gráfico 8. Fiscalizações da medição da produção

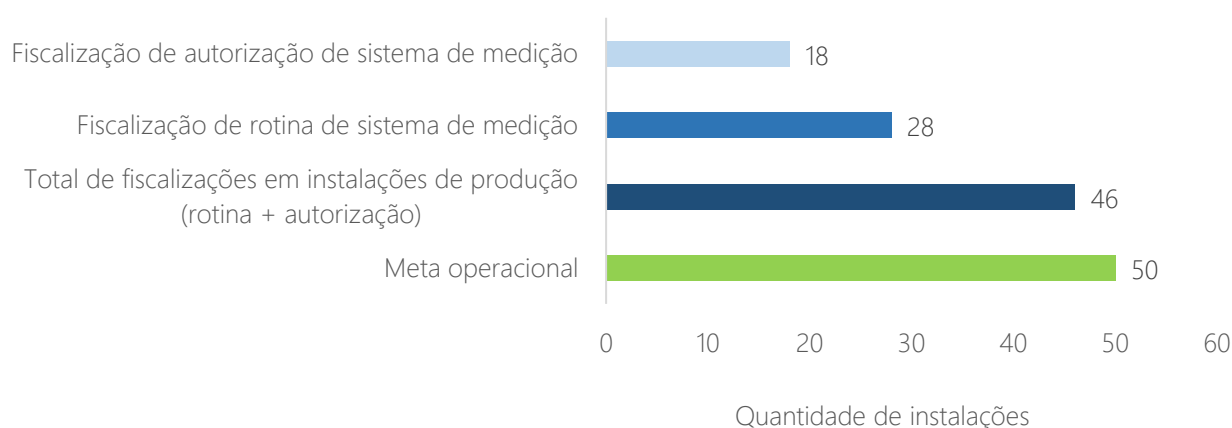


Tabela 14. Índice de realização da fiscalização da medição da produção

Fiscalizações da Medição da Produção	
Previstas	Realizadas
50	46
% Realização	0,92

Fiscalização e Auditoria das Participações Governamentais

Auditoria de gastos dedutíveis da receita bruta para fins de recolhimento de participação especial - Em relação às atividades de auditoria de gastos dedutíveis da receita bruta para fins de recolhimento de participação especial, em 2019 foram realizadas 13 auditorias em concessionárias de campos sujeitos a cobrança de Participação Especial – PE.

Auditoria do preço de venda do gás natural e do preço de referência do petróleo e do gás natural - A partir de notas fiscais de venda e de dados declarados pelos concessionários, foram realizadas, mensalmente, auditorias nos preços utilizados para pagamento das participações governamentais, consolidadas no Relatório de Auditoria de Preços. Como resultado destas auditorias em 2019, foram apurados sete recolhimentos de royalties, totalizando aproximadamente R\$ 250 mil de arrecadação.

Fiscalização das Atividades de Produção de Combustíveis

Auditorias de Segurança Operacional - A ANP tem como prioridade acompanhar e fiscalizar a segurança operacional das instalações, investigar incidentes e disseminar as melhores práticas operacionais para o exercício das atividades reguladas, tendo como vetor de atuação a proteção da vida humana e do meio ambiente.

Em relação às auditorias previstas, das 19 refinarias de petróleo autorizadas a operarem no Brasil, já foram realizadas auditorias em 9, representando 47% do total, tendo como objetivo a verificação de requisitos de segurança operacional. A tabela abaixo apresenta a situação atual.

Tabela 15. Auditorias realizadas e pendentes em refinarias

Auditoria de Segurança Operacional	Refinaria
Realizadas até 2019	REMAN, LUBNOR, RPCC, RLAM, REDUC, MANGUINHOS, RPBC, REPAR e REFAP.
Pendentes para 2020	RNEST, DAX OIL, REGAP, REPLAN, REVAP, RECAP, UNIVEN, RIOGRANDENSE, UN-SIX e FASF.

Fiscalizações de concessão de autorizações, aspectos de segurança operacional e investigação de incidentes - A ANP realizou 52 ações de fiscalização em 2019, sendo 39 vistorias para concessão de autorizações, 10 para ações de fiscalização em segurança operacional e 3 ações integradas do *downstream*, como pode ser observado na tabela a seguir. São tipos de ações de Fiscalização:

Tabela 16. Ações de fiscalização em produtores de biodiesel, biometano, etanol, refinarias e UPGNs

Qualificação do Agente	Outorga e Processos Sancionatórios	Segurança Operacional	Integrada do <i>downstream</i>	Total
Produtor de Biodiesel	11	6	2	19
Produtor de Biometano	3	0	0	3
Produtor de Etanol	25	2	1	28
Refinaria	0	1	0	1
UPGN	0	1	0	1
Total	39	10	3	52

Nas ações com foco em segurança operacional, a ANP ampliou o conceito e a prática de fiscalização para além da prevenção e repressão, instruindo práticas de educação e orientação aos agentes econômicos, mitigando danos às pessoas e ao meio ambiente, além de buscar a continuidade do suprimento nacional de derivados de petróleo, gás natural e de biocombustíveis.

Fiscalização das Atividades do Gás Natural e Movimentações de Produtos

Foi estabelecida a meta de 31 ações de fiscalização para 2019 assim distribuídas:

- Região Sul: 2 terminais, 5 dutos (RTDT);
- Região Sudeste: 4 terminais, 1 terminal de GLP, 1 duto (RTDT), 1 instalação de gasodutos e 2 unidades de compressão de gás natural;
- Região Centro – Oeste: 1 terminal e 1 unidade de compressão de gás natural;
- Região Nordeste: 1 terminal de GNL, 4 dutos (RTDT) e 3 instalações de gasodutos;
- Região Norte: 2 dutos portuários.

Na elaboração do planejamento foram priorizadas instalações não fiscalizadas nos últimos 4 (quatro) anos e fiscalizações ainda não realizadas, no caso do RTDT.

Foram realizadas 100% das fiscalizações programadas para o ano, ou seja, 50 fiscalizações. Houve concentração de esforços na Região Norte, realizando-se ações de fiscalização não programadas, por ter-se verificado a necessidade de se regularizar a operação de diversos dutos portuários na Região.

Tabela 17. Ações de fiscalização em terminais, unidades de compressão e dutos

Ações de Fiscalização	Programado	Realizado	Porcentagem
Terminais	8	30	375%
Terminal de GNL	1	1	100%
Dutos, RTDT e Portuários	15	15	100%
Instalação de Gasoduto	4	2	50%
Central de Distribuição de GNL	0	1	-
Unidade de Compressão de Gás Natural	3	1	33%
Total Brasil	31	50	161%

Fiscalização do Abastecimento

A fiscalização do abastecimento é realizada em um mercado extremamente dinâmico e robusto, que conta com cerca de 125 mil agentes econômicos autorizados, distribuídos por todo o território nacional, tendo registrado movimentação anual da ordem de 140 milhões de metros cúbicos de combustíveis no ano de 2018. O Plano Anual de Fiscalização da ANP é elaborado com base nos seguintes parâmetros:

- **Abrangência:** o quantitativo e a distribuição de agentes econômicos autorizados;
- **Capacidade de fiscalização:** o número de servidores e a disponibilidade dos contratos de transporte em cada região;
- **Equilíbrio:** a necessidade de julgamento dos processos administrativos sancionadores em primeira instância.

Assim, foram estipuladas as seguintes metas em 2019: 16.284 ações de fiscalização, 11.753 ações de fiscalização em campo, envolvendo 585 agentes da revenda varejista.

Além disso, ações conjuntas são planejadas ao longo do ano no âmbito do Comitê de Planejamento Integrado do Downstream da ANP. Nessas oportunidades, são priorizadas as ações de fiscalização em usinas de biodiesel, produtores de etanol combustível e rerrefinadores, em face do envolvimento institucional das supracitadas unidades com as referidas categorias de agentes econômicos.

Em 2019, a ANP realizou 19.026 ações de fiscalização. Dessas, 12.538 ocorreram em campo e 704 agentes econômicos diversos da revenda varejista de combustíveis e de GLP foram fiscalizados.

Tabela 18. Ações de fiscalização do abastecimento

Fiscalização do Abastecimento	Previstas	Realizadas	Variação
Fiscalizações	16.284	19.026	116,84%
Fiscalizações em campo	11.753	12.538	106,68%
Agentes varejistas fiscalizados	585	704	120,34%

Os números apresentados demonstram que o quantitativo de ações de fiscalização realizadas superou em mais de 15% a meta planejada. Isso se deve, principalmente, ao fato de que as circunstâncias do mercado associadas às dificuldades econômicas do País e às controvérsias relativas às alterações no marco regulatório do setor impuseram a necessidade de maior atuação da fiscalização do que o inicialmente previsto. Desta forma, os resultados alcançados são considerados satisfatórios e os números alcançados refletem o esforço gerencial e o desempenho dos servidores da ANP.

O cenário de maior abertura econômica ocorrido em 2019 aponta para a ampliação do ambiente concorrencial, simplificação das normas e redução do impacto regulatório, com expectativa de maior razoabilidade nos preços de combustíveis comercializados no Brasil. Esse desafio em curso continuará a demandar a presença constante e ampla da fiscalização em 2020, com vistas a assegurar a qualidade dos produtos comercializados, o respeito às regras de comércio e a defesa do interesse do consumidor, contribuindo para a consolidação das diretrizes de maior abertura do mercado.

Suporte à Fiscalização – Qualidade de Combustíveis e Lubrificantes

A ANP atua incessantemente para a melhoria da qualidade dos combustíveis derivados de petróleo, do gás natural, do biodiesel e do etanol combustível. Para isso, a Agência especifica as características físico-químicas que garantem que os combustíveis tenham a qualidade mínima necessária para o desempenho esperado. Os produtos vendidos aos consumidores atendem obrigatoriamente a essas especificações. Essa regulamentação atende à Política Energética Nacional e aos anseios da sociedade quanto à adequação dos produtos ao uso, ao meio ambiente e aos interesses do consumidor, considerando a realidade nacional. A ANP possui vários programas de monitoramento, sendo eles:

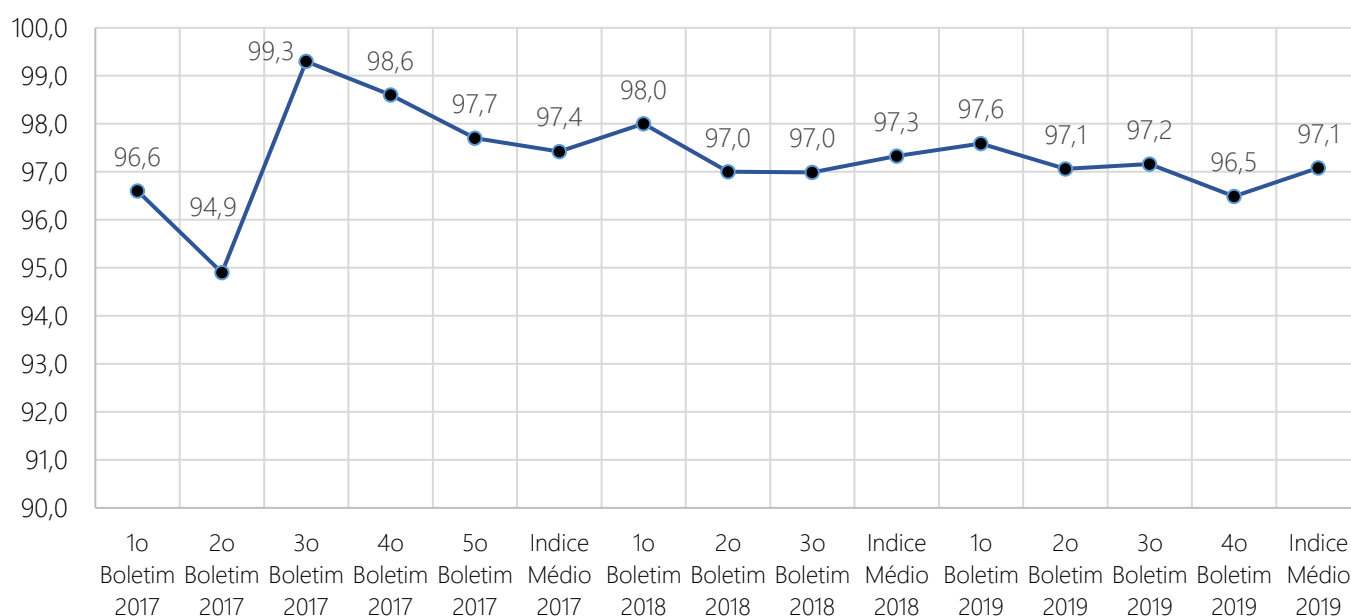
Programa de Monitoramento de Lubrificantes - PML

O Programa de Monitoramento de Lubrificantes – PML, tem como objetivos avaliar a qualidade dos óleos lubrificantes automotivos comercializados no país, a regularidade de seus registros e a adequação dos rótulos ao atendimento das exigências legais. As não conformidades identificadas são comunicadas ao setor de fiscalização da ANP para adoção das medidas cabíveis;

As amostras são coletadas em pontos de revenda tais como: postos revendedores, supermercados, lojas de autopeças, oficinas mecânicas, concessionárias de veículos, distribuidores e atacadistas e enviadas para análise no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP ou nos laboratórios contratados.

O índice para avaliação da conformidade considera a participação de mercado das empresas. O gráfico seguir mostra a evolução histórica de conformidade pelo índice de qualidade ponderado.

Gráfico 9. Percentual de conformidades no PML



Programa de Marcação Compulsória de Produtos - PMCP

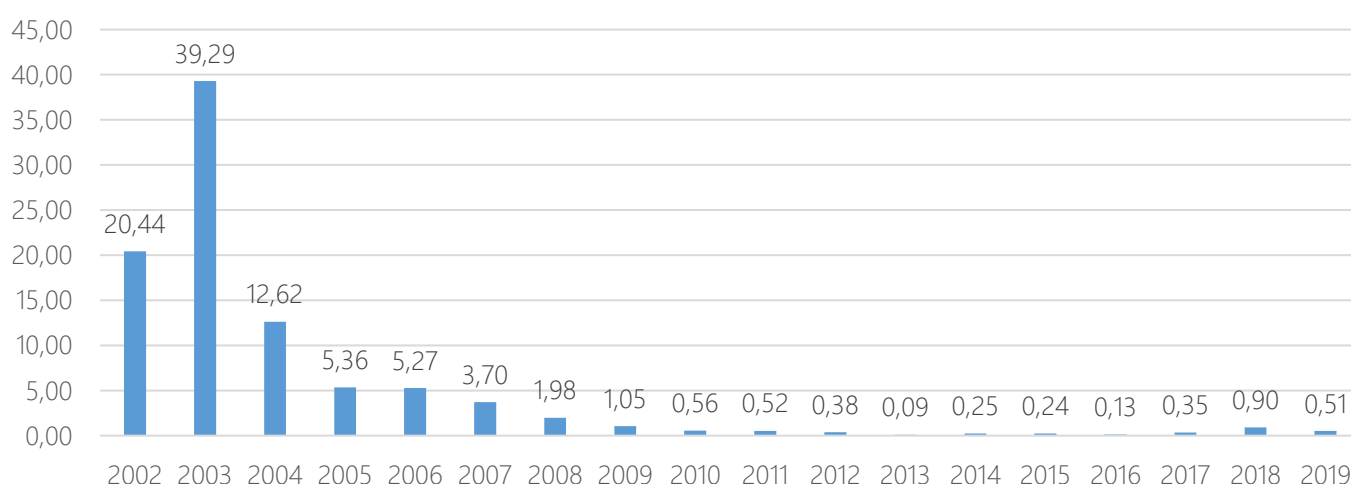
O PMCP teve início em 2001 e consiste na adição de produto químico – marcador – a todos os solventes não destinados à formulação de combustível e posterior análise de amostras de gasolina coletadas no âmbito do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) e pela Fiscalização. A adição do marcador tem por propósito assegurar a identificação da sua presença e, portanto, se o combustível foi adulterado pela adição de solventes.

O ano de 2019 continuou exibindo a tendência de aumento na importação de solventes, nas suas mais variadas denominações (naftas, solventes, querosene iluminante) a exemplo do que se vinha observando nos últimos anos. Foi mantido o esforço de melhoria no controle de processos e de sistemas, buscando-se maior confiabilidade nas informações prestadas pelos agentes envolvidos, bem como maior coesão entre a SBQ e a Fiscalização, Secretarias de Fazenda Estaduais e Receita Federal, a fim de se providenciar as devidas tratativas para coibir o crescimento exponencial de presença de marcador em gasolina.

Em 2019, foram marcados aproximadamente 570 milhões de litros de solventes, e outros cerca de 240 milhões de litros não o foram por motivos previstos na regulamentação, a exemplo dos casos de dispensas de marcação, e das correntes destinadas a formulação de combustíveis. A adição dos marcadores de forma compulsória aos solventes, possibilita a identificação da sua presença em combustíveis veiculares, o que denota que eles foram adulterados com a adição de solventes em sua formulação. **Logo, quanto menor a incidência de marcadores nas amostras de combustíveis coletadas, melhor é a qualidade dos produtos oferecidos ao mercado nacional.**

Abaixo segue a evolução da detecção de marcador nas amostras de gasolina do programa PMQC:

Gráfico 10. Presença de marcador em amostras de gasolina – PMQC



Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis - PMQC

O PMQC foi criado em 1999 e tem como principal objetivo gerar os indicadores da qualidade dos combustíveis comercializados no país, com a identificação de eventuais focos de não conformidade e consequente apoio à atuação da Fiscalização. Além disso, visa à disseminação da cultura da qualidade dos combustíveis e à formação de mão de obra especializada para o setor;

A [Resolução ANP nº 790, de 11 de junho de 2019](#), atualizou e reformulou o Programa de Monitoramento da Qualidade de Combustíveis instituindo, como principal mudança estrutural, a obrigação de os postos de revenda e TRRs contratarem os laboratórios credenciados pela ANP para coleta e análise de ao menos uma amostra dos combustíveis que comercializa (gasolina, etanol hidratado e/ou óleo diesel B) por semestre. Distintamente do modelo original do PMC ainda praticado, o novo PMQC expande-se para as distribuidoras, obrigando-as, igualmente, à contratação de laboratório. Outra diferença consiste em que, para estes, a frequência de coleta e ensaios tem periodicidade mensal e o rol de parâmetros das especificações dos combustíveis a serem analisados é mais extenso.

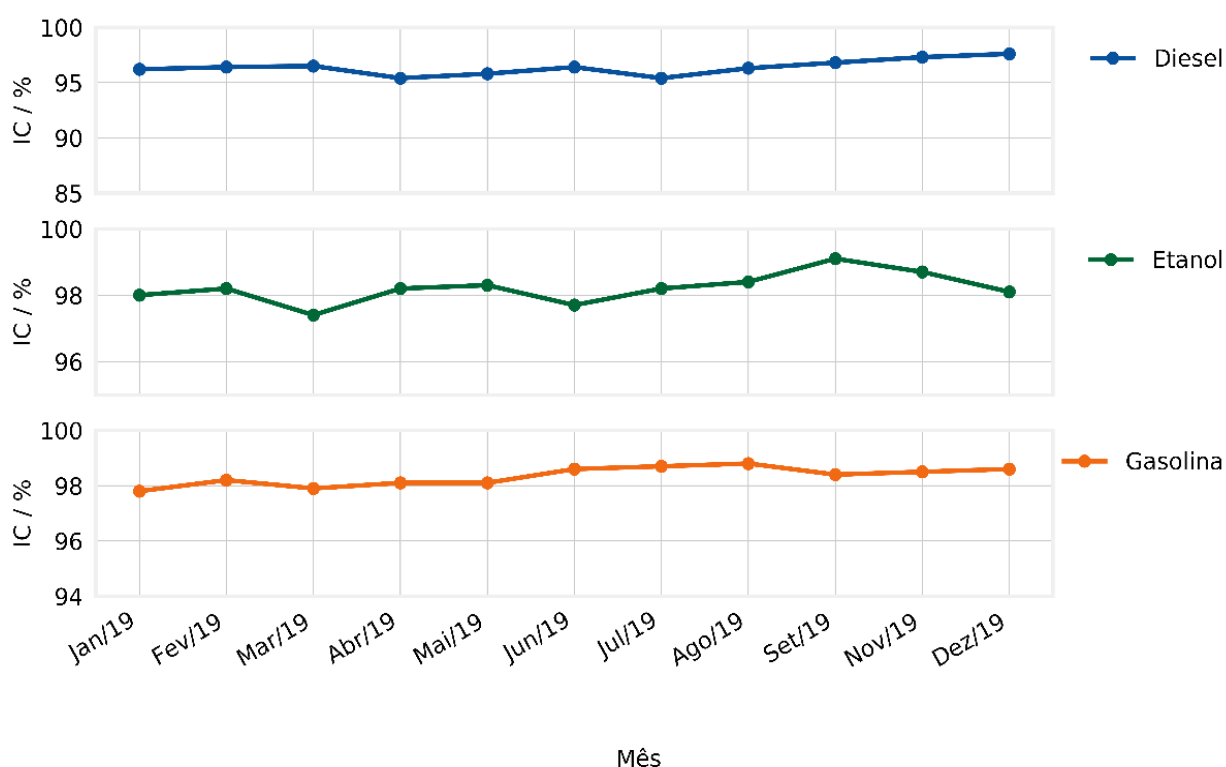
O novo formato tem como objetivos a promoção da livre concorrência, a eficiência na alocação e utilização dos recursos públicos e a simplificação e desburocratização. A ANP decidiu compartilhar tal responsabilidade com os agentes econômicos, seguindo tendência atual da Administração Pública, que divide com a esfera privada a aplicação de programas e ações que não firam competências estatais indelegáveis. Foram realizados detidos estudos sobre o impacto financeiro do Programa em seu novo

formato, concluindo-se que os custos não se configurarão em barreiras de entrada. A operacionalização do Programa, através de pilotos, acontecerá em 2020.

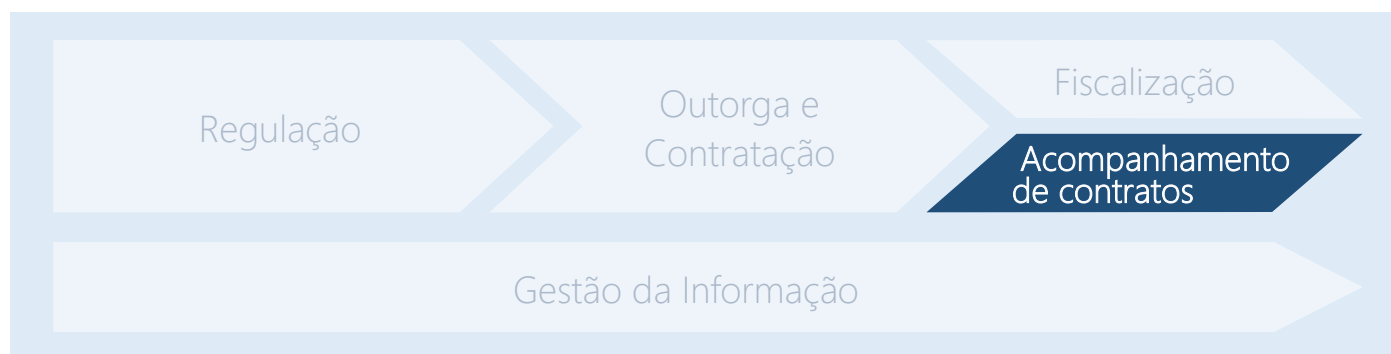
Em 2019, o PMQC funcionou com 13 instituições, sendo 12 contratadas mais o CPT. Foram contabilizadas 86.144 amostras, estando 84.106 conformes às especificações da ANP, de tal forma que o índice de conformidade médio para o ano de 2019 foi de 97,60%.

Ao se observar a evolução do Índice de Conformidade de Combustíveis nos últimos 4 anos (97,62% em 2016; 97,73% em 2017; 97,00% em 2018), conclui-se que a ANP tem conseguido assegurar ao mercado nacional estabilidade nos índices de conformidade dos combustíveis, em níveis elevados e satisfatórios para os consumidores finais. O gráfico a seguir mostra a evolução do percentual de conformidade mensal.

Gráfico 11. Índice de conformidade de combustíveis



5.4. CADEIA 4: ACOMPANHAMENTO DE CONTRATOS



A cadeia de valor **Acompanhamento de Contratos** tem por objetivo gerenciar as atividades dos contratos de concessão da indústria do petróleo e gás natural, de modo a resguardar os interesses da União e o desenvolvimento da indústria.

Acompanhamento da Fase de Exploração

Em um contrato, a fase de exploração é o conjunto de operações ou atividades destinadas a avaliar áreas, objetivando a descoberta e a identificação de jazidas de petróleo ou gás natural.

Um bloco é uma parte de uma bacia sedimentar, formada por um prisma vertical de profundidade indeterminada, com superfície poligonal definida pelas coordenadas geográficas de seus vértices, onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural. A seguir são apresentados dados referentes aos blocos durante a fase de exploração.

Tabela 19. Dados referentes a blocos durante a fase de exploração

Informação	Quantitativo (Total)	Quantitativo por ambiente	
		Mar	Terra
Blocos sob Concessão	274	143	131
Poços exploratórios concluídos	30	9	21
Áreas em avaliação de descoberta	52	31	21
Notificações de Descoberta	25	8	17
Declarações de Comercialidade	3	2	1
Blocos devolvidos	61	5	56

A seguir são disponibilizados gráficos ilustrativos sobre o desempenho da indústria no âmbito da fase de exploração. No que se refere ao histórico de poços perfurados concluídos, observa-se um aumento discreto no número de poços perfurados no ano de 2019, quando comparado aos anos de 2017 e 2018. Espera-se que, com os resultados das rodadas de licitação realizadas ao longo do ano de 2019, haja um incremento efetivo nas atividades exploratórias nos anos vindouros.

Gráfico 12. Notificações de descobertas

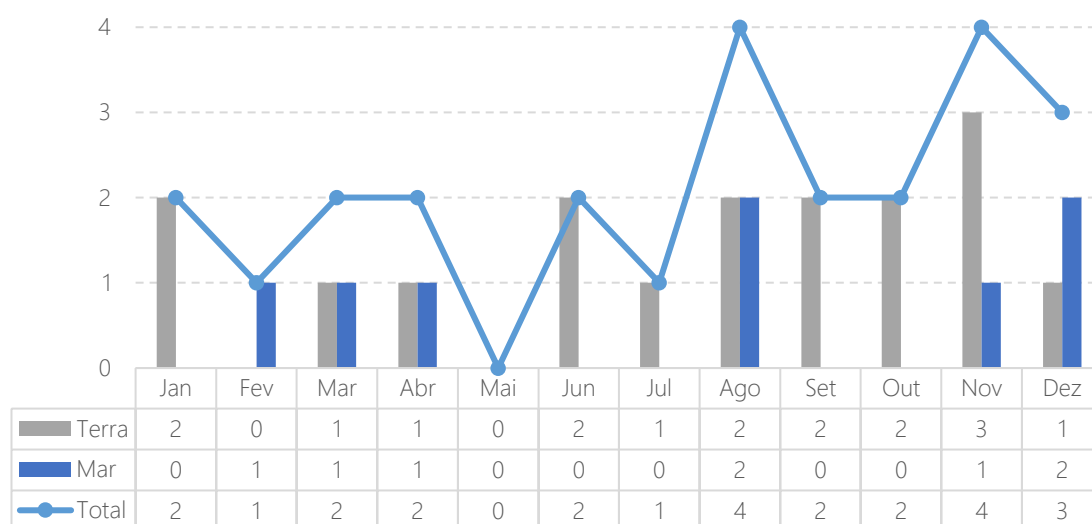


Gráfico 13. Poços exploratórios concluídos

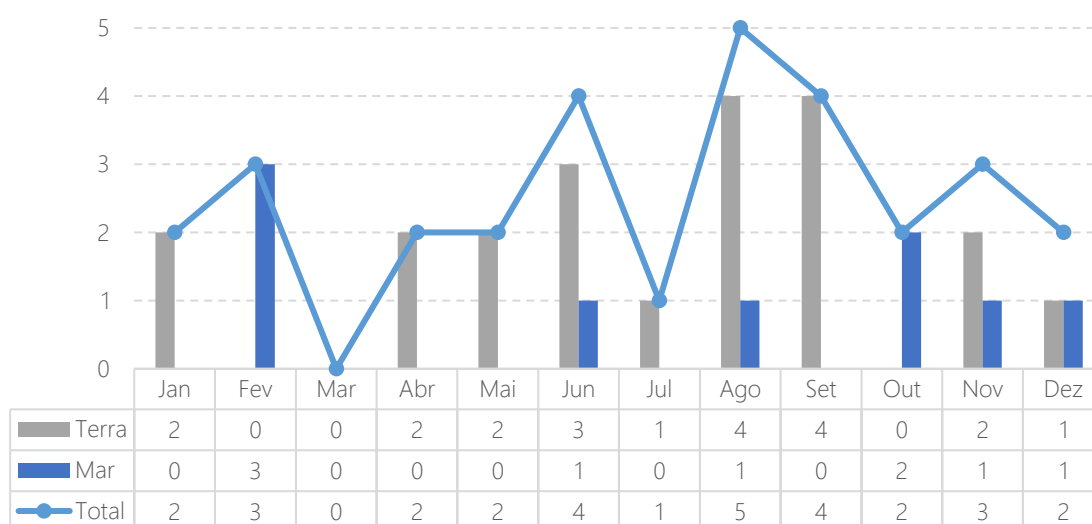
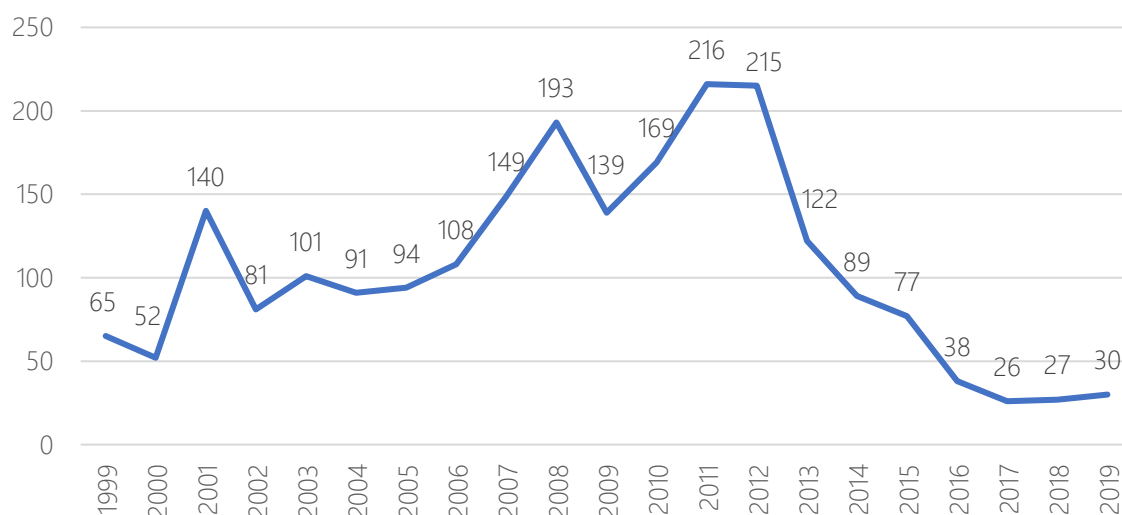


Gráfico 14. Histórico de poços exploratórios concluídos de 1999 a 2019



Individualização da Produção

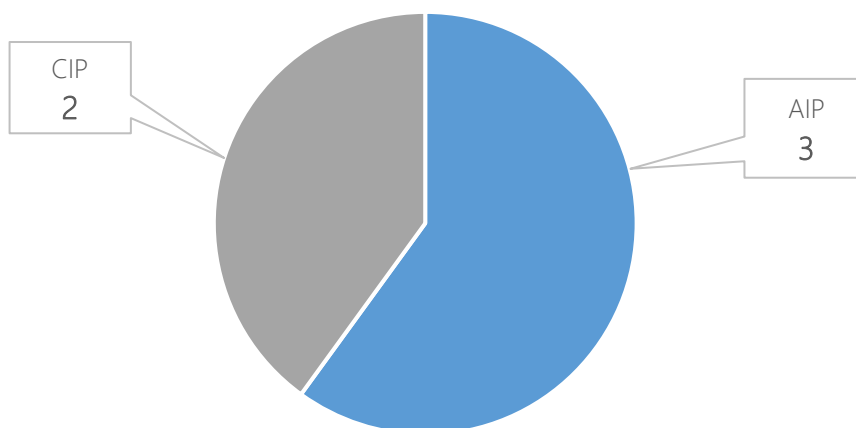
É o procedimento que visa à divisão do resultado da produção e ao aproveitamento racional dos recursos naturais da União, por meio da unificação do desenvolvimento e da produção relativos à jazida que se estenda além do bloco concedido ou contratado sob o regime de partilha de produção.

No ano de 2019, a ANP aprovou relativos à Individualização da Produção, a saber:

Aprovação de Acordo de Individualização da Produção (AIP) - Foram aprovados os Acordos de Individualização da Produção de "Brava", entre os campos de Marlim, Voador e Área não contratada; de "Sépia", entre os campos de Sépia e Sépia Leste e de "Atapu" entre os campos de Atapu, Oeste de Atapu e Área não contratada.

Aprovação de Compromisso de Individualização da Produção (CIP) - Foram aprovados o Compromisso de Individualização da Produção entre os campos de Búzios e Tambuatá e a redeterminação do CIP entre os campos de Serra, Aratum e Macau.

Gráfico 15. Acordos e Compromissos de individualização da produção

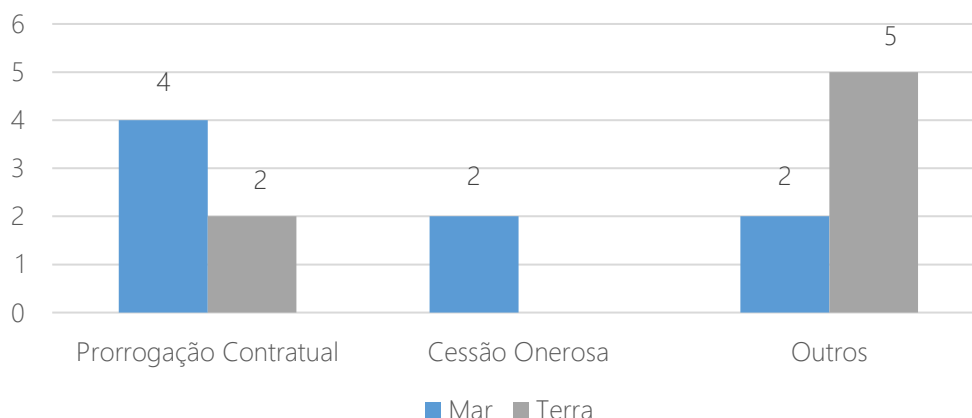


Avaliação de Planos de Desenvolvimento (PDs)

O Plano de Desenvolvimento (PD) é o documento preparado pelo concessionário contendo o programa de trabalho e respectivo investimento necessários ao desenvolvimento de uma descoberta de petróleo ou gás natural na área da concessão, nos termos do contrato de concessão. O plano de desenvolvimento é um instrumento utilizado em toda a indústria do petróleo, imprescindível para que a ANP conheça e acompanhe o desenvolvimento do campo, visto que agrupa informações de caráter técnico, operacional, econômico e ambiental relacionados à exploração de um campo petrolífero, incluindo seu abandono.

Foram 15 Planos de Desenvolvimento (PD) aprovados, sendo 7 de campos terrestres e 8 de campos marítimos. Ressalte-se que 8 dos PDs aprovados referem-se a prorrogações contratuais (Estreito, Azulão, Jubarte, Roncador, Barracuda e Caratinga) e 2 relacionados ao leilão do excedente da Cessão Onerosa (Sépia e Atapu).

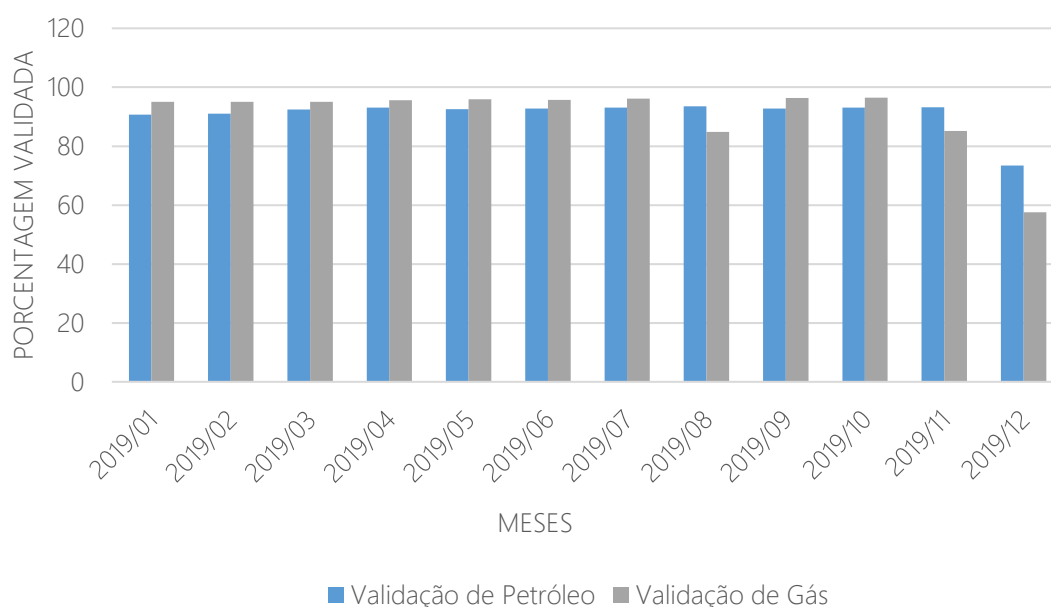
Gráfico 16. Análises de planos de desenvolvimento



Validação dos Volumes de Produção, Recálculo e Notificações de Falha de Medição

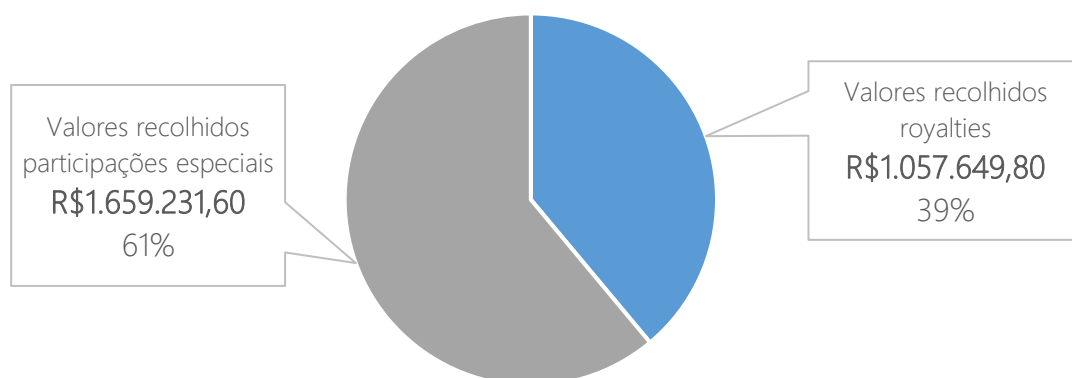
O Boletim Mensal de Produção (BMP) é o documento que informa os volumes de óleo e gás movimentados e produzidos por campo, instalação e poço. Sua apresentação, até o dia 15 de cada mês, é obrigação prevista no Contrato de Concessão.

Gráfico 17. Volume de produção validado após fiscalização da medição



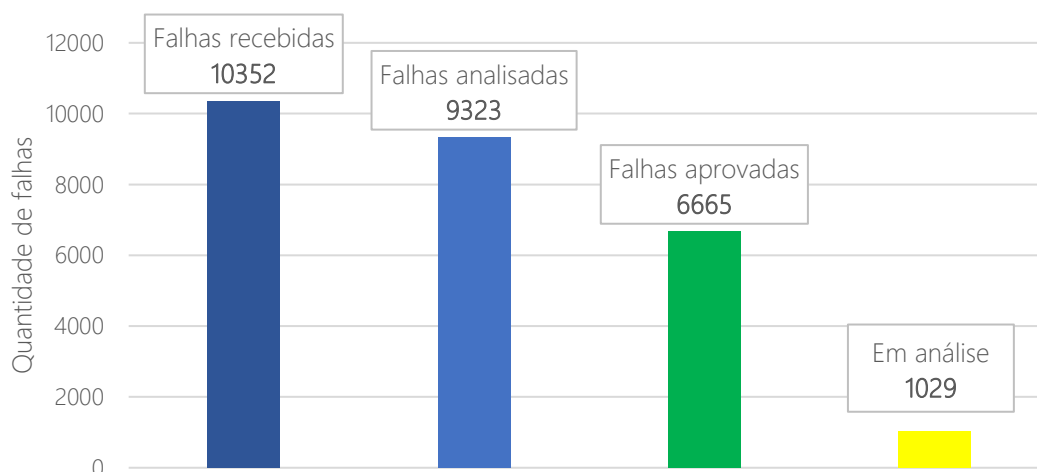
Os valores de dezembro de 2019 encontravam-se em processo de validação da integridade dos dados fornecidos no período da elaboração do relatório de gestão; O volume validado de 73,45% para a produção de petróleo e 57,61% para produção de gás natural no mês de dezembro estão sujeitos à alteração.

Gráfico 18. Recálculo da produção para efeito de pagamento de royalties



Os valores de participações governamentais recolhidos em reais são relativos as demandas de recálculo da produção. Essas são realizadas para correção de divergências entre os volumes declarados no Boletim Mensal de Produção (BMP) e o processo de validação da produção para verificação da integridade dos dados fornecidos ou encontrados em divergência em uma fiscalização.

Gráfico 19. Notificações de falha de medição da produção



Na ocorrência de falhas de medição ou de enquadramento de petróleo, os operadores são obrigados a encaminhar Notificações de Falha de Sistemas de Medição (NFSM) propondo volumes a serem considerados durante a falha e as metodologias utilizadas para esta estimativa;

Apuração dos Royalties

Royalties são a compensação financeira paga pelos concessionários aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, incidente sobre a receita bruta, calculada, em regra, com base no preço de mercado do produto extraído.

A ANP apurou R\$ 23,48 bilhões oriundos de pagamento de royalties pelos concessionários, distribuindo os recursos, mensalmente, diretamente à União, a onze estados e a cerca de mil municípios, e, indiretamente, aos demais estados e municípios por meio do Fundo Especial.

Tabela 20. Pagamentos efetuados de royalties

Beneficiários	Valores R\$ Bilhões
União	6,9
Estados	6,6
Municípios	8,1
Fundo Especial	2,0
Total	23,5

A ANP distribuiu R\$ 31,49 bilhões oriundos de pagamento de participação especial à União, a cinco estados e a vinte e nove municípios.

Tabela 21. Pagamentos efetuados de participação especial

Beneficiários	Valores R\$ Bilhões
União	15,8
Estados	12,6
Municípios	3,2
Total	31,5

Foram apurados R\$ 299,8 milhões oriundos de ocupação e/ou retenção de áreas licitadas pela ANP.

Tabela 22. Apuração de royalties realizada oriunda de ocupação e/ou retenção de áreas licitadas

Etapas	Quantidade de campos ou blocos	Valores R\$ Milhões
Exploração	320,0	85,5
Desenvolvimento	51,0	4,2
Produção	376,0	210,1
Total	747,0	299,8

Em 2019, foram pagos pelos concessionários R\$ 104,06 milhões a cerca de dois mil e duzentos proprietários de terras utilizadas na exploração e produção.

Tabela 23. Pagamentos efetuados a proprietários de terras – quantidade por UF

UF	Quantidade de proprietários	Valores R\$ Milhões
AM	1,0	24,2
AL	44,0	24,0
BA	526,0	8,0
CE	2,0	3,7
ES	79,0	21,7
MA	18,0	5,9
RN	1.307,0	13,5
SE	220,0	3,0
Total	2.197,0	104,1

Visando dar transparência e publicidade em suas ações, a ANP divulgou, mensalmente, dados e informações acerca da apuração e distribuição de participações governamentais aos beneficiários, disponíveis em <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/royalties> e <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes>

Mensalmente, foram apurados os Preços de Referência do Petróleo (PRP) e os Preços de Referência do Gás Natural (PRGN), abrangendo cerca de quatrocentos campos, utilizados como referência para o pagamento das participações governamentais pelos concessionários. Os Preços de Referência do Petróleo (PRP) e os Preços de Referência do Gás Natural (PRGN) foram disponibilizados em <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/preco-de-referencia-do-petroleo> e <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/preco-de-referencia-do-gas-natural>.

Obrigações Contratuais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P,D&I

Os contratos celebrados entre a ANP e as Empresas Petrolíferas para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural dispõem de cláusulas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) que estabelecem a obrigação de realização de despesas qualificadas, cabendo à ANP acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos relacionados às cláusulas.

Para executar projetos com recursos oriundos da cláusula de P,D&I, as Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento devem estar credenciadas junto à ANP. Os gráficos a seguir apresentam os credenciamentos de 2019, assim como as autorizações de projetos de P,D&I.

Gráfico 20. Credenciamentos e atualizações

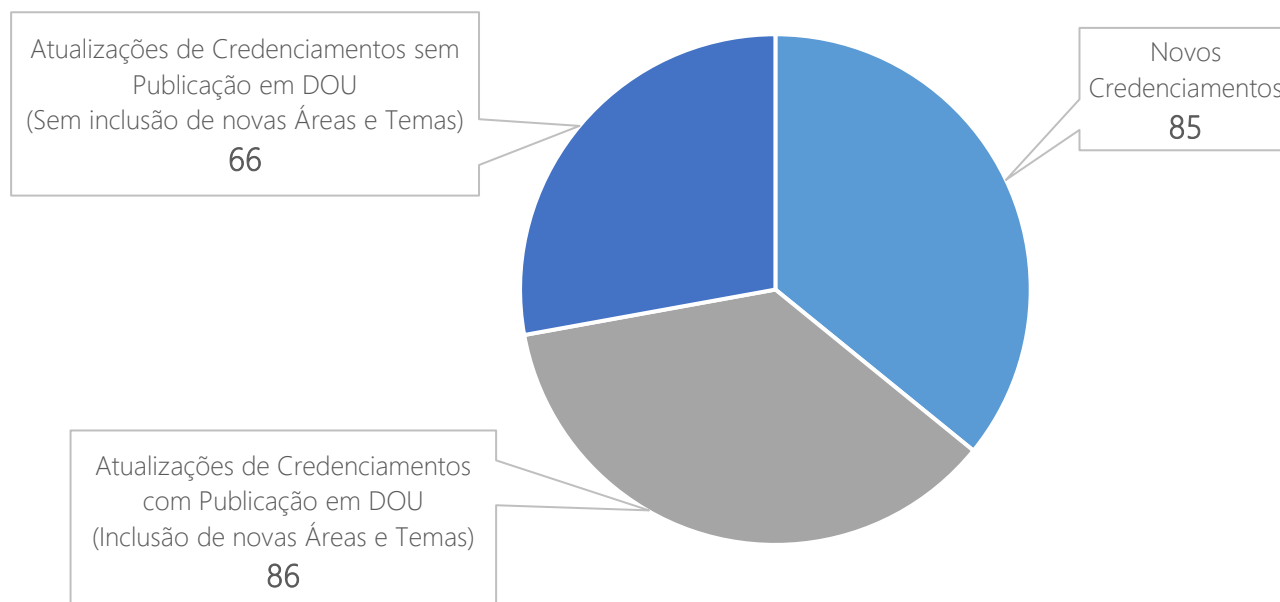
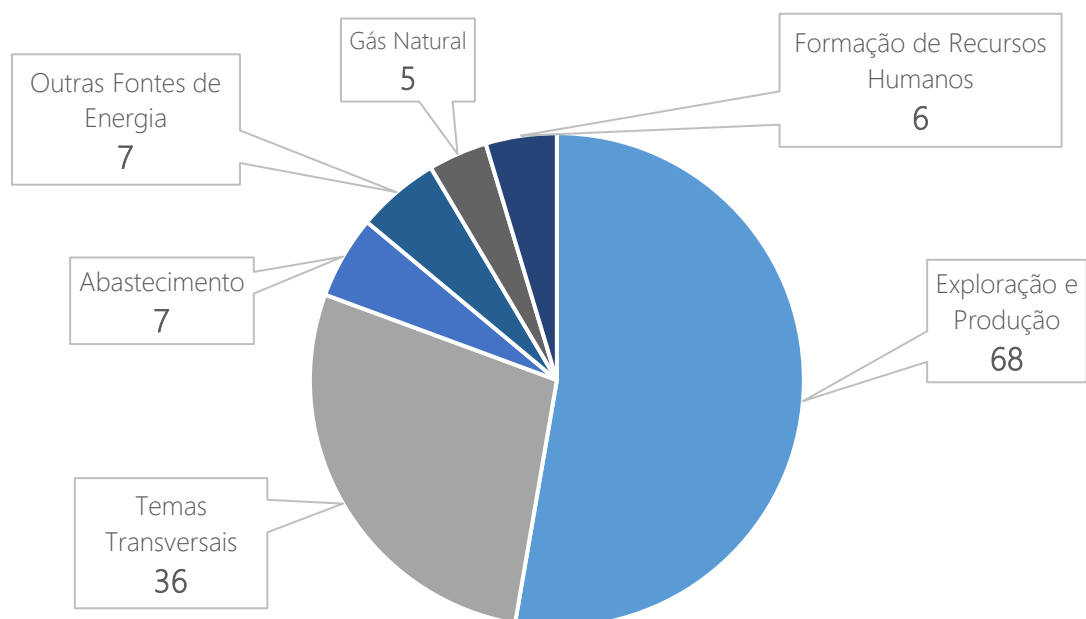
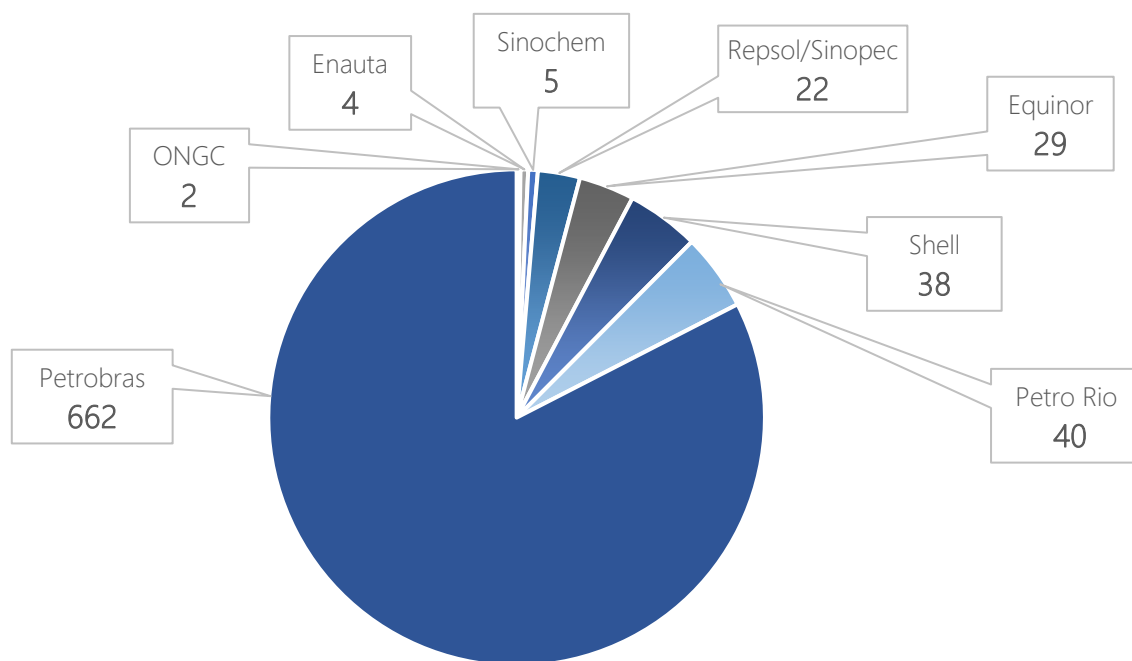


Gráfico 21. Projetos de PD&I autorizados



No que diz respeito à atividade de fiscalização do cumprimento da Cláusula de P,D&I, foram realizadas 802 análises dos projetos das Empresas petrolíferas com obrigação de investimento, conforme distribuição abaixo:

Gráfico 22. Análises de projetos por agente regulado



PRH-ANP – Programa de Formação de Recursos Humanos

O PRH-ANP foi criado em março de 1999, tendo como objetivo estimular as instituições de ensino a organizar e oferecer aos seus alunos especializações profissionais consideradas estratégicas e imprescindíveis ao desenvolvimento do setor de petróleo no Brasil. Dessa forma, o PRH-ANP se caracteriza por conceder bolsas de estudos aos alunos matriculados naquelas instituições, além de valor equivalente a título de taxa de bancada, o qual se destina a apoiar as atividades dos referidos bolsistas.

Ao longo dos anos, o PRH-ANP obteve expressivos resultados no desenvolvimento da indústria do petróleo e na geração de mão de obra especializada. Além do quantitativo de 600 prêmios (nacionais, internacionais e Prêmios Petrobras de Tecnologia), o levantamento dos dados de produtividade e empregabilidade revela que foram superadas 5.500 publicações científicas e 2.000 bolsistas inseridos no mercado de trabalho.

A fim de dar continuidade a esse importante programa de formação de profissionais no setor petróleo, gás natural e biocombustíveis e de estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento científico do país, a ANP elaborou um novo formato para o PRH-ANP, com nova fonte de financiamento, recursos da cláusula de PD&I.

Como resultado da [Chamada Pública nº 1/2018/PRH-ANP](#), foram selecionados 55 Programas para compor o novo modelo do PRH-ANP, com bolsas custeadas pelos recursos das Cláusulas de P,D&I. Os Programas selecionados possuem as ênfases listadas abaixo:

Tabela 24. Temas dos programas selecionados no PRH

Ênfases
Exploração, desenvolvimento e produção
Transporte, refino e processamento de gás natural
Direito e regulação
Tecnologias digitais, automação e controle
Biocombustíveis e demais energias renováveis
Eficiência energética
Sistemas submarinos
Economia de baixo carbono
Nanotecnologia e novos materiais
Biotecnologia

O novo modelo do PRH-ANP tem a Finep como Gestora do Programa e está em fase de repasse das bolsas aos Programas selecionados.

Gás Natural – Critérios para Cálculo de Tarifas em Instalações de Transporte

Chamada Pública TBG

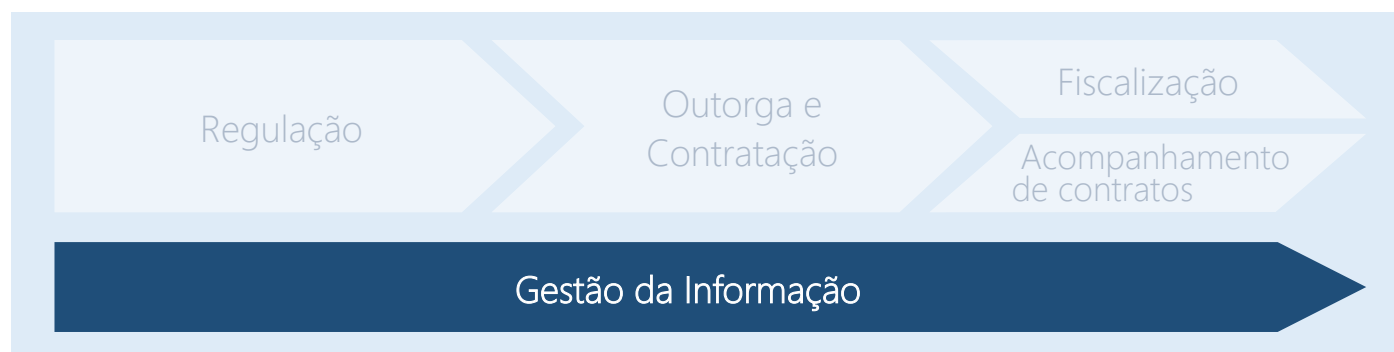
O Contrato de Transporte TCQ e TCQ Flex, referentes à compra de capacidade de transporte no GASBOL venceram em dezembro de 2019. A contratação da capacidade de transporte que disponível a partir do fim da vigência destes contratos sempre deve ocorrer mediante processo de Chamada Pública, conduzida pela TBG e coordenada pela ANP.

O sistema de Entrada/Saída é uma modalidade de serviço no qual os serviços de transporte de gás natural são oferecidos no regime de contratação de capacidade por entrada e saída, em que a entrada e a saída poderão ser contratadas de forma independente, conforme redação do [Decreto nº 9.616, de 17 de dezembro de 2018](#).

Neste contexto, em abril de 2019 foi lançado o Edital de Chamada Pública para a contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural referente ao Gasoduto Bolívia-Brasil (Rede de Transporte da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.), em atendimento ao disposto na [Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009](#). A TBG decidiu utilizar o sistema de entrada/saída para o oferecimento de capacidade.

Sendo assim, ao longo do ano de 2019 foram realizadas reuniões periódicas entre a TBG e a ANP para alinhar os processos de chamada pública. Em agosto de 2019 teve início efetivamente o processo com as inscrições dos interessados na “Chamada Pública Para Contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural nº 01/2019” conduzida pela TBG sob a supervisão da ANP. O processo foi acompanhado pela equipe ANP em todas as suas fases.

5.5. CADEIA 5: GESTÃO DAS INFORMAÇÕES



A cadeia de valor **GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DA INDÚSTRIA** tem por objetivo adquirir, tratar e disponibilizar informações visando subsidiar às atividades finalísticas da ANP e contribuir para o desenvolvimento da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Painel Dinâmico de Produção

Em 2019, a ANP disponibilizou uma nova forma interativa de visualização dos dados de produção de petróleo e gás natural. O [Painel Dinâmico de Produção](#) apresenta a evolução histórica da produção no país, permitindo ao usuário interagir com os gráficos e observar os mais diferentes cenários possíveis.

Também permite a navegação desde dados consolidados até o nível máximo de detalhamento. É possível também observar os principais parâmetros de movimentação de gás, como queima e injeção, com a aplicação dinâmica dos filtros mais variados.



Figura 21. Tela do painel dinâmico de produção

anp Painel Dinâmico de Produção de Petróleo e Gás Natural				
Panorama Nacional	Produção por Categoria	Mapas	Aproveitamento de Gás	Produção por Período
Produção Nacional Pré-sal x Pós-Sal	Bacia Estado	Distribuição por Estado Localização das Instalações	Movimentação de Gás Gás Disponível Relativo	Indicadores Empresa

Trata-se de uma ferramenta de análise destinada a empresas, órgãos de governo, universidades, imprensa e à sociedade como um todo, além de estar em sintonia com a política de transparência amplamente adotada pela ANP.

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMTcwZDU1ZGYtY2EzMC00MzhmLTIlZjltOGE4NTU1NzA0ZGEwliwidCI6IjQ0OTlmNGZmLTl0YTtNGl0Mi1iN2VmLTEyNGFmY2FkYzIxMyJ9>)

Elaboração de Projeções de Arrecadação de Royalties e Participação Especial

As empresas produtoras recolhem os royalties mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que repassa os recursos aos beneficiários com base nos cálculos efetuados pela ANP, de acordo com a legislação em vigor.

A ANP disponibiliza estimativas que são realizadas a partir das seguintes variáveis: volumes de produção dos poços e campos declarados pelas empresas, preços de referência do petróleo e do gás natural, taxas de câmbio, alíquotas de royalties previstas nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás, e decisões judiciais.

Foi disponibilizada uma ferramenta contendo a estimativa anual de arrecadação de royalties para o País, os Estados e os Municípios nos próximos cinco anos, proporcionando aos beneficiários o aprimoramento de seus planejamentos financeiros, em <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/estimativa-royalties> e <http://www.anp.gov.br/royalties-e-outras-participacoes/estimativa-participacao-especial-pe>

As estimativas de royalties e participação especial levam em consideração: i) volumes de produção de petróleo e de gás natural declarados pelas empresas; ii) preços de referência projetados para o petróleo Brent pela U.S. Energy Information Administration – EIA ; iii) expectativa da taxa de câmbio do Sistema Expectativas de Mercado - Banco Central do Brasil ; iv) alíquotas dos campos produtores; v) receita líquida (receita após deduções de gastos autorizadas em lei apurada pelas empresas para os campos).

Levantamento de Preços e Margens de Comercialização de Combustíveis

No desempenho de suas atribuições legais, a ANP acompanha semanalmente, por meio do Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis, o comportamento dos preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos>.

Dentre os objetivos do Levantamento de Preços, destacam-se:

- contribuir para que os consumidores busquem as melhores opções de compra; e
- permitir a identificação de mercados com indícios, sob a ótica econômica, de condutas anticompetitivas. Em 2019, a pesquisa disponibilizou à sociedade 309.861 unidades amostrais de preços de combustíveis automotivos e 228.404 de GLP (botijão P-13), em todas as unidades federativas.

Publicação de preços e volumes

A ANP tem a atribuição de garantir a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos. Essa atribuição não é exercida por meio do controle de preços, mas sim por meio da proteção do processo competitivo nos mercados regulados.

No desempenho de sua atribuição legal, a ANP promove a coleta, o tratamento e a publicação de dados de preços e volumes de produção, importação, exportação, distribuição e revenda de diversos produtos regulados, publicando:

Semanalmente

- a Síntese de Comportamento dos Preços dos Combustíveis, abrangendo os preços de revenda e distribuição da gasolina C comum, do etanol hidratado, do óleo diesel S500 comum e do GLP P-13 (botijão de 13Kg);
- os Preços de Paridade de Importação (PPI) para gasolina, diesel, querosene de aviação (QAV) e GLP em 16 portos e pontos de entrega no Brasil;
- os preços médios ponderados semanais praticados pelos produtores e importadores de derivados de petróleo (refinarias, centrais petroquímicas e formuladores), disponível em <http://www.anp.gov.br/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/precos-de-produtores>.

Mensalmente

- os preços de distribuição de produtos asfálticos, segmentados por região geográfica de origem do produto ou por unidade da federação de origem do produto, caso haja informação de ao menos três distribuidoras atuando no estado;
- a evolução dos preços de gás liquefeito de petróleo (GLP) em todos os estados brasileiros, por meio de gráficos e tabelas consolidados com os preços médios ponderados dos produtores e importadores de GLP, incluindo as parcelas de ICMS e margens brutas de distribuição e revenda;
- o Relatório Executivo da ANP, documento de circulação interna que reúne os principais dados do *upstream* e *downstream*, possibilitando o acesso rápido dos dados mais atuais disponíveis e apoiando o processo decisório e a execução das atividades da Agência.

Trimestralmente

- o Boletim Trimestral de Preço e Volumes de Combustíveis, contendo análise da evolução dos preços e volumes comercializados dos principais combustíveis no mercado nacional (gasolina C, etanol hidratado, óleo diesel e GLP).

Publicação do Anuário Estatístico da ANP

O [Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis de 2019](#) consolida os dados referentes ao desempenho da indústria do petróleo, gás natural e biocombustíveis e do sistema de abastecimento nacionais no período 2009-2018. Estão disponíveis para consulta e download: textos, tabelas, quadros, gráficos e cartogramas integrantes do Anuário 2019.



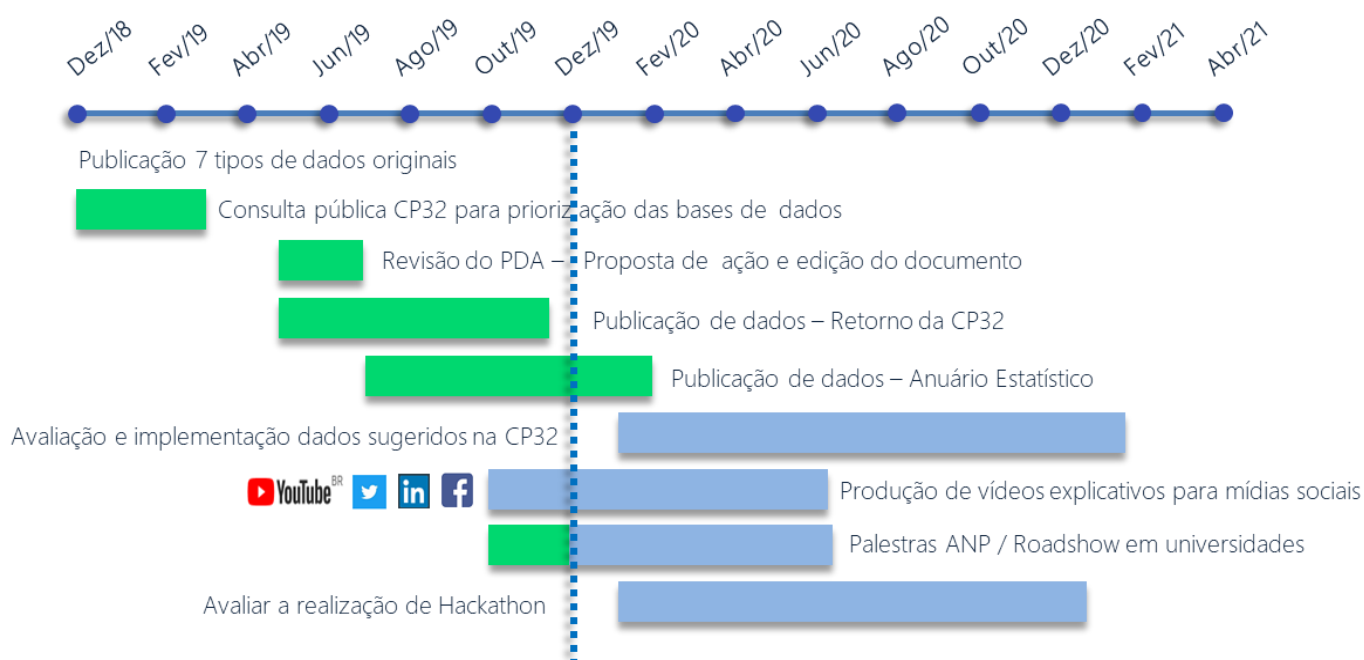
Dados Abertos

A ANP publicou em agosto de 2018 seu primeiro Plano de Dados Abertos – PDA, o qual estabeleceu a divulgação dos dados brutos, quando possível, e dos relatórios mais requisitados pela sociedade, em formato aberto, de fácil interpretação e processamento, com o objetivo de dar transparência e entregar, de forma simples e com periodicidade conhecida, os dados custodiados pela ANP, que podem então ser visualizados, estudados e trabalhados pelos cidadãos, acadêmicos, jornalistas e agentes econômicos.

Dados abertos é a publicação e disseminação dos dados e informações públicas na Internet, organizados de tal maneira que permitam sua REUTILIZAÇÃO em APLICATIVOS DIGITAIS desenvolvidos pela SOCIEDADE.

Após realizar uma consulta pública, encerrada em março de 2019, em que disponibilizou para sugestão de priorização da sociedade seu inventário de dados com 318 tipos diversos, a ANP publica a 1ª revisão de seu PDA, com validade 2019 a 2021, incluindo um cronograma de publicação dos tipos de dados solicitados na consulta, que assim encontrava-se no encerramento do exercício.

Gráfico 23. Cronograma do projeto de dados abertos

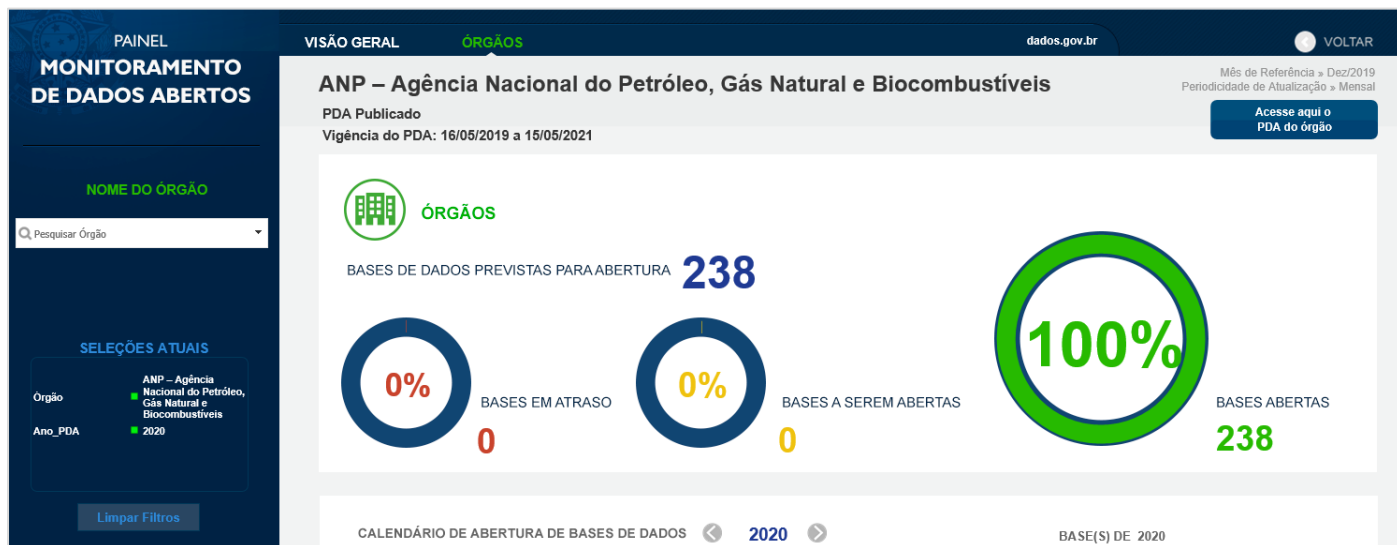


A ANP conta com 238 tipos de dados hoje divulgados, tanto no sítio da ANP em <http://www.anp.gov.br/dados-abertos-anp> como no portal governamental de dados abertos <http://www.dados.gov.br/>. Os dados abrangem toda a cadeia regulada pela ANP, desde a fase de licitações, exploração, produção, apuração de royalties, qualidade de produtos, autuações, preços, entre outras informações relevantes.

Ainda, a ANP disponibiliza em formato aberto o [Anuário Estatístico da ANP 2019](#), importante publicação anual da ANP para a sociedade e mercado regulado.

A ANP consta no [painel CGU de Dados Abertos](#) com pleno atingimento das metas definidas para seu PDA 2019-21.

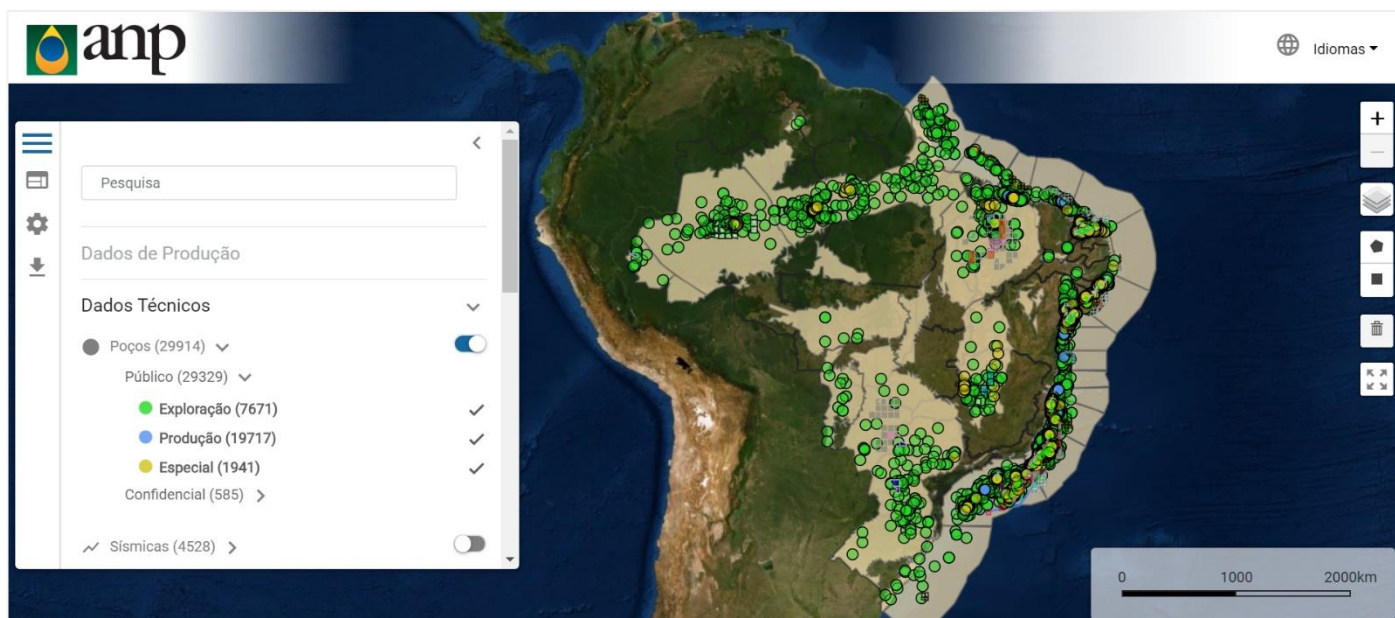
Figura 22. Painel de monitoramento da CGU para dados abertos



Lançamento do Novo Portal de Informações Georreferenciadas (GeoANP)

O [GeoANP](#) – Mapa de dados georreferenciados é uma ferramenta interativa que reúne informações do segmento de exploração e produção. Estão disponíveis informações relacionadas aos dados levantados nas bacias sedimentares brasileiras, como poços perfurados, levantamentos sísmicos e blocos licitados nas rodadas.

Figura 23. Tela do portal GeoANP



Tendo sido lançado em abril de 2019, o GeoANP proporciona como resultado a melhoria do desempenho no atendimento aos usuários que geram dados técnicos e aos que adquirem dados públicos.

6. DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO

6.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

LOA - Lei Orçamentária Anual 2019

A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019 consignou à ANP a dotação orçamentária total de R\$ 2.321,2 milhões, dos quais R\$ 1.865,7 milhões foram destinados para a Reserva de Contingência e R\$ 3,8 milhões foram autorizados para pagamentos de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios).

Ao longo do exercício, a LOA foi modificada por créditos adicionais, assim como por cancelamentos parciais de dotações orçamentárias específicas.

A LOA atualizada ficou, então, no valor de R\$ 2.321,4 milhões, após receber alterações que representaram R\$ 0,2 milhões adicionais.

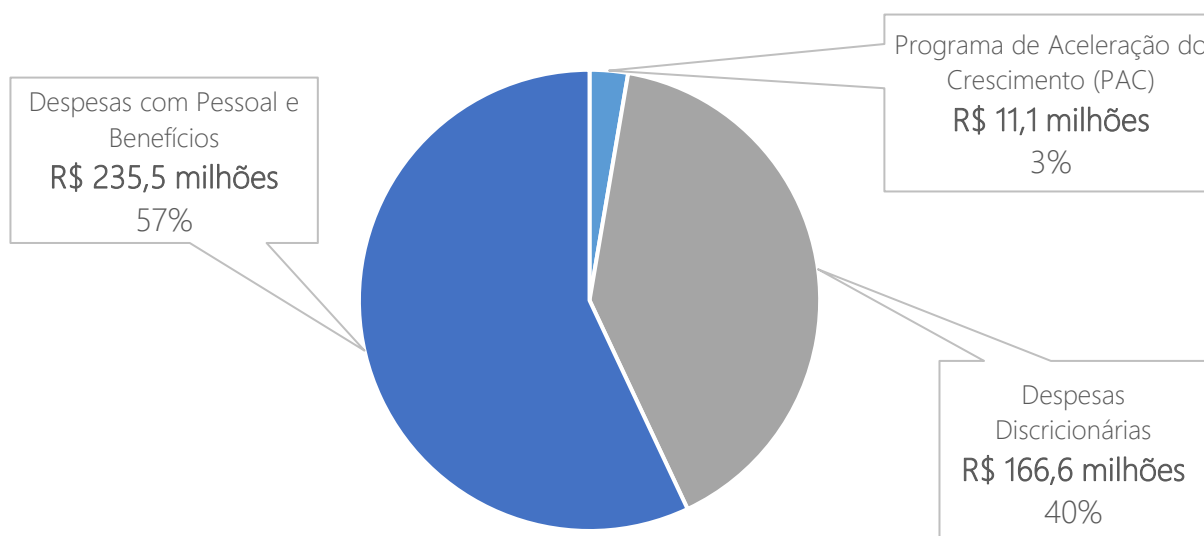
Como resultado de todas as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício, a LOA atualizada da ANP ao término do exercício totalizou R\$ 452,0 milhões, desconsiderando os valores da reserva de contingência e os precatórios.

Execução Orçamentária

Do total autorizado, foram empenhados R\$ 413,2 milhões, liquidados R\$ 369,3 milhões e pagas despesas no montante de R\$ 353,7 milhões, valor esse equivalente a 78,3% do autorizado na LOA 2019.

O gráfico abaixo demonstra a composição dos valores empenhados em 2019.

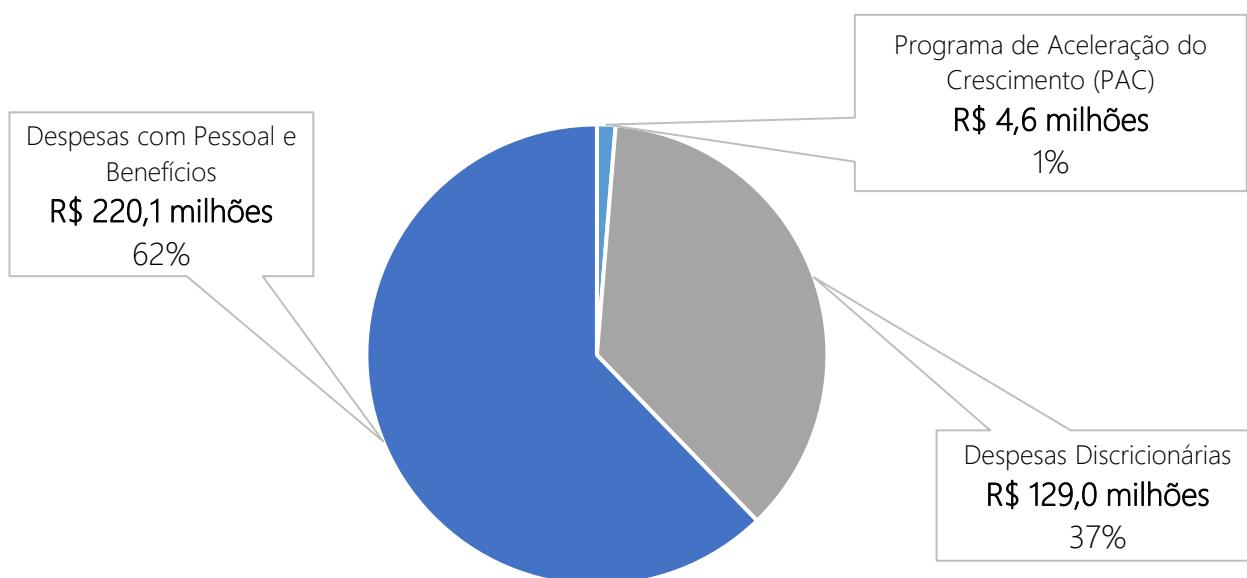
Gráfico 24. Valor total empenhado em 2019



Execução Financeira

O valor pago das despesas autorizadas na LOA 2019, totalizou R\$ 353,7 milhões, dos quais a maior parte (R\$ 220,2 milhões) foi direcionada ao pagamento de despesas com pessoal e auxílios/benefícios para o quadro da ANP. A soma das despesas discricionárias da Agência alcançou R\$ 129,0 milhões. O gráfico abaixo demonstra a composição dos valores pagos em 2019, desconsiderando os pagamentos de precatórios.

Gráfico 25. Valor total pago em 2019



Dotação e Execução de Despesas por Agregador 2019 X 2018

Tabela 25. Dotação e execução de despesas por agregador 2019 x 2018

Descrição	Valores R\$ Milhões									
	2019				2018				Variação	
Despesas	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	Dotação Atual (e)	Empenhado (f)	Liquidado (g)	Pago (h)	Variação R\$ (k)=b-f	Variação % (l)=k/f
Pessoal e benefícios	242,4	235,5	235,3	220,1	240,1	233,7	233,7	219,0	1,8	0,80
Discricionárias	195,0	166,6	129,4	129,0	177,0	156,0	128,1	127,8	10,6	6,80
PAC	14,6	11,1	4,6	4,6	33,7	21,3	3,4	3,4	-10,2	-47,90
Total Geral	452,0	413,2	369,3	353,7	450,8	411,0	365,2	350,2	2,2	0,50

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação ao orçamento destinado à ANP, o total autorizado em 2019 (R\$ 452,0 milhões) foi 0,3% maior que o de 2018 (R\$ 450,8 milhões), significando uma situação de estagnação dos referenciais monetários disponíveis.

O valor total empenhado em 2019 foi 0,5% maior do que em 2018, com o aumento de R\$ 2,2 milhões na execução orçamentária em relação ao exercício anterior. As despesas discricionárias tiveram empenho em 2019 majorados em 6,8% (R\$ 10,6 milhões), enquanto os empenhos do PAC caíram 47,9% (R\$ 10,2 milhões) em relação a 2018.

Foco em aprimoramento de serviços e segurança dos dados

Nesse aspecto, cabe destacar que o crescimento do valor empenhado se deve especialmente aos investimentos feitos pela Agência em tecnologia da informação com o intuito de aprimorar os serviços à sociedade e garantir a segurança dos dados que estão sob a guarda da ANP.

A execução financeira em 2019 aumentou 1,0% (R\$ 3,5 milhões) comparada a do exercício anterior, acréscimo que se verificou nos pagamentos do PAC (35,3%; R\$ 1,2 milhão), nos de pessoal e benefícios (0,5%; R\$ 1,1 milhão) e nos pagamentos das despesas discricionárias (1,0%; R\$ 1,1 milhão).

Manutenção e redução das despesas / continuidade da atividade da ANP

É importante registrar que, a despeito dos efeitos inflacionários anuais, os referenciais monetários determinados para a elaboração das propostas orçamentárias da Agência vêm se mantendo em níveis iguais ou inferiores ao do exercício imediatamente anterior. As sucessivas limitações de movimentação e empenho impostas à ANP nos últimos exercícios levaram a Agência a adotar várias medidas de redução de despesas, seja por intermédio de alterações em contratos ou pela redução de gastos com insumos de várias naturezas. Além disso, vários investimentos planejados ao longo dos últimos anos vêm sendo postergados, assim como iniciativas de capacitação do corpo técnico da Agência foram revistas.

Por fim, cabe esclarecer que, diante desse cenário, a ANP fez esforços consideráveis para mitigar riscos de interrupção de atividades como a fiscalização offshore da indústria de petróleo e gás natural, a fiscalização das revendas de combustíveis, o monitoramento da qualidade dos combustíveis e a pesquisa de preços de combustíveis.

Execução por Grupo e Elemento de Despesa em 2019

Grupo de natureza de despesa – Classe de gasto em que foi realizada a despesa:

- **Pessoal e Encargos Sociais:** despesas de caráter obrigatório com pessoal e encargos sociais, majoritariamente salários, aposentadorias/pensões e contribuições previdenciárias (obrigações patronais). Os gastos com benefícios (assistência pré-escolar e auxílios transporte, alimentação, natalidade e funeral), assistência médica e odontológica e com ajuda de custo para moradia não compõem este grupo.
- **Outras Despesas Correntes (custeio):** despesas necessárias à prestação de serviços e à manutenção organizacional.
- **Investimentos:** dotações aplicadas no patrimônio permanente, tais como obras, instalações e aquisição de materiais, desenvolvimento de sistemas de tecnologia de informação etc.

Elemento de despesa – Classificação dos insumos utilizados ou adquiridos.

Tabela 26. Despesas por grupo 2019 x 2018

Descrição	Valores R\$ Milhões							
	2019			2018			Variação	
Grupo de Despesa Elemento de Despesa	Empenhado (a)	Liquidado (b)	Pago (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Variação R\$ (g)=(a)-(d)	Variação % (h)=(g)/(d)
Grupo 1: Pessoal e Encargos Sociais	228,7	228,5	213,9	226,9	226,9	212,7	1,9	0,80%
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	180,7	180,7	167,1	179,7	179,7	167,1	1,0	0,60%
Obrigações Patronais	27,6	27,6	27,5	30,4	30,4	30,3	-2,7	-9,00%
Aposent. RPPS, Reser. Remun. Refor. Militares	13,2	13,2	12,6	11,4	11,4	10,6	1,8	16,30%
Demais elementos	7,2	7,0	6,7	5,5	5,5	4,8	1,7	31,50%
Grupo 3: Outras Despesas Correntes	162,9	137,4	136,4	170,2	138,1	137,2	-7,3	-4,30%
Outros Serv. Terceiros - PJ	74,4	61,9	61,8	81,5	66,5	66,4	-7,0	-8,60%
Serviço de TI e Comunicação – PJ	40,8	33,3	33,3	41,0	30,5	30,5	-0,2	-0,40%
Locação de Mão-de-Obra	22,2	19,4	19,1	22,6	19,2	19,2	-0,4	-2,00%
Passagens e Desp. Locomoção	12,2	10,3	10,3	10,7	8,9	8,9	1,5	14,40%
Demais elementos	13,3	12,6	11,9	14,4	12,8	12,1	-1,2	-8,00%
Grupo 4: Investimentos	21,6	3,4	3,4	14,0	0,3	0,3	7,6	54,20%
Equipamentos e Material Permanente	20,8	2,9	2,9	13,8	0,2	0,2	7,0	50,40%
Serviço de TI e Comunicação – PJ	0,8	0,5	0,5	0,2	0,1	0,1	0,6	333,90%
Total Geral	413,2	369,3	353,7	411,0	365,2	350,2	2,2	0,50%

As despesas com pessoal no exercício de 2019 se assemelharam muito com as de 2018, não se verificando qualquer alteração significativa. Os pagamentos de vencimentos e vantagens fixas, das obrigações patronais e das aposentadorias e pensões representaram 96,2% de todo o grupo. Observou-se uma execução superior com pagamentos a inativos devido ao aumento de pedidos de aposentadorias como reflexo da tramitação da reforma da previdência, e menores despesas com as obrigações patronais.

Efeito do contingenciamento orçamentário

Em 2019, houve uma queda na execução do total das outras despesas correntes como efeito do contingenciamento orçamentário ocorrido ao longo do exercício que não permitiu a execução do planejamento inicial, já que apenas em novembro o orçamento foi totalmente descontingenciado. Observou-se em 2019 uma redução significativa de 8,6% na execução de despesas com outros serviços de terceiros – pessoas jurídicas, e uma estabilização das despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação e com locação de mão-de-obra. Ressalta-se que a execução do programa subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, ocorrida em 2018, não faz parte da análise da execução das despesas próprias da Agência a exemplo do que também é feito com o pagamento de precatórios. Houve, no entanto, um aumento nas despesas com passagens e locomoção devido a um maior número de viagens para divulgação nos mercados internacionais estratégicos das rodadas de licitação de áreas para exploração de petróleo, além de ter ocorrido uma ampliação de despesas com locação de veículos destinados à fiscalização do mercado regulado. Já os demais elementos mostraram uma execução alinhada com aquela verificada no exercício de 2018.

Aumento nos investimentos de equipamentos e material permanente

O grupo de despesas com investimentos apresentou um aumento expressivo na execução com equipamentos e material permanente pelas aquisições de uma solução integrada de hiperconvergência para o data center, de uma expansão da solução integrada de armazenamento de dados técnicos e de equipamentos para troca de 20% do parque de computadores da ANP. Houve também um aumento expressivo na execução de despesas com serviços de tecnologia da informação e comunicação, com a aquisição de softwares e com desenvolvimento dos aplicativos Renovabio e de Qualidade e Preço.

Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

Tabela 27. Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Descrição	Restos a Pagar Processados R\$ Mil			
Ano de Inscrição	Valor 01/01/2019	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2019
2018	15.015,8	14.996,0	2,6	17,2
2017	17,6	-	-	17,6
2016	0,3	-	-	0,3
2015	138,6	-	-	138,6
Descrição	Restos a Pagar Não Processados R\$ Mil			
Ano de Inscrição	Valor 01/01/2019	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2019
2018	4.729.467,1	2.009.495,4	1.850.187,0	869.785,0
2017	5.834,6	67,2	5.767,4	-
2016	700,5	461,1	239,4	-

Nos restos a pagar processados o montante inscrito em 2018 foi maior do que anos anteriores devido a folha de pagamento de pessoal. A execução do montante inscrito em naquele exercício foi de 99,8%, cerca de 0,1% encontra-se sem pagamento e o restante foi cancelado. Os montantes reinscritos de 2017 e 2016 são saldos residuais de contratos de locação de mão-de-obra com alguma pendência administrativa para liberação do pagamento. Já o saldo reinscrito de 2015 decorre de pendência em pagamento de contrato de transportes e locação de veículos, que se encontra sub judice.

Efeito do programa de subvenção ao óleo diesel

Com relação aos restos a pagar não processados de exercício anteriores, em 2018 o valor inscrito é muito superior aos outros exercícios devido ao programa de subvenção ao óleo diesel. Do saldo remanescente a pagar, R\$ 858,6 milhões são de empenhos referentes ao programa de subvenção que não foram cancelados em decorrência de ações judiciais. A diferença está sendo analisada para a execução ou cancelamento. Com relação a execução dos restos a pagar não processados, observou-se uma execução de 42,4% dos saldos inscritos no exercício de 2018, e os saldos dos exercícios anteriores foram integralmente pagos ou cancelados.

Execução Orçamentária por Ação

Segue abaixo o quadro com a execução orçamentária referente ao exercício de 2019, por Programas e Ações Orçamentárias da ANP autorizados na Lei Orçamentária Anual (LOA):

Tabela 28. Execução financeira por programa e ação orçamentária

Descrição	Valores R\$ Milhões			
Programa / Ação Orçamentária	LOA Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	16,3	16,1	16	15,5
0181 - Aposentadorias e Pensões Civis da União	16,3	16,1	16	15,5
0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	3,8	3,8	3,8	3,8
0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	3,8	3,8	3,8	3,8
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	0,01	0,01	0,01	0,01
000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0,01	0,01	0,01	0,01
0999 - Reserva de Contingência	1.865,7	-	-	-

0Z00 - Reserva de Contingência - Financeira	1.865,7	-	-	-
2022 - Combustíveis	49,3	39,9	28,4	28,4
212J - Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	49,3	39,9	28,4	28,4
2053 - Petróleo e Gás	49,1	40,3	31,5	31,5
15BM - Implantação do Centro de Rochas e Fluidos	10,3	7,8	2,4	2,4
2050 - Serviços de Geologia e Geofísica aplicados à Prospecção de Petróleo e Gás Natural	4,2	3,2	2,2	2,2
212K - Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural	34,5	29,3	26,9	26,9
213E - Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares	0,1	-	-	-
2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia	337,2	316,8	293,3	278,3
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Reg. de Prev. dos Servidores Públicos Federais	31,5	26,3	26,3	26,3
2000 - Administração da Unidade	110,3	96,6	73,6	73,2
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1,9	1,8	1,8	1,7
20TP - Pessoal Ativo da União	187,4	186,4	186,2	172,1
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	5,2	5	5	4,6
216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0,4	0,2	0,2	0,2
4641 - Publicidade de Utilidade Pública	0,5	0,5	0,2	0,2
Total Geral	2.321,4	416,9	373	357,5

Receita Orçamentária Líquida

Tabela 29. Receita orçamentária líquida

Fonte	Natureza de Receita	Valor R\$ Milhões	
		2019	2018
Recursos de Concessões e Permissões	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção	277,4	259,0
Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012	1.098,5	1.487,1
Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	Multas Previstas em Legislação Específica	189,3	253,9
Recursos Próprios Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	Serviços de Informação e Tecnologia	184,0	224,0
	Serviços Administrativos Gerais e outros	0,2	0,6
Total Geral		1.749,4	2.224,6

A tabela acima demonstra que no exercício de 2019 houve arrecadação de receitas pela ANP no valor de R\$ 1.749,4 milhões, sendo R\$ 184,2 milhões em recursos próprios diretamente arrecadados e R\$ 1.565,2 milhões em receitas com ingresso no Tesouro Nacional.

Em comparação ao exercício anterior, houve uma redução de 21,4% na arrecadação, sendo uma redução de 18,0% em receitas próprias e 21,7% em receitas do Tesouro.

A previsão de arrecadação de receita própria na LOA para o exercício de 2019 foi de R\$ 188,6 milhões. Já o valor efetivamente arrecadado foi de R\$ 184,2 milhões, equivalentes a 97,7% da receita estimada na LOA. No exercício de 2019, esses recursos foram utilizados para pagamento das despesas discricionárias e aquelas do PAC, conforme dotações orçamentárias previstas na Lei.

Observação: A previsão e a arrecadação extraordinária dos bônus de assinatura das rodadas de licitações ocorridas em 2019, mais as transferências recebidas pela ANP para pagamento de participações especiais, não fazem parte da análise da Receita Orçamentária Líquida.

A análise de valor que considera os valores arrecadados pelas rodadas de licitações e as transferências recebidas encontra-se no capítulo 7.1, "Resumo e principais fatos da situação financeira contábil".

Gestão de Crédito e Multas

A atividade de cobrança e acompanhamento das multas aplicadas pela ANP é feita pelo NGC – Núcleo de Gestão de Créditos. Anualmente no Relatório de Gestão são publicadas as informações do estágio de cobrança e as ações realizadas.

Conceitos relacionados ao estágio das multas aplicadas

- **Aplicadas** são as multas com base em autos de infração emitidos, devidamente ajustadas pelas eventuais majorações ou reduções. Não devem ser consideradas as que deram origem a Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) objeto de contraprestação em bens ou serviços;
- **Exigíveis** são as multas definitivamente constituídas, não pagas e que não tiveram sua exigibilidade suspensa por decisão judicial ou garantia apresentada em processo judicial;
- **Definitivamente constituídas:** sanção contra a qual não cabe mais recurso na esfera administrativa;
- **Arrecadadas** são as multas efetivamente recebidas no exercício por período de competência, livres de descontos;
- **Pendentes de inscrição no Cadin:** quantidade de devedores pendentes de inscrição no Cadin por ano de competência;
- **Multas por prescrição da pretensão executória:** espécie de prescrição quinquenal que atinge a ação de execução dos créditos decorrentes de multa de poder de polícia, cujo prazo se inicia com o trânsito em julgado administrativo das multas, conforme art. 1ª-A da [Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999](#). Salvo normativo interno ao contrário, deve-se ter como referência a data limite de três anos após o trânsito em julgado administrativo das multas;
- **Canceladas por decisão administrativa:** não devem ser consideradas as multas prescritas e as excluídas por erro operacional;
- **Suspensas administrativamente:** sanção com exigibilidade suspensa por decisão administrativa.

Tabela 30. Acompanhamento da arrecadação de multas - quantidade

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Quantidade																					
QUANTIDADES DE MULTAS																					
Multas Aplicadas		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)														Validação	
						Suspensas Administrativamente		Multas não inscritas no CADIN		Multas com Risco de Prescrição Executória		Outras		Total das Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período Competência			
						Período de Competência	Quantidade	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
2019	5.048	2.217	-	10	-	733	-	647	-	0	-	0	-	2.082	-	6	-	5.048	-		
2018	4.303	209	1.835	12	13	542	698	56	479	0	0	67	0	1.617	1.752	75	5	4.303	4.303		
Total	9.351	2.426	1.835	22	13	1.275	698	703	479	0	0	67	0	3.699	1.752	81	5	-	-		
Validação do Estoque de Multas Aplicadas		9.351	4.303																		

Tabela 31. Acompanhamento da arrecadação de multas - valores

ACOMPANHAMENTO DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS - Valores															
MONTANTE FINANCEIRO (R\$)															
Multas Aplicadas		Descontos		Arrecadadas		Canceladas Administrativamente		Processo Administrativo (Não Arrecadadas)						Validação	
								Suspensas Administrativamente		Multas Exigíveis e Definitivamente Constituídas		Demais Situações		Multas Aplicadas por Período de Competência	
Período de Competência	Valores	Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios		Exercícios			
		2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018		
2019	246.275.652,6	22.192.987,2	-	125.805.065,7	-	246.500,0	-	37.443.844,6	-	60.442.255,1	-	145.000,0	-	246.275.652,6	-
2018	366.163.520,1	0,0	21.048.898,4	16.886.145,6	53.023.383,6	874.500,0	544.500,0	41.378.628,2	51.384.836,2	232.012.464,4	181.922.770,7	395.000,0	58.239.131,2	366.163.520,1	366.163.520,1
Total	612.439.172,6	22.192.987,2	21.048.898,4	142.691.211,3	53.023.383,6	1.121.000,0	544.500,0	78.822.472,8	51.384.836,2	292.454.719,5	181.922.770,7	540.000,0	58.239.131,2	-	-
Validação do Estoque de Multas Aplicadas				612.439.172,6	366.163.520,1										

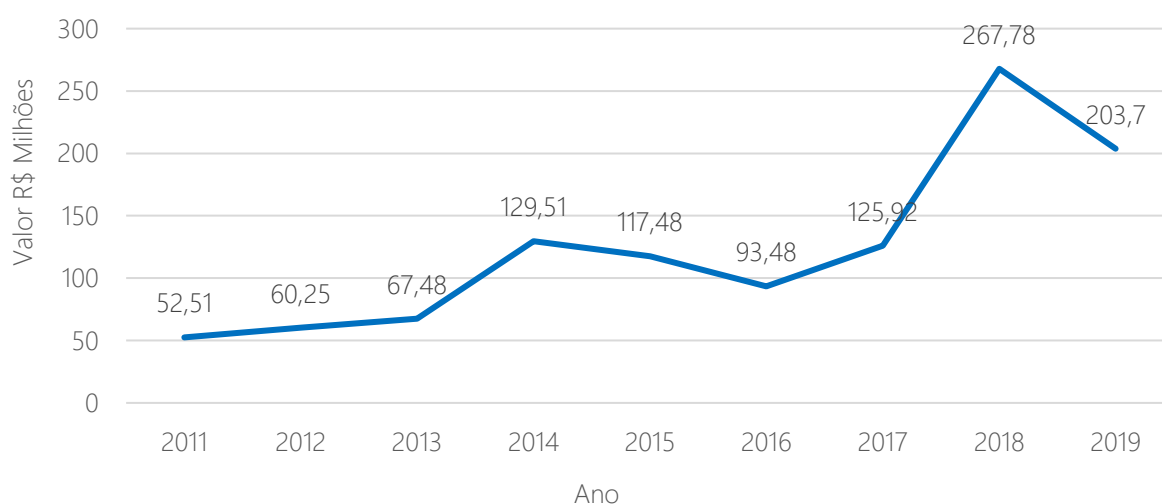
Tabela 32. Acompanhamento da arrecadação de multas – arrecadação efetiva

Período de Competência da Multa Aplicada	Valores efetivamente arrecadados R\$	
	Exercício 2019	Exercício 2018
2019	125.805.065,7	-
2018	16.886.145,6	53.058.890,9
Total	142.691.211,3	53.058.890,9

Arrecadação em 2019

O valor total arrecadado no exercício de 2019 foi de R\$ 203.702.637,59. É importante destacar que em janeiro de 2018 a ANP recebeu um pagamento de agente regulado do Upstream no valor de R\$ 141.599.961,30, referente a multa. Esse valor, é o responsável pela elevação do resultado apresentado no exercício de 2018.

Gráfico 26. Evolução da arrecadação de multas



Fonte: SIAFI

Parcelamento de débitos

Em 2019 foram homologados 1.142 parcelamentos de débitos que correspondem ao valor de R\$ 107.788.747,75. Este total considera os parcelamentos homologados administrativamente (R\$ 73.516.303,24), assim como os parcelamentos homologados pela Procuradoria Federal (R\$ 34.272.444,51), que é quem tem competência para realizar as homologações quando o débito está inscrito em dívida ativa da União.

Apesar do volume de processos apresentar uma queda em relação ao exercício anterior percebe-se que o volume financeiro parcelado foi significativamente maior, o que indica uma tendência do uso desta modalidade de pagamento para regularização dos débitos com valor mais expressivo.

Gráfico 27. Histórico de parcelamentos homologados de 2008 a 2019

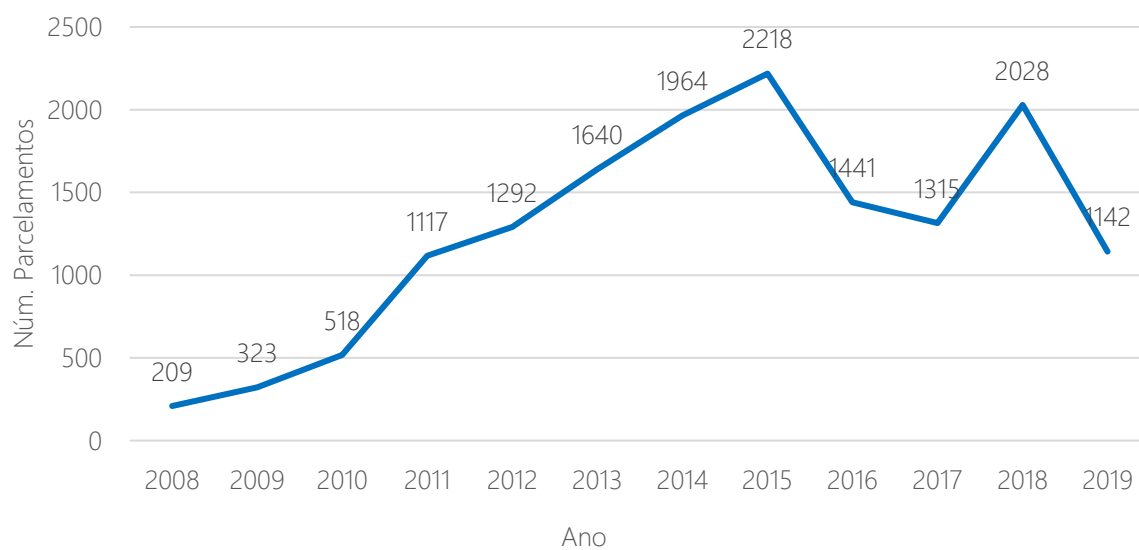
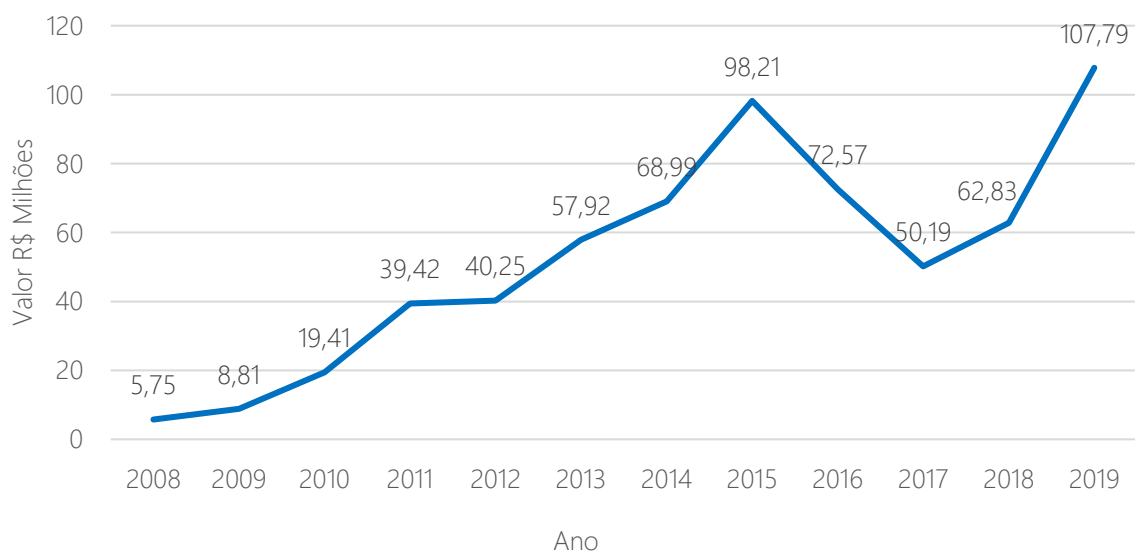


Gráfico 28. Histórico do volume financeiro homologado de 2008 a 2019

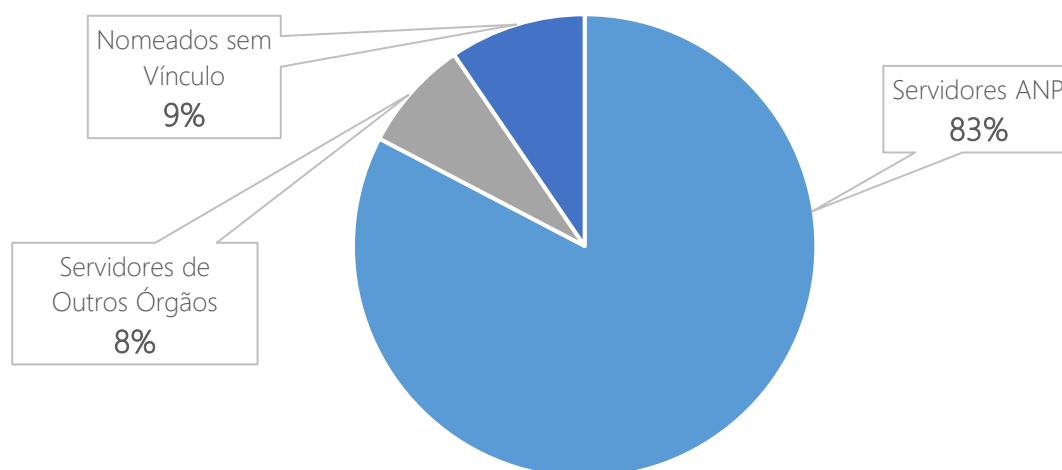


6.2. GESTÃO DE PESSOAS

Perfil dos Servidores da ANP

A ANP contava em 2019 com 855 servidores, sendo que desses 47 estão cedidos a outros órgãos, configurando uma força de trabalho de 808 servidores. Da força de trabalho abaixo apresentada, 83% é composto por servidores das carreiras previstas na [Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004](#), 9% por servidores sem vínculo com a administração pública e 8% por servidores de outros órgãos, cedidos à ANP.

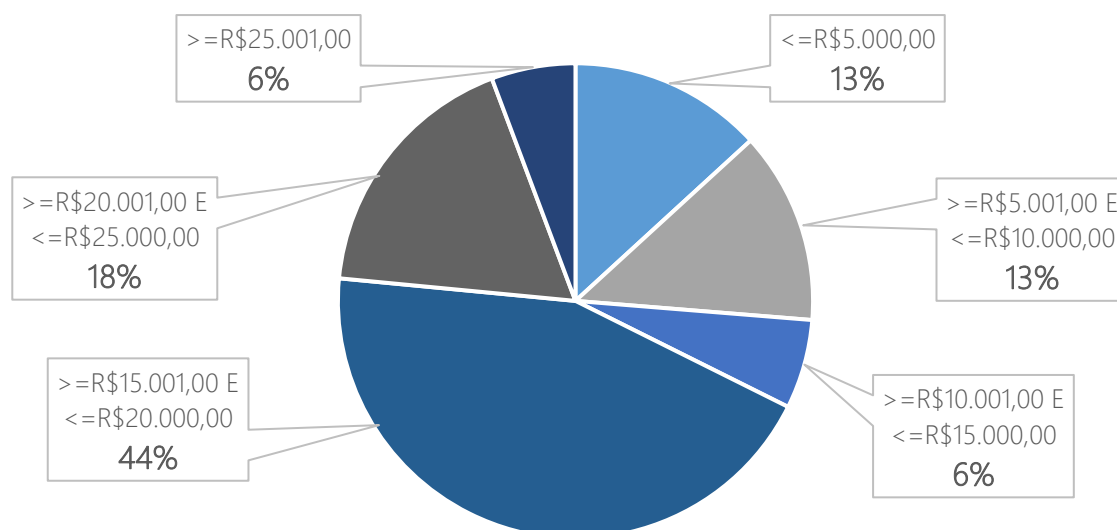
Gráfico 29. Força de trabalho da ANP



Distribuição dos Servidores por Faixa Salarial

Do total de servidores, cerca de 44% dos profissionais tem remuneração bruta superior a R\$ 15.000,00, congruente com o fato de a Agência ter um leque de projetos e processos desafiadores e atividades intelectualmente complexas, contribuindo também para a retenção de profissionais qualificados.

Gráfico 30. Faixa salarial dos servidores



Recrutamento e Seleção de Servidores

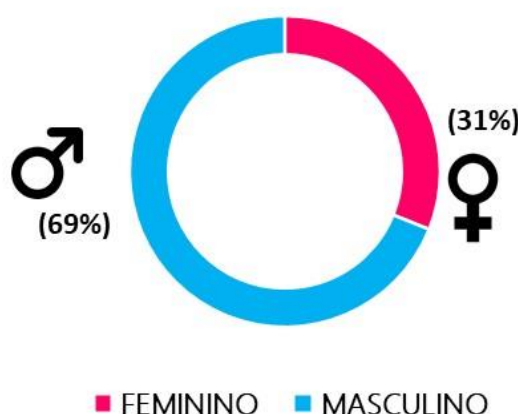
Atualmente, a Agência conta com 23 servidores movimentados de outros órgãos e diversos processos estão em andamento no Ministério da Economia. Além disso, a ANP pretende publicar novo edital para atrair profissionais de forma mais direcionada e efetiva para atuação nas Unidades com demanda imediata.

A seleção dos servidores passíveis de movimentação para a ANP é composta por análise curricular, entrevistas com psicóloga, servidores da área de gestão de pessoas e gestores da possível unidade de lotação, em que são verificadas adequação do candidato às competências técnicas e comportamentais requeridas pela posição e tipo de atividade a desenvolver. O processo tem contribuído para a absorção de profissionais que tem colaborado para o atingimento dos objetivos da ANP.

Distribuição por Gênero, Etnia e Portadores de Deficiência

Dos servidores da ANP, 31% são do gênero feminino, porém 90% desses ingressaram por meio de concurso público, o que impede a implementação de qualquer política que promova o equilíbrio.

Gráfico 31. Distribuição de servidores por gênero



De acordo com o [Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018](#) e a [Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014](#), 5% das vagas de concursos públicos são destinadas a portadores de deficiência e 20% a pretos e pardos respectivamente, normas vigentes seguidas integralmente pela ANP.

Tabela 33. Distribuição dos servidores por etnia

Etnia	Quantitativo
Amarela	10
Branca	682
Indígena	1
Não informado	3
Parda	134
Preta	25
Total geral	855

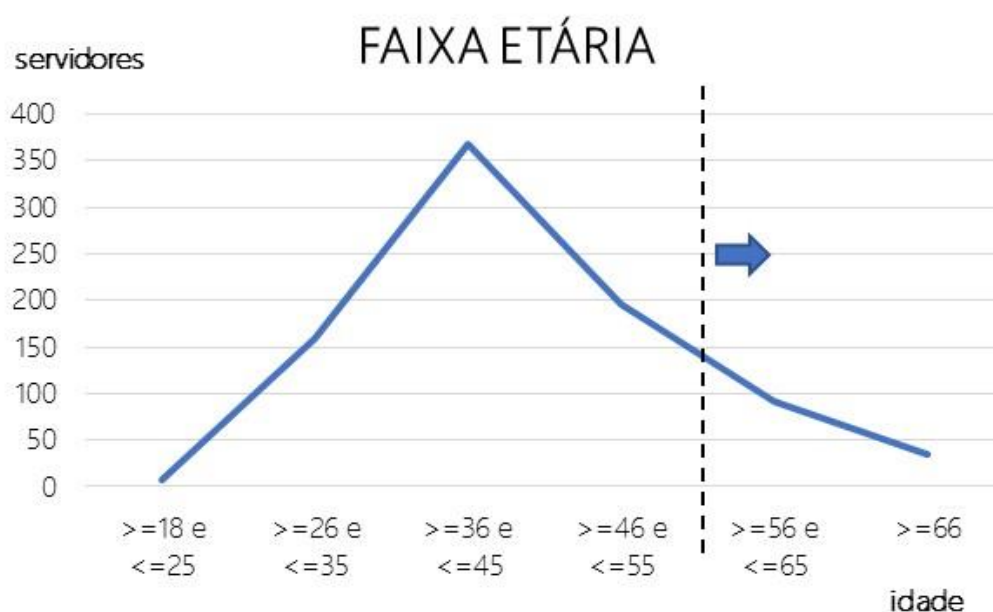
Tabela 34. Quantitativo de servidores com deficiência

Deficiência	Quantitativo
Deficiente Auditivo	4
Deficiente Físico	20
Deficiente Visual	8
Total geral	32

Análise de Faixa Etária

Com relação a faixas etárias, destacamos que cerca de 15% dos servidores tem mais de 56 anos. Assim, a ANP está atenta e focada em desenvolver políticas de retenção do conhecimento, preparação dos servidores para aposentadoria e processos seletivos para substituição da força de trabalho, como solicitação de novo concurso ao Ministério e publicação de novo edital da [Portaria MP nº 193, de 3 de julho de 2018](#).

Gráfico 32. Quantitativo de servidores por faixa etária



Folha de Pagamento e Pensionistas

A folha de pagamento da ANP relativa a pensionistas e aposentados é relativamente enxuta, visto que a ANP foi criada no final da década de 90.

No exercício de 2019, em comparação com o de 2018, não houve aumento significativo nas despesas com pessoal, tendo em vista que não ocorreu reajuste ou aumento salarial. Sendo assim, a diferença se dá apenas pela progressão e promoção concedida aos servidores do quadro efetivo.

Destacam-se também: o aumento do número de aposentadorias e pensões civis concedidas em 2019 e a redução da despesa com encargos sociais (RPPS) em razão da migração de parte dos servidores para o regime de previdência complementar (Funpresp).

Tabela 35. Dotação e execução de despesas com pessoal

Descrição	Dotação e Execução de Despesas com Pessoal R\$					
	2018		2019		Diferença (%)	
Ação / Plano Orçamentário	Dotação	Liquidado	Dotação	Liquidado	Dotação	Liquidado
0181 - Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	14.191.618,0	14.021.097,0	16.169.105,0	16.058.014,0	13,93%	14,53%
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	31.663.221,0	29.040.990,0	31.512.000,0	26.289.937,0	-0,48%	-9,47%
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.888.260,0	1.770.461,0	1.901.436,0	1.806.252,0	0,70%	2,02%
20TP - Ativos Cíveis da União	187.051.186,0	183.796.076,0	187.424.293,0	186.150.640,0	0,20%	1,28%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	5.300.343,0	5.067.926,0	5.198.305,0	4.999.734,0	-1,93%	-1,35%
PO 0001 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores Cíveis e de Empregados	572.920,0	560.546,0	595.568,0	575.441,0	3,95%	2,66%
PO 0003 - Auxílio-Transporte de Cíveis	81.791,0	76.732,0	91.021,0	76.571,0	11,28%	-0,21%
PO 0005 - Auxílio-Alimentação de Cíveis	4.552.188,0	4.371.457,0	4.418.272,0	4.296.191,0	-2,94%	-1,72%
PO 0009 - Auxílio-Funeral e Natalidade de Cíveis	93.444,0	59.191,0	93.444,0	51.531,0	0,00%	-12,94%
TOTAL	240.094.628,0	233.696.551,0	242.205.139,0	235.304.577,0	0,88%	0,69%

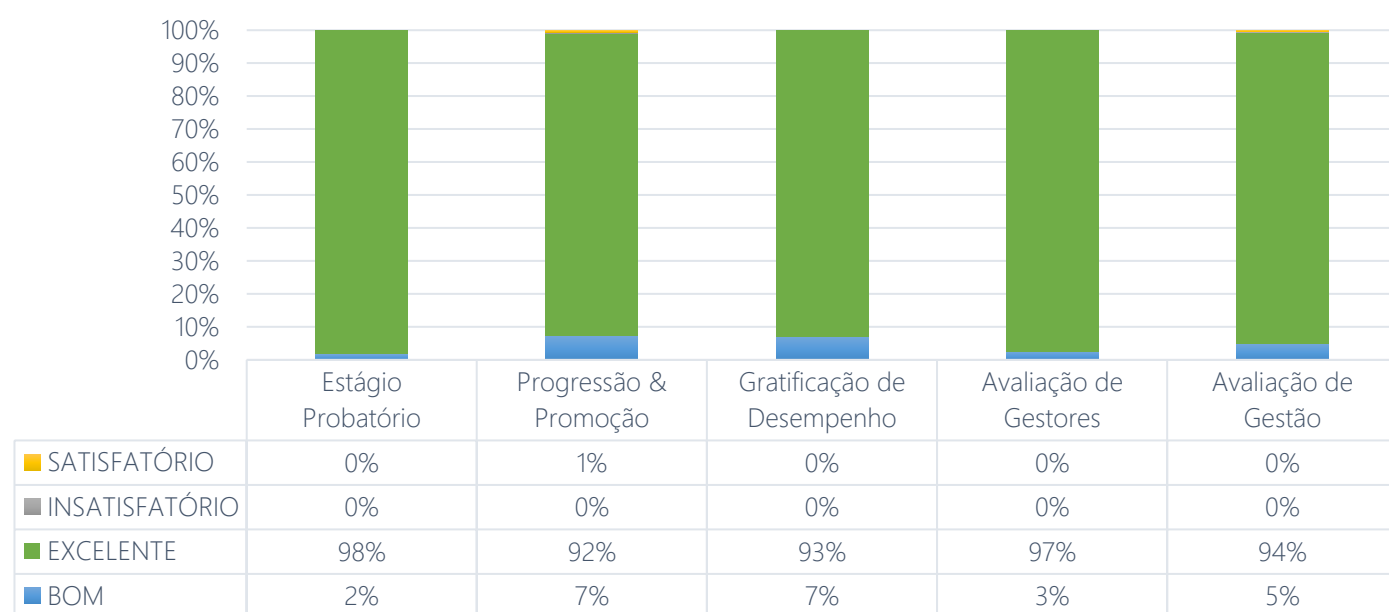
Avaliação de Desempenho

Em 2019, a ANP concentrou esforços na reformulação e desburocratização das avaliações de desempenho, valorizando ainda a gestão por competências. O sistema de avaliação passou por várias modificações:

- notas foram substituídas por conceitos;
- a autoavaliação passou a ser opcional;
- foi adicionada a funcionalidade "feedback" para todos os membros da equipe, sem necessidade de atribuição de conceitos; e
- foi criado o perfil "Avaliador Responsável" para possibilitar que, sob delegação dos gestores, os próprios coordenadores avaliem as suas equipes.

A simplificação do processo considerou as mudanças oriundas da implementação do subsídio, bem como alinhou a ANP à desburocratização e simplificação administrativa, procurando incentivar ainda mais o uso dos planos de trabalho individuais e dos pontos de verificação quadrimestrais. No ciclo 2018-2019, as médias das notas recebidas pelos servidores da ANP foram:

Gráfico 33. Resultado a avaliação de desempenho de servidores



Promoção e Progressão

Um total de 346 servidores foram aprovados na Promoção e Progressão, sendo:

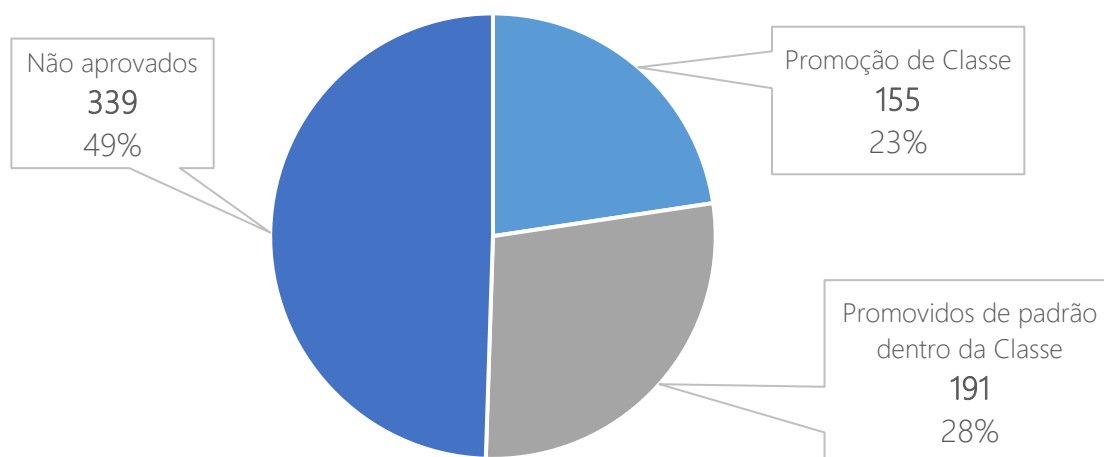
- 155 promovidos de classe (de A para B, ou de B para Especial);
- 191 progredidos de padrão dentro da mesma classe.

Somados a estes, 339 servidores não foram aprovados na Promoção e Progressão, por não terem cumprido o requisito horas de capacitação ou titulação, ou nota mínima na avaliação. Houve um grande número de não aprovações, pois 319 servidores estavam no padrão B-V que exige maior tempo de efetivo exercício de acordo com a formação do servidor.

No Estágio Probatório, em fevereiro/2019 foi homologado o estágio probatório de 41 servidores, oriundos do concurso público de 2013 e ingressaram na Agência entre 2014 e 2015. Para 2020, está prevista a homologação de 34 servidores que ingressaram na ANP em 2017 e 2018.

Atualmente apenas os servidores do Quadro Específico recebem Gratificação de Desempenho, e durante o exercício de 2019 todos receberam o valor máximo da gratificação em decorrência do resultado da Avaliação de Desempenho.

Gráfico 34. Resultado da promoção e progressão de servidores



Perfil de Escolaridade e Tempo de Serviço na ANP

Gráfico 35. Quantitativo de servidores por tempo de serviço

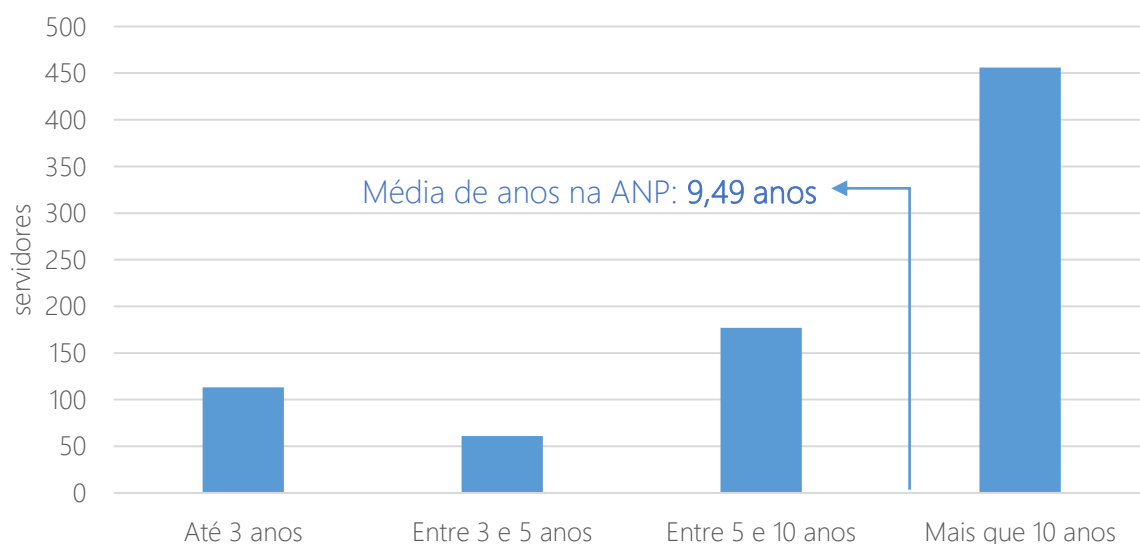
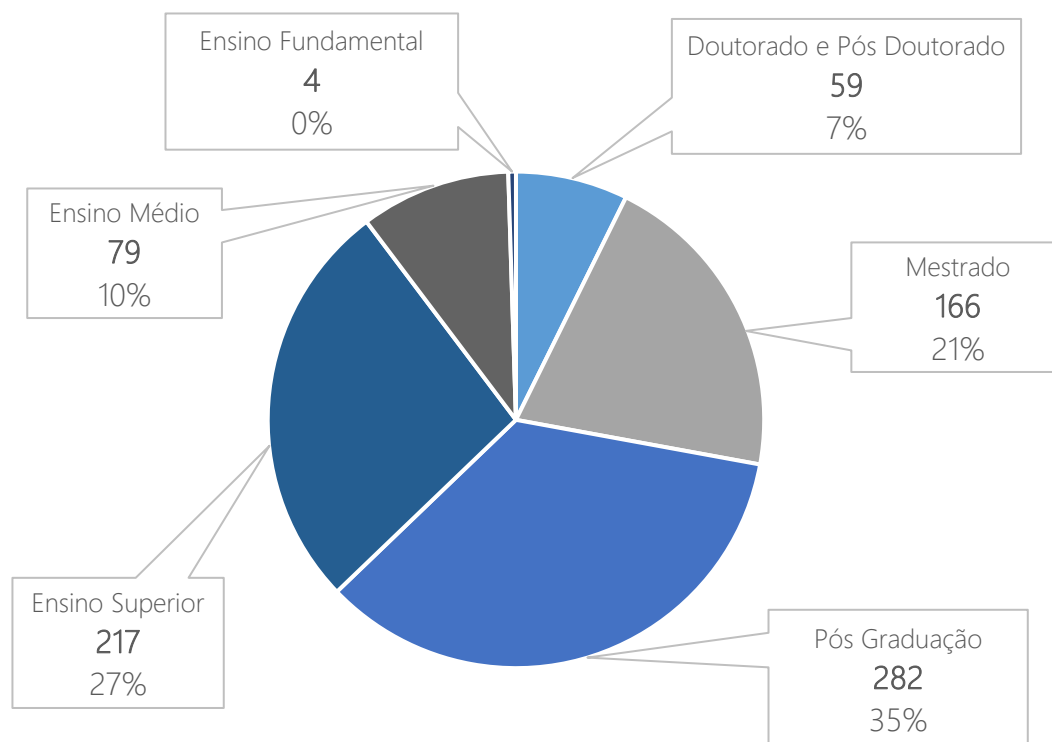
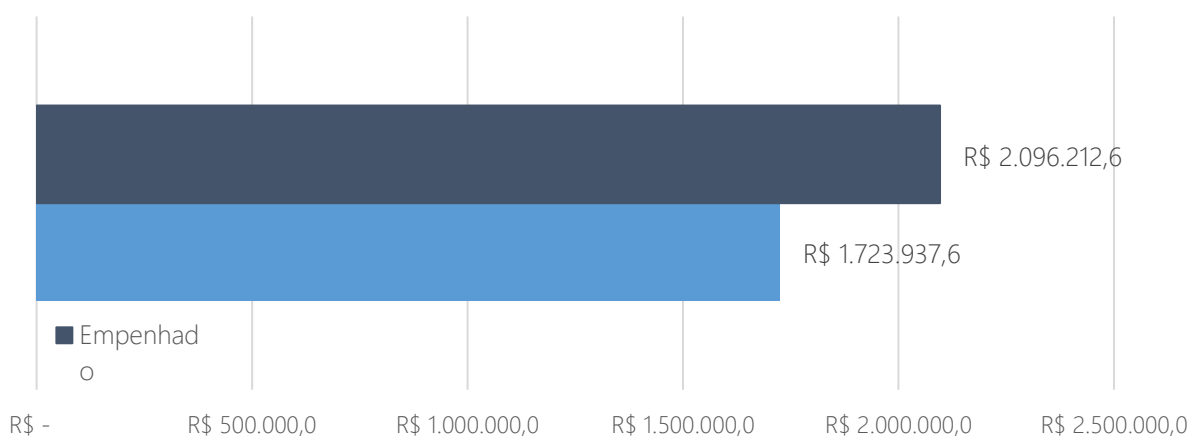


Gráfico 36. Perfil de escolaridade dos servidores



Dados do Orçamento de Gestão de Pessoas

Gráfico 37. Investimentos em gestão de pessoas - empenho e execução



Ações de Capacitação

Tabela 36. Servidores capacitados em 2019

Total de Servidores	807
Meta de Capacitação	683
Resultado Alcançado	645

Cursos de Longa Duração

A ANP aprovou e deu início a 35 cursos de longa duração em 2019, que representaram R\$ 1.015.383 em investimentos, com uma carga horária total de 18.141 horas.

Da mesma forma outros 24 cursos tiveram sua conclusão no mesmo ano, com um total em investimentos no montante de R\$ 229.388 e carga horária de 15.570 horas certificadas e aprovadas pela ANP.

Gráfico 38. Cursos de longa duração com início em 2019 - Investimentos por natureza

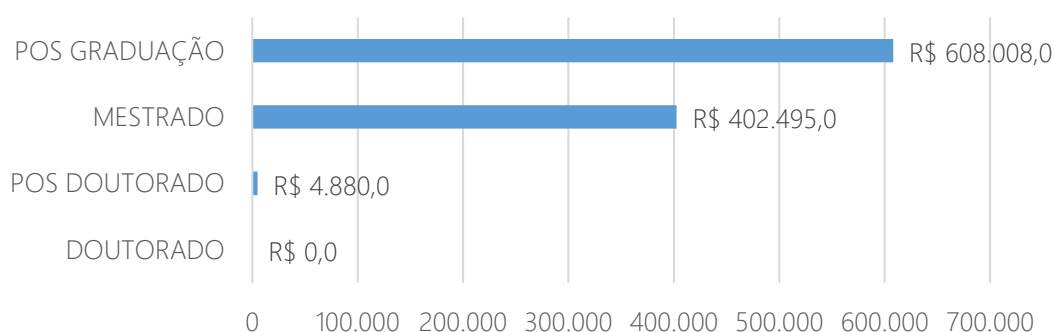


Gráfico 39. Cursos de longa duração com início em 2019 - Participações por natureza

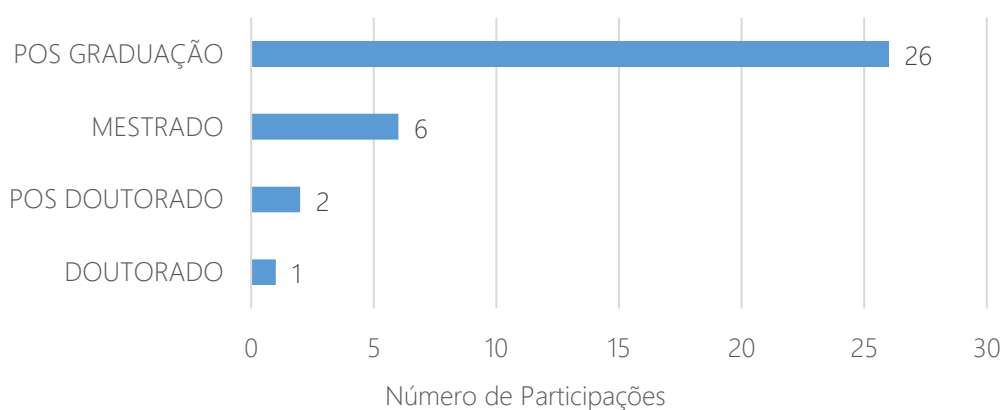


Gráfico 40. Cursos de longa duração concluídos em 2019 - Investimentos por natureza

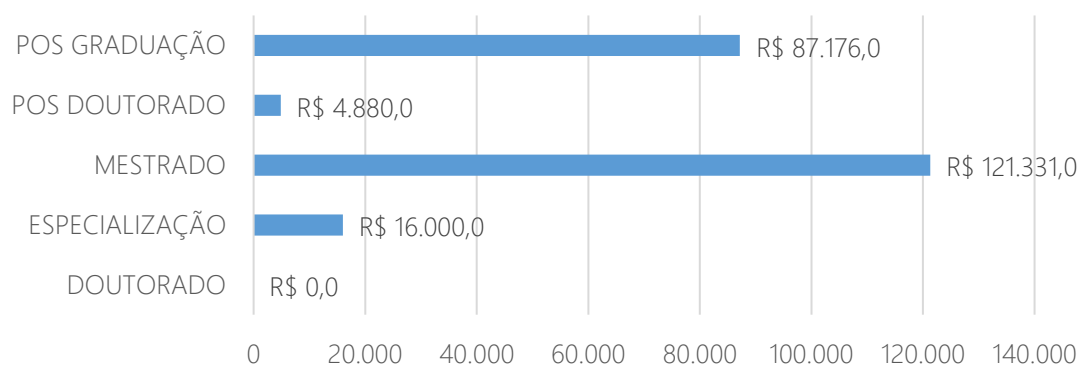
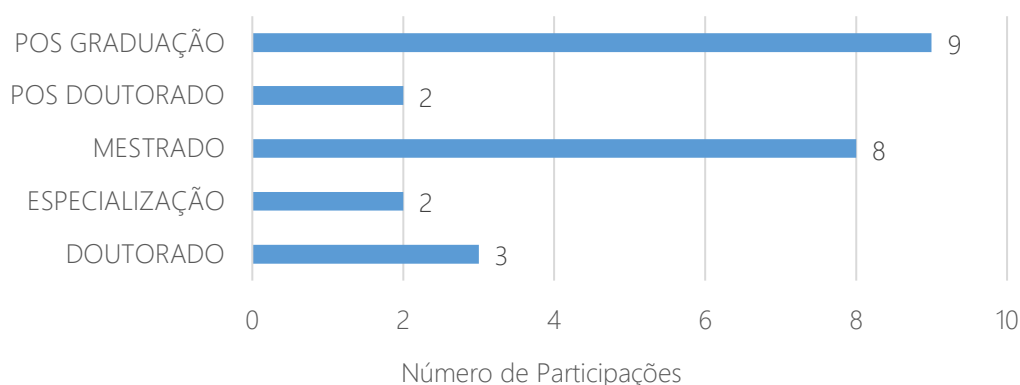


Gráfico 41. Cursos de longa duração concluídos em 2019 - Participações por natureza



Metas para 2020

A ANP, além de permanecer implementando políticas de gestão de pessoas que fornecem serviços de qualidade e celeridade que valorizam o potencial humano e o clima organizacional, estabelece novas metas para o ano de 2020 a fim de estimular ainda mais a organização e eficiência dos serviços prestados. Dentre as principais ações para 2020, destacam-se:

Administração de Pessoal:

- Reformulação do programa de estágio da ANP, instituindo nova metodologia de processo seletivo, conforme novo dispositivo legal.

Gestão do Conhecimento:

- Implementação dos Assentamentos Funcionais Digitais, para contribuir com as iniciativas de desburocratização, simplificação administrativa e maior transparência;
- Nova fase de implementação da Gestão de Conhecimento, com desdobramento da sistemática nas unidades.
- Continuidade do projeto de Sistematização da Gestão do Conhecimento, que encadeará o processo de aprendizagem organizacional, o compartilhamento da informação e a memória organizacional.

Planejamento de Pessoal:

- Formulação de nova política para ocupação de cargos comissionados, incluindo metodologias de assessment;
- Realização de processo seletivo para absorção de profissionais de outros órgãos da administração pública;
- Reformulação da política de remoção;
- Adequação das estruturas internas das unidades às necessidades específicas de descentralização geográfica da ANP;
- Aprimoramento das ferramentas de gestão, tendo em vista as novas tendências em gestão de pessoas;
- Evolução do processo de gestão do clima organizacional.

Desenvolvimento de Pessoas:

- Nova etapa do processo de reformulação da avaliação profissional, com a absorção de metodologias ágeis no processo de gestão por competências, bem como adesão às ferramentas do Office 365;
- Execução das trilhas de desenvolvimento com crescente adequação às necessidades das áreas e à gestão de competências.

Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:

- Ampliação das iniciativas de saúde ocupacional nas unidades regionais.

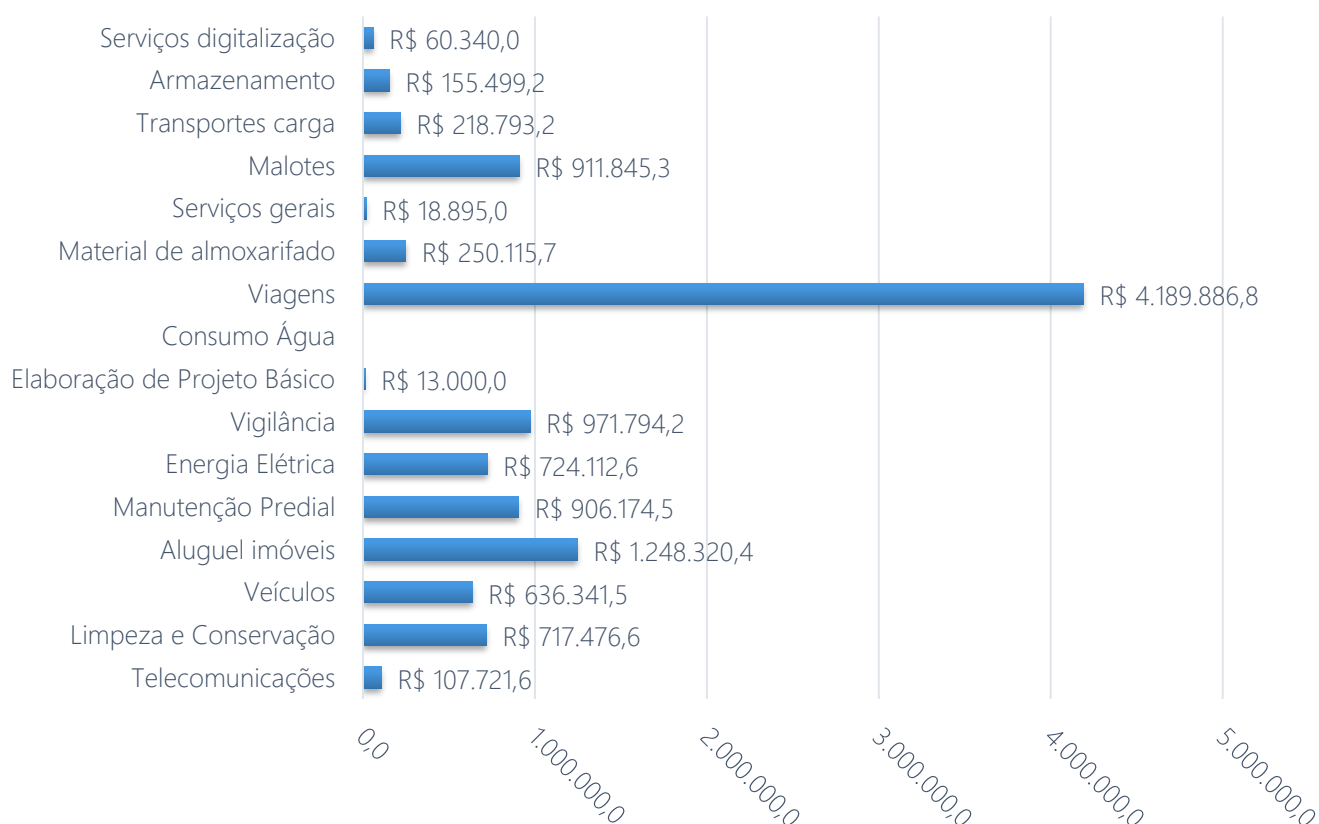
6.3. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

As aquisições e contratações de bens e serviços e a gestão e fiscalização de contratos são realizadas na ANP seguindo principalmente a [Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993](#), a [IN SEGES/MP n° 5, de 26 de maio de 2017](#), IN ANP n° 004/1999 (instrução interna, ainda não disponível no sítio ANP) e modelos disponibilizados pela Câmara Permanente de Licitações e Contratos Administrativos-CPLC da AGU.

Contratações - Escritório Central no Rio de Janeiro

As contratações administrativas realizadas pela ANP para o Escritório Central perfizeram um total de R\$11.130.316,00, classificados conforme a tabela abaixo, com valores expressos em R\$:

Gráfico 42. Contratações do Escritório Central



Contratações mais relevantes

Participação no Registro de Preços para a contratação do TaxiGov - Justifica-se diante da necessidade de assegurar o transporte terrestre dos servidores, empregados e colaboradores a serviço da ANP, resultando uma economia anual estimada de R\$ 190.529,62 em relação ao valor inicialmente contratado, equivalente a aproximadamente 29,93% ao ano.

Participação no Registro de Preços para contratação de serviços de telefonia - Justifica-se diante da necessidade de assegurar o bom e regular funcionamento da entidade, permitindo a comunicação de voz entre a ANP e instituições públicas e privadas em todo o mundo, viabilizando a troca de informações, bem como as relações institucionais, harmonizando-se a referida necessidade com os objetivos delineados na Agenda Estratégica da ANP, acarretando uma economia anual estimada de R\$ 377.109,06.

Contratação de serviços para elaboração de projetos básicos - A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de projetos básicos de arquitetura e de instalações prediais visa atender a [Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#), que estabelece a necessidade de acesso público e gravação em meio eletrônico do processo decisório, levando forçosamente à revisão da arquitetura do prédio e um layout mais adequado e funcional para ampliação da transparência nas decisões da Diretoria Colegiada.

Contratações diretas - participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização.

Tabela 37. Quantitativo de aquisições por tipo de compra

Licitações	60
Compras Diretas (Dispensa de Licitação)	73
Inexigibilidade de Licitação *	108
Contratos celebrados	67
Aditivos e Apostilas	127
Atas de Registros de Preços	24

* Principais Tipos de inexigibilidade de licitação: serviços de Seleção e Treinamento

Principais desafios e ações futuras

- Preenchimento do sistema PGC e elaboração do Plano Anual de Contratações - PAC da ANP para o ano de 2021, conforme previsto na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 1, de 10 de janeiro de 2019](#).
- Implantação de um sistema de planejamento, gestão e fiscalização de contratos administrativos, permitindo que a alta gestão tenha uma visão sistêmica e integrada de todos os contratos e instrumentos correlatos a nível institucional, além de conferir padronização de procedimentos de gestão e fiscalização.
- Redução de custos com a adesão ao Taxigov, do novo contrato de terceirização de tecnologia de informação, com a renovação das impressoras e scanners multifuncionais.
- Conserto e manutenção dos arquivos deslizantes da ANP, no Arquivo Central.

- Formalização de acordos de cooperação entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e outros órgãos da Administração Pública, com finalidade de movimentação temporária de empregados.
- Realização de importações diretas de equipamentos e insumos relacionados a projetos de pesquisas. Dessa forma a viabilização dessas aquisições nessa modalidade é inédita na agência e além de inovadora representa um desafio para sua operacionalização. Essa realização prevê uma redução de 40 a 50% dos custos de aquisição.
- Aquisição de equipamentos novos em substituição aos atualmente instalados no CPT, que representam uma melhora de performance nos requisitos ambientais, de racionalização de consumo de insumos naturais e energéticos.

6.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

O registro do Patrimônio Imobiliário da ANP é feito por meio do SPIUNet, conforme as orientações da SPU-MPOG. A gestão do patrimônio observa as normas emitidas pela STN – Ministério da Economia (Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público).

Desfazimento de Ativos

Foi finalizado um processo de desfazimento de ativos (bens inservíveis), no valor de R\$ 1.275.486,14. Outros dois processos permanecem em andamento seguindo o fluxo administrativo interno;

Foram realizados três processos de doação, referente a diversos bens inservíveis remanescente dos edifícios, especialmente após as reformas ocorridas entre 2014 a 2018;

Foram doados a universidades equipamentos científicos do Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) no valor total de R\$ 459.205,62. Eles foram doados no mesmo processo de transferência para a ANEEL de mobiliários para as salas de posto médico e aparelhos de ar-condicionado no montante de R\$ 14.507,51;

Outros processos de desfazimento realizado foram o de bens inservíveis de informática, que somou R\$ 128.325,09, e o de bens administrativos inservíveis no valor de R\$ 26.203,94 em mesas, cadeiras, armários, estantes, entre outros.

Locações de Imóveis e Equipamentos

A ANP possui duas locações no Rio de Janeiro, sendo seis andares em prédio anexo ao Escritório Central – RJ, e o Edifício localizado no Bairro da Urca, mediante Contrato de Comodato com a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM.

Com o crescimento das atribuições de regulação e o aumento das metas institucionais, foram realizados concursos públicos para preenchimento do quadro efetivo, o que demandou a locação dos quatro andares acima mencionados, os quais permitiram adequar a estrutura da ANP com a demanda então existente. O imóvel na Urca é ocupado pela ANP desde o ano 2000 para fins de alocação de sua infraestrutura computacional e operação do Banco de Dados de Exploração e Produção – BDEP.

O Escritório Regional de São Paulo (ESP) continuou a ocupar dois imóveis locados, em prédio comercial localizado no bairro de São Judas.

A sede do ESP compreende um andar inteiro, incluindo os respectivos mezaninos, cujas instalações são modernas e seguras, portanto, mais adequadas às operações regionais.

O Escritório Regional de Salvador (ESA), do mesmo modo, manteve o seu funcionamento em duas salas alugadas (2801 e 2802) em prédio comercial de padrão e com localização adequados às suas atividades.

Tais imóveis locados encontram-se devidamente cadastrados no sistema SPIUNet, conforme instrução do Manual Geral do SPIU e recomendação da Auditoria, com os respectivos dados atualizados.

As despesas com reformas iniciais de instalação e a manutenção corrente dos imóveis locados são de responsabilidade da ANP, haja vista a necessidade de adaptar os imóveis locados aos requisitos para funcionamento de um órgão público, tanto sob o aspecto de qualidade do ambiente de trabalho, assim como de segurança e controles de acesso. Algumas despesas eventuais, decorrentes de melhorias acessórias e/ou necessidades estruturais dos imóveis locados são assumidas pelo locador.

Tabela 38. Contratos de locação

Despesas Aluguel ANP	Aluguel Anual R\$	Condomínio Anual R\$	Repasse Consumo Anual R\$	TOTAL R\$
Escritório Sede Rio de Janeiro	1.249.391,5	399.445,4	0,0	1.648.837,0
Escritório Urca BDEP	0,0	0,0	602.226,0	602.226,0
Escritório São Paulo	570.765,6	96.648,0	0,0	667.413,6
Escritório Salvador	429.712,2	133.541,3	0,0	563.253,5
TOTAL	2.249.869,3	629.634,7	602.226,0	3.481.730,0

Mudanças e Desmobilizações Relevantes

A CPRM, proprietária do imóvel que a ANP ocupa por meio de Contrato de Comodato na Urca, comunicou a intenção de retomar o imóvel para fins de integração com o Museu de Ciências da Terra, de forma que foi realizada movimentação do pessoal alocado na ANP na Urca e respectivos bens patrimoniais mediante locação de espaço anexo ao Escritório Central da ANP.

Principais Desafios e Ações Futuras

- A gestão do condomínio do Escritório Central da ANP iniciou o planejamento da contratação de empresa para realizar os estudos técnicos para substituição e modernização dos equipamentos de refrigeração central (chillers), com previsão de conclusão dos estudos em 2020.
- Conclusão do processo de implantação com a migração dos dados do atual sistema de gestão de patrimônio móvel (ASI) para o SIADS, conforme determinação do Ministério da Economia.

- A ANP, em conjunto com a ANEEL, pretende reformar as fachadas e coberturas para estancar problemas recorrentes de goteiras e infiltrações, melhorando também a imagem institucional das Agências Reguladoras.
- Para 2020 estuda-se fazer adesão à Central de Compras do Governo Federal, permitindo redução de estoques individuais e de diversos custos na gestão dos materiais de expediente.

6.5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

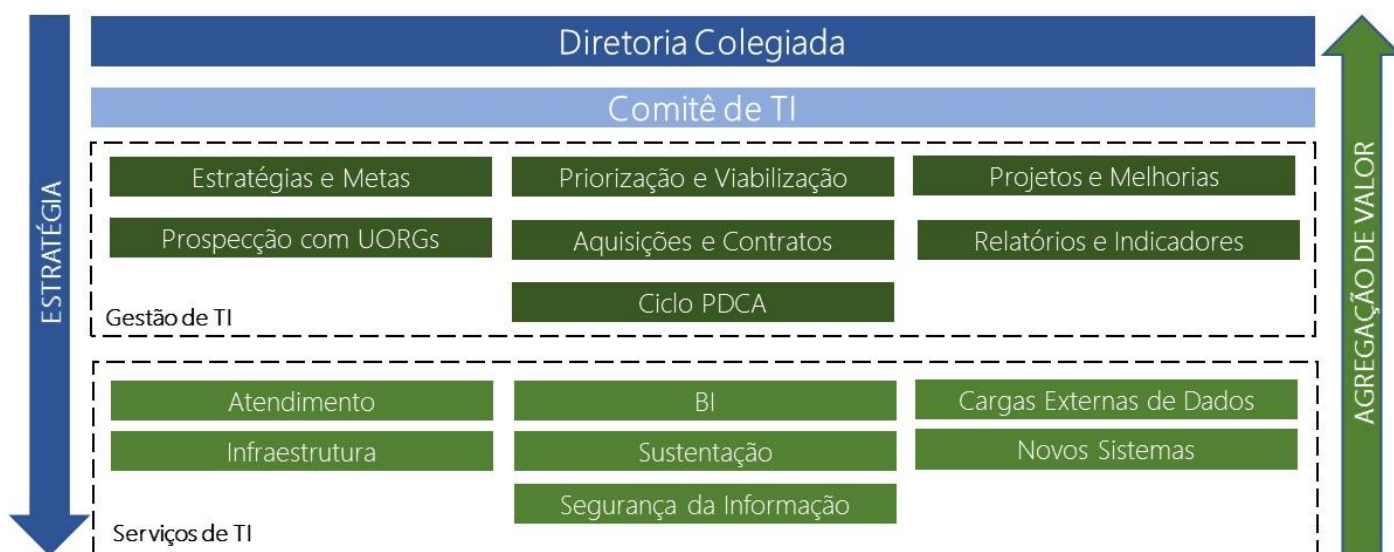
A Superintendência de Tecnologia da Informação da ANP, STI, realiza suas atividades segundo os seguintes normativos:

- Plano Anual de Contratações: [IN nº 1, de 4 de abril de 2019](#).
- Boas práticas, vedações e orientações: [Portaria STI/MP nº 20, de 14 de junho de /2016](#).
- Política de Governança Digital: [Decreto nº 8.638, de 15 de Janeiro de 2016](#).
- Regimento Interno da ANP: [Portaria ANP nº 69, de Abril de 2011](#).

Modelo de Governança de TI

O [Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016](#) trouxe a perspectiva da ampliação do acesso à informação e do estímulo da participação da Sociedade nas políticas públicas de governo. A aplicação deste instrumento promoveu à ANP maior amadurecimento da Governança em que o planejamento e execução de programas, projetos e processos focam o resultado na abordagem centrada no cidadão. A atuação do Comitê de TI da ANP, regulado pela [Portaria ANP nº 369, de 3 de Agosto de 2017](#), tem dado o direcionamento para a implementação da Estratégia Corporativa, arbitrado questões transversais a toda a Instituição, priorizado as demandas advindas das unidades organizacionais e acompanhado os projetos. Atualmente, a Governança e Gestão de TI estruturam-se desta forma:

Figura 24. Modelo de Governança de TI



As demandas encaminhadas pelas áreas requisitantes são priorizadas para constarem no PGC, quando ensejam contratação, para o próximo exercício.

A partir do ano de 2019 os novos projetos desenvolvidos adotaram a abordagem Ágil. Dadas as experiências e as lições aprendidas vivenciadas com os times contratados do referido ano de exercício e a necessidade de agilizar as entregas sucessivas, otimizou-se o processo do ciclo de desenvolvimento de novos sistemas.

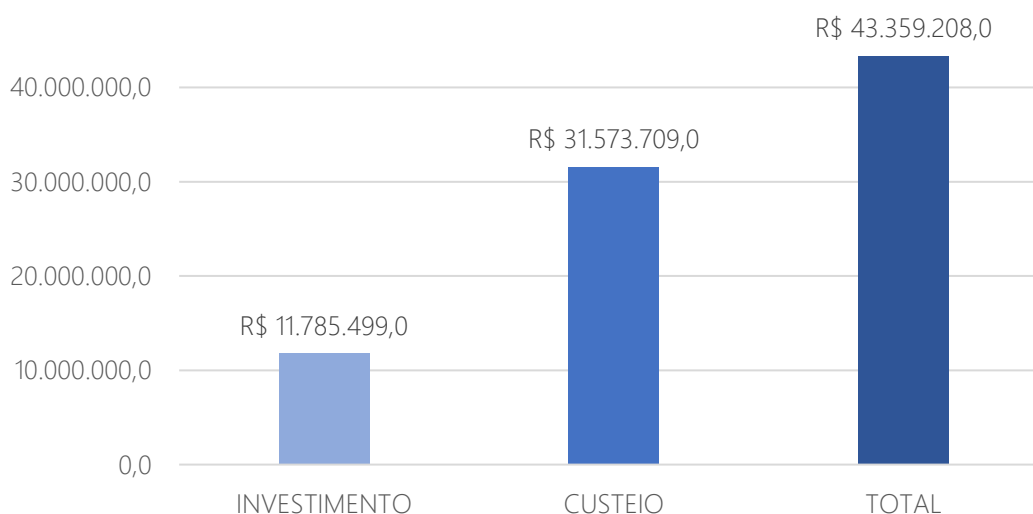
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), é o instrumento de alinhamento entre as estratégias organizacionais e os planos de TIC, e foi aprovado para o ciclo de 2020 a 2022 na Reunião de Diretoria Colegiada nº 1005, de 12 de dezembro de 2019, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, podendo ser acessado em <http://www.anp.gov.br/acoes-e-programas/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao>

Montante de Recursos Aplicados em TI

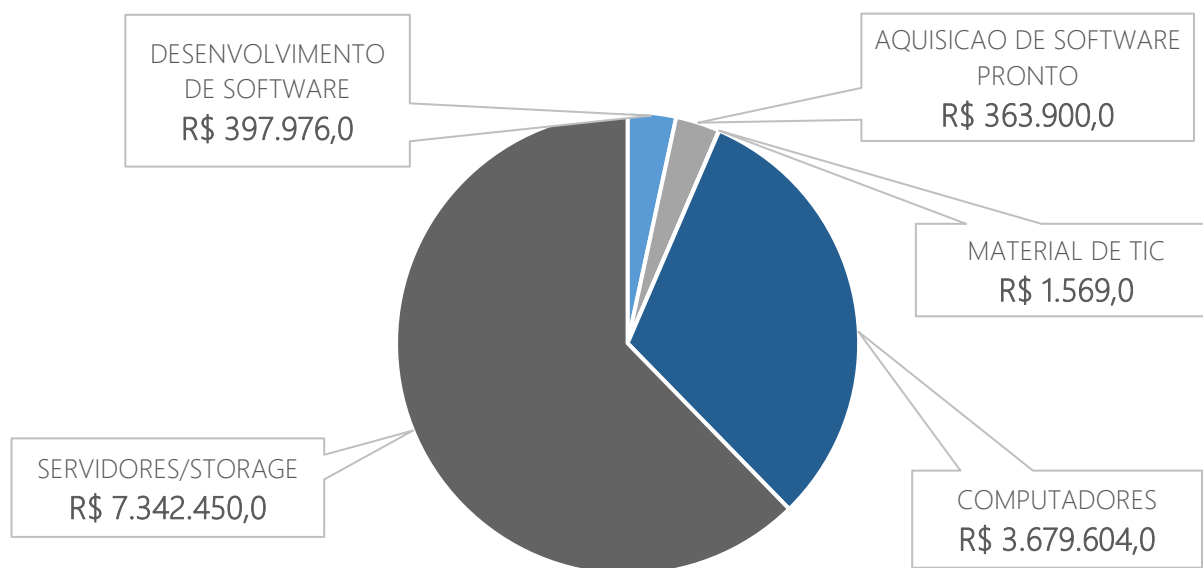
Em 2019, a ANP realizou gastos de TI na ordem de R\$ 43 milhões, considerando despesas e investimentos.

Gráfico 43. Execução das despesas de TI empenhadas



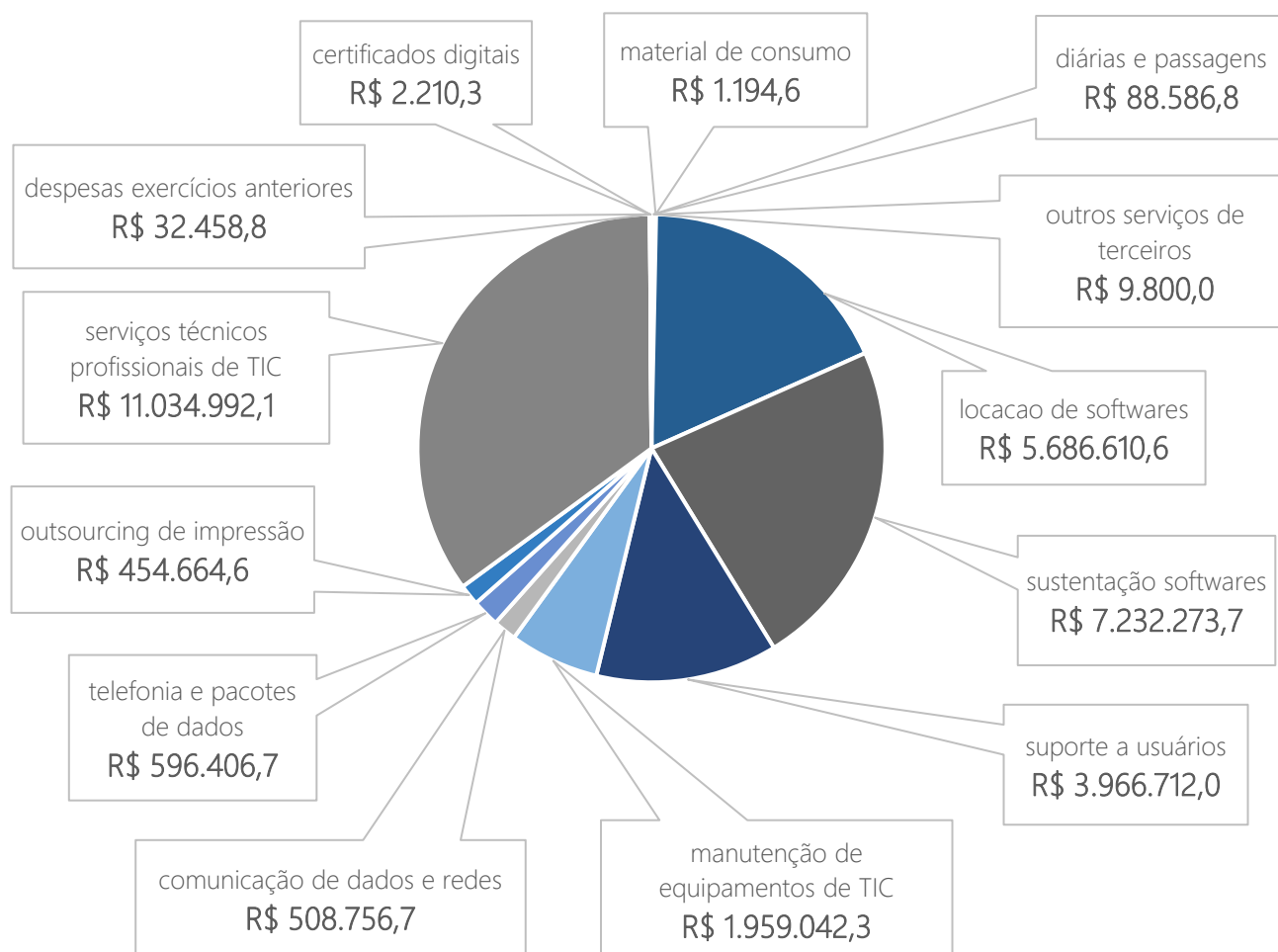
Investimentos de TI

Gráfico 44. Investimentos realizados de TI



Despesas de TI

Gráfico 45. Perfil das despesas de TI empenhadas



Contratações mais Relevantes de TI

- Aquisição de 50 licenças BI Oracle. Ampliou-se o quantitativo de licenças para fazer frente à crescente demanda interna por soluções de relatórios analíticas;
- Desenvolvimento de aplicativo para celular com informações sobre preço e qualidade de combustíveis - Aplicativo de Qualidade e Preço - ANP no Posto;
- Sistema para cadastramento das firmas inspetoras e simulação da nota de eficiência energética - RenovaCalc;
- Aquisição de solução integrada de hiper convergência para datacenter, incluindo serviços de instalação, configuração, migração, suporte, manutenção e operação assistida;
- Serviços de outsourcing de impressão;
- Serviços de suporte e manutenção em 87 switches – equipamentos de rede – e 19 módulos Cisco e de 12 Switches Extreme;
- Serviços de manutenção preventiva, corretiva e suporte técnico para as salas cofre da ANP no escritório de Brasília e no escritório do Rio de Janeiro - Urca;



Principais Iniciativas em Sistemas e Projetos

O cenário encontrado de sistemas legados, APIs, múltiplos servidores de aplicação e diferentes bibliotecas de fornecedores tornaram insustentável a manutenibilidade e extremamente complexa a continuidade de atualização deste ambiente. Iniciou-se o enfoque a descontinuar sistemas e recursos não mais utilizados pelos demandantes originais e privilegiar a aquisição ou o desenvolvimento de soluções estruturantes que oferecessem suporte ao maior número de usuários.

Projeto Zumbis - Tem o objetivo de identificar quais são os sistemas e recursos obsoletos existentes na ANP, visando o seu total desligamento. Objetiva-se reduzir custos com a manutenção;

Projeto Arquitetura "- É +" - O projeto tem como objetivo primário viabilizar a entrega de novos sistemas, com aumento de eficiência e de qualidade, além da redução de prazo e custo, através da simplificação e da padronização da arquitetura utilizada para desenvolvimento de aplicações de cadastro da Agência;

Ações de Inovação Tecnológica

Solução de implantação da plataforma Microsoft Office 365 - Instituição do Escritório Virtual. Possibilita o trabalho contínuo dos servidores da Agência utilizando as mesmas ferramentas de trabalho interno;

Transmissão das Reuniões de Diretoria - Tornou mais transparente as deliberações das reuniões Ordinárias das Reuniões de Diretoria para toda a Sociedade.

Priorização de Demandas

Em razão do conjunto multidisciplinar de demandas, a gestão de TI da ANP as organiza em filas de priorização que são objeto de deliberação do Comitê de TI (CTI). Seguem listados abaixo, os produtos mais relevantes resultantes de implementação em cada uma destas filas e o valor agregado para as áreas que apresentaram as demandas:

Fila de BI (sistemas de consultas gerenciais)

Gestão da Produção de Biocombustíveis - Automatizou-se a verificação da qualidade dos dados declarados pelos agentes regulados e passou a gerar, de forma confiável e automática, os relatórios de biocombustíveis para serem disponibilizados na Internet;

Gestão da Infraestrutura e Movimentação - Relatórios analíticos sobre a infraestrutura e movimentação do gás e combustíveis líquidos;

Gestão do Investimento em Conteúdo Local – Tornou viável, da mesma forma como acontece para os contratos na Fase de Exploração, a verificação do cumprimento e o cálculo das multas por descumprimento de conteúdo local para os contratos na Etapa de Desenvolvimento da Produção;

Gestão da Qualidade de Combustíveis - Aprimorou-se todo o processo dos dados da qualidade de produtores de combustíveis, desde a etapa de recebimento de carga pela ANP até o devido tratamento. Conferindo-se assim dar maior celeridade e eficiência às atividades;

Relatórios das Ações de Fiscalização – A fiscalização do Abastecimento possui agora um conjunto de relatórios que oferecem maior inteligência às ações de fiscalização, ampliação da capacidade de planejamento e informações mais confiáveis para as recorrentes requisições de órgãos de controle interno, Ministério Público, Judiciário, Polícia, Secretarias de Fazenda e Imprensa;

Gestão da Produção de Hidrocarbonetos – Concessionárias por Campo (Participação Contratual do concessionário por Campo e Produção por Concessionário), Novos Atributos de Zona Produtora (Produção por Tipo de Rodada e Produção por Litologia) e Movimentação por Instalação (Histórico de Produção e Queima por Instalação, Movimentação das Plataformas Associadas a um Campo);

Gestão de Preços - Acompanha a evolução dos preços de alguns produtos por Produtores e Distribuidores, permitindo análises;

Fila de Carga Externa de Dados

Modificação do Relatório Final de Abandono de Poço – RFAP - Demanda de Carga. Objetivo: Verificação do alinhamento dos conjuntos solidários de barreira de segurança dos poços ao fim do abandono com o Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Integridade de Poços, exigido a partir da publicação da [Resolução ANP nº 46, de 1º de novembro de 2016](#);

Cargas de NCSB – Suporte ao envio de informações a respeito do alinhamento dos conjuntos solidários de barreira de segurança dos poços ao longo de seu ciclo de vida, exigido a partir da publicação da [Resolução ANP nº 46, de 1º de novembro de 2016](#);

Dados de Qualidade - Possibilitou aprimorar todo o processo dos dados da qualidade de produtores de combustíveis, desde a etapa de recebimento de carga pela ANP até o devido tratamento desses dados via relatórios analíticos.

Fila de Sistemas

ANP no Posto – Iniciativa da Diretoria Geral que consiste no propósito de dar à Sociedade transparência a respeito do preço e da qualidade de combustíveis;

RenovaCalc - Iniciativa de desenvolvimento da calculadora (simulação da nota de eficiência energética) baseada em dados enviados por agentes econômicos. Esse sistema visa ser um dos instrumentos de suporte à nova Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e tem por objetivo expandir a produção de biocombustíveis no Brasil, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e compatível com o crescimento do mercado;

Sistema RGP WEB – Registro Geral de Produto – Solução fornecida em atendimento à [Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014](#) e à [Resolução ANP nº 669, de 17 de fevereiro de 2017](#), que proporciona suporte sistematizado ao Registro de óleos e graxas e aditivos para óleos lubrificantes. O desenvolvimento se deu por meio da parceria entre o Ministério da Economia (ME) e a ANP. O sistema atenderá a mais de 300 agentes econômicos (produtores e importadores de óleos lubrificantes acabados) e contará com acesso externo para consulta por usuários /cidadãos (em atendimento à Lei de Acesso à Informação).

Fila de Atendimento

Compra de 80 Ultrabooks – A aquisição dos Ultrabooks proporcionou maior mobilidade da força de trabalho na utilização de dispositivos;

Aquisição de Computadores – Em consonância com deliberação do CTI a respeito da política de substituição do parque de computadores da Agência, com o auxílio da Chefia de Gabinete da Diretoria Geral, aderiu-se à Ata de Compras. Foram adquiridos 556 computadores.

Segurança da Informação

Com a aquisição da solução Microsoft Office 365, a ANP iniciou a implementação do serviço de identidade empresarial do Active Directory – serviço de autenticação Microsoft – o qual oferece login único e autenticação multifator para ajudar a proteger seus usuários contra a grande maioria dos ataques de segurança cibernética.

Além do serviço de proteção da identidade, implementamos a migração dos desktops para o Windows 10, aumentando a segurança e a disponibilidade do sistema operacional utilizados pelos usuários da ANP.

Principais Desafios e Ações Futuras

Capacitação em Métodos Ágeis para a força de trabalho da ANP por meio de Workshops desde a Diretoria até as Coordenações Gerais;

Continuidade da implantação da Abordagem Ágil nos times de projeto;

Implantação do Data Center Hiper convergente;

Estudo de viabilidade técnica de ferramenta de monitoramento – visa garantir o melhor uso da Infraestrutura da Agência;

Aconselhamento (“mentoring”) em Segurança Cibernética – visa apresentar o status atual da das soluções de segurança cibernética;

Hospedagem em datacenter dos equipamentos de Infraestrutura de TI atuais e da nova solução hiper convergente e futuras aquisições.

Projetos a Desenvolver

SDD - Sistema de Deliberação da Diretoria Colegiada: Este Sistema dá suporte à tomada de decisão e necessita migrar da plataforma IBM Notes e se ajustar ao Escritório Virtual de acesso externo implantado pela STI;

SPAC - Sistema de Solicitação de Ações de Capacitação: Migração da plataforma IBM Notes para a framework adotada pela Sustentação. Este sistema também passará a compor o conjunto de ferramentas do Escritório Virtual de acesso externo fornecido aos servidores;

Desenvolvimento da Nova Intranet – Devido à aquisição recente da plataforma Microsoft 365 e de modo a fazer melhor uso das soluções disponíveis, optou-se por implementar a nova Intranet da Agência utilizando o Sharepoint. As atividades previstas para estes projetos são: Redefinições do layout do site e da arquitetura da informação e a migração do conteúdo das informações da Intranet antiga;

Aquisição de Switches – equipamentos de rede – de usuários visando substituição pela obsolescência e limitação de velocidade dos atuais equipamentos em uso;

Serviço de WIFI visando oferecer à força de trabalho e aos visitantes suporte à internet de alta velocidade em rede sem fio em locais de grande movimento nas instalações internas do Escritório Central;

6.6. GESTÃO DE CUSTOS

A gestão da alocação dos custos da ANP e seu valor agregado está detalhada no capítulo 7.2, “Avaliação dos custos operacionais”.

6.7. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Sustentabilidade nas Contratações da ANP

Nas contratações a ANP busca adequar as especificações técnicas do objeto aos critérios e práticas de sustentabilidade indicados no [Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012](#), na [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010](#) e no [Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU](#), nos quesitos referentes à aquisição de bens constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.

Em observância ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis / GNLS, o desenvolvimento sustentável está associado a uma conjugação de, no mínimo, três esforços primordiais, observados pela ANP:

Bem-estar social

Utiliza-se cláusula padrão nas contratações de aquisições de bens e serviços, transcrito abaixo:

- Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da [Portaria nº 54, de 15 de outubro de 2004](#).

Desenvolvimento do Bem-estar social

Utiliza-se, quando aplicável, ou seja, não são itens produzidos no exterior (importados), as diretrizes abaixo, nas aquisições realizadas pela ANP:

- Sempre que possível, utilizar impressos com papéis certificados, caixas fabricadas com papel reciclado e incentivar o consumo consciente nos laboratórios.
- Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- Maior vida útil e menor custo de manutenção dos bens;
- Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

Preservação do meio ambiente

Causar o menor impacto sobre recursos naturais (flora, fauna, solo, água, ar); apagar as luzes, fechar as torneiras e reduzir o consumo de papel e do plástico e a separação de resíduos.

Redução do Consumo de Recursos Naturais e de Resíduos Poluentes

Ações Executadas pela ANP em 2019

- Coleta seletiva de lixo;
- Campanha e incentivo para utilização de escada quando o deslocamento for de apenas 1 ou 2 andares;
- No Escritório Central da ANP no Rio de Janeiro, redução de 27% no consumo de papel A4 para impressora, com política de conscientização de uso e implantação do controle de impressão exclusivamente por autorização individual do Servidor, passando o crachá na própria impressora;
- Controle de liga/desliga e de temperatura do ar-condicionado por compartimento;
- Reforma dos espaços com a utilização de lâmpadas LED, sistema de reuso de água no Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas (CPT) e aparelhos de ar-condicionado mais eficientes;
- Instalação da Usina Fotovoltaica nos telhados do edifício do EDF – Escritório Sede da ANP no Distrito Federal, conseguindo uma redução de 70% da energia predial consumida;
- No EDF, redução do uso de papel A4 em 2019, a média de consumo de resmas diminuída em 35%, de 84 unidades para 54;
- Instalação do sistema de reuso de água no CPT – Centro de Pesquisas Tecnológicas;
- A coleta de lixo condominial passou a ser efetuada, após celebração de convênio específico, por empresa local de reciclagem.

7. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

7.1. RESUMO E PRINCIPAIS FATOS DA SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTÁBIL

As demonstrações contábeis da ANP, incluindo Receitas e Despesas, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas, podem ser acessadas de forma detalhada em www.anp.gov.br/receitas-e-despesas



Resultado Financeiro

Tabela 39. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	2019 R\$	2018 R\$
Receita Orçamentária	84.582.952.010,3	737.548.903,7
Despesa Orçamentária	-21.453.848.843,9	-9.912.467.649,3
Resultado	63.129.103.166,4	-9.174.918.745,6
Transferências Financeiras Recebidas	41.099.491.834,1	9.806.539.658,1
Transferências Financeiras Concedidas	-104.986.410.068,9	-23.449.340.196,4
Resultado	-63.886.918.234,8	-13.642.800.538,3
Recebimentos Extraorçamentários	2.808.390.970,7	22.738.655.576,7
Pagamentos Extraorçamentários	-2.026.612.887,8	-51.873.135,3
Resultado	781.778.082,9	22.686.782.441,4
Resultado Financeiro do Exercício	23.963.014,5	-130.936.842,5

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

O resultado financeiro do exercício de 2019 importou no acréscimo superior a R\$ 23 milhões.

A redução do déficit em relação à 2018 foi de 118,30% e decorre especialmente do aumento das receitas orçamentárias e das transferências recebidas.

As receitas orçamentárias ordinárias, que não ocorreram em 2018, e vinculadas, referem-se ao grupo de Exploração de Recursos Naturais e foram superiores a 84,5 bilhões em 2019, em decorrência das rodadas de licitação realizadas no último quadrimestre de 2019.

Já no âmbito das transferências constitucionais e legais, os fluxos orçamentário e financeiro aumentaram significativamente, principalmente em razão da assunção da responsabilidade, que antes era do Ministério de Minas e Energia, pelo recebimento e transferência das participações pela produção de petróleo e gás natural aos Estados e aos Municípios, de acordo com o [Decreto nº 10.078, de 21 de outubro de 2019](#).

Resultado Orçamentário – Receitas

Os valores arrecadados no exercício de 2019 estão apresentados na tabela abaixo, comparados com o mesmo período do exercício anterior:

Tabela 40. Resultado orçamentário

Execução Orçamentária	2019 R\$	2018 R\$	Variação (%)
Receitas Correntes Realizadas	84.582.952.010,3	737.548.903,7	11.368,11

Tabela 41. Evolução da receita por espécie

Evolução da Receita por Espécie	2019 R\$	Composição (%)
Receita Patrimonial - Exploração de Recursos Naturais	84.209.438.835,2	99,56%
Receitas de Serviços – Serviços Administrativos	184.097.942,6	0,22%
Outras Receitas Correntes - Multas administrativas, contratuais e judiciais	189.412.621,1	0,22%
Indenizações, restituições e ressarcimentos	2.611,3	0,00%
Total	84.582.952.010,3	100,00%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

No exercício de 2019, a dotação da receita, inicial e atualizada de 2 bilhões, foi muito distante da efetivamente arrecadada em decorrência das rodadas de licitação realizadas no último quadrimestre de 2019, que geraram arrecadação em bônus de assinatura da ordem de R\$ 84 bilhões.

Resultado Orçamentário - Despesas

Foram empenhados valores superiores a R\$ 21 bilhões, cuja comparação com o exercício anterior é demonstrada da tabela a seguir:

Tabela 42. Despesas empenhadas

Despesas Empenhadas	2019 R\$	2018 R\$	Variação (%)
Despesas Correntes	21.432.324.902,6	9.898.551.565,1	116,52
Despesas de Capital	21.523.941,3	13.916.084,1	54,67
Total	21.453.848.843,9	9.912.467.649,3	116,43

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

Os valores empenhados são significativamente maiores tendo em vista a assunção, pela ANP, da responsabilidade pela transferência das participações pela produção de petróleo e gás natural aos Estados e aos Municípios, de acordo com o [Decreto nº 10.078, de 21 de outubro de 2019](#).

Do total empenhado, além da transferência das participações acima mencionada, os principais valores liquidados são apresentados na tabela a seguir:

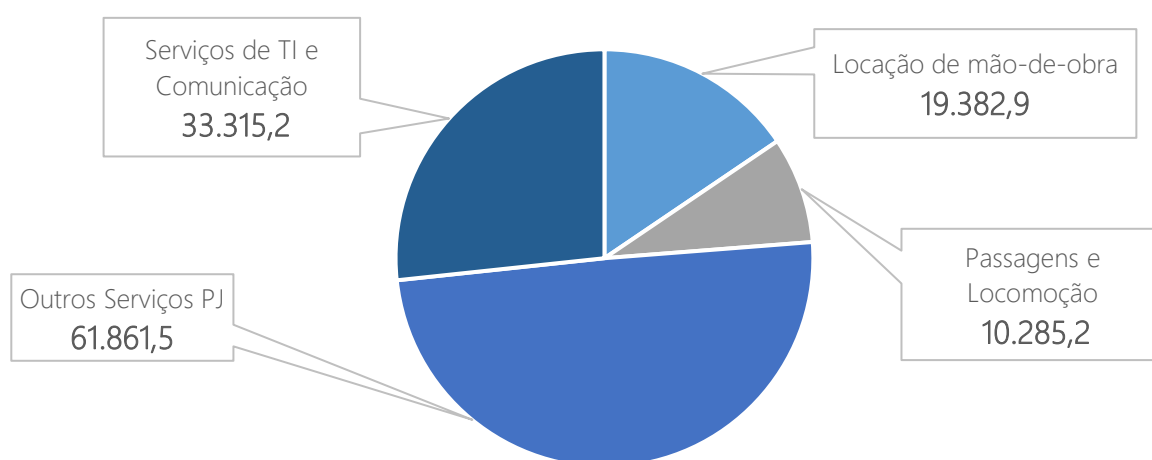
Tabela 43. Principais itens liquidados

Principais itens liquidados	2019 R\$
Pessoal e Encargos Sociais	229.994.131,9
Outras Despesas Correntes	139.700.620,3
Total	369.694.752,2

Fonte: Tesouro Gerencial, 2019.

Os gastos com locação de mão-de-obra contemplam, sobretudo, as despesas liquidadas com apoio administrativo (secretárias, recepcionistas, mensageiros, vigilância e limpeza entre outros). Já passagens e locomoção englobam passagens aéreas e/ou rodoviárias e contratos de locação de veículos com motorista para locomoção dos servidores em missão, conforme apresentado na tabela a seguir:

Gráfico 46. Perfil dos principais itens liquidados – despesas correntes



Valores em R\$ Mil

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD) e se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração.

As variações patrimoniais decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O Resultado Patrimonial apurado em 2019 foi superavitário em R\$ 190 milhões e está demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 44. Variações patrimoniais

Variações Patrimoniais	2019 R\$	2018 R\$	Variação (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	125.953.115.926,0	28.892.255.261,5	335,94
Variações Patrimoniais Diminutivas	125.762.377.796,3	28.727.083.910,2	337,78
Resultado Patrimonial	190.738.129,7	165.171.351,3	15,48%

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

A latente discrepância nas VPA/VPD de 2019 com relação a 2018 foi determinada em decorrência das receitas de bônus de assinatura provenientes das rodadas de licitação de áreas de petróleo, realizadas no último quadrimestre de 2019, assim como pela assunção da responsabilidade, que antes era do Ministério de Minas e Energia, pelo recebimento e transferência das participações pela produção de petróleo e gás natural aos Estados e aos Municípios, o que aumentou tanto a VPA como a VPD.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Contempla o numerário e outros bens e direitos conversíveis e evidenciados em moeda nacional. Em 31/12/2019, a ANP possuía um saldo superior a R\$ 939 milhões, relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa. O detalhamento destes saldos segue:

Tabela 45. Resultado de caixa e equivalentes de caixa

Descrição da Fonte	2019 R\$	2018 R\$	Variação (%)
Recursos Ordinários	16.129.951,1	1.116.428,5	1344,78
Pagam. ret. de área exploração ou produção - ANP	0,0	93.038,9	
Compensação Financeira para Exploração de Petróleo ou Gás Natural	0,0	628.635,2	
Multas do CNP/ANP	11.843.158,0	11.843.158,0	0
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	8.675,7	0,0	
Multas Legislação Lubrificantes Combustíveis ANP	105.711,4	0,0	
Recursos Financeiros diretamente arrecadados	11.568,9	56.705,1	-79,6
Recursos Diversos	22.525,9	23.111,2	-2,53
Serviços de informações Técnicas ANP	910.171.682,3	883.849.625,6	2,96
Serviços de informações Técnicas ANP Exercício Anterior	874.393,6	3.889.862,6	-77,52
Total	939.167.666,9	901.500.565,0	4,18

Fonte: SIAFI, 2019 e 2018.

Em suma, os recursos disponíveis correspondem às Taxas de Fiscalização, às Multas aplicadas aos agentes regulados, Royalties do Petróleo e Serviços de Informações Técnicas de dados prestados pela ANP ao mercado regulado, geradores de arrecadação de serviços de vendas de dados que ficam retidos em conta da ANP, mas com uso limitado aos gastos permitidos à ANP.

Ainda integram o Caixa e Equivalentes de Caixa, os saldos relativos a numerários em outros bancos. Estes referem-se às Garantias Contratuais, na modalidade caução em dinheiro, depositadas em contas abertas junto à Caixa Econômica Federal, por empresas contratadas pela ANP.

Tabela 46. Resultado de caixa e equivalentes de caixa – outros bancos

Outros Bancos	2019 R\$	2018 R\$	Variação (%)
Recursos Diversos	5.383.999,4	5.240.849,6	2,73

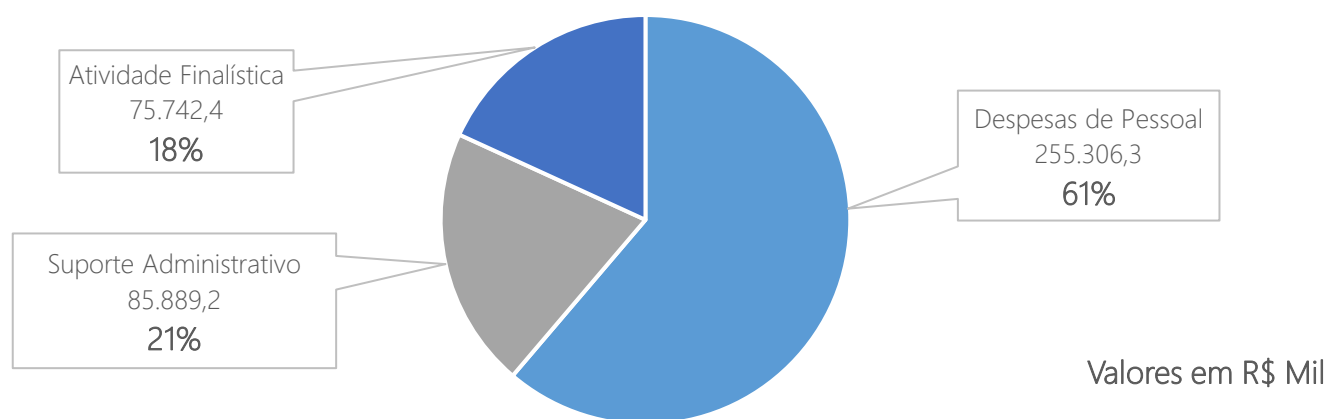
Fonte: SIAFI, 2019 e 2018

7.2. AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

A ANP está organizada com uma distribuição de custos por UGR e sua correlação com o SIORG, porém, ainda sem a criação de um centro de custos específico para realizar uma medição mais profunda dos macroprocessos.

Por meio da análise por UGR, podemos observar que as despesas de pessoal são o maior componente, e compreende os salários e encargos dos servidores da ANP, agrupados na rubrica “Despesas de Pessoal”, independentemente de sua alocação – finalística ou suporte:

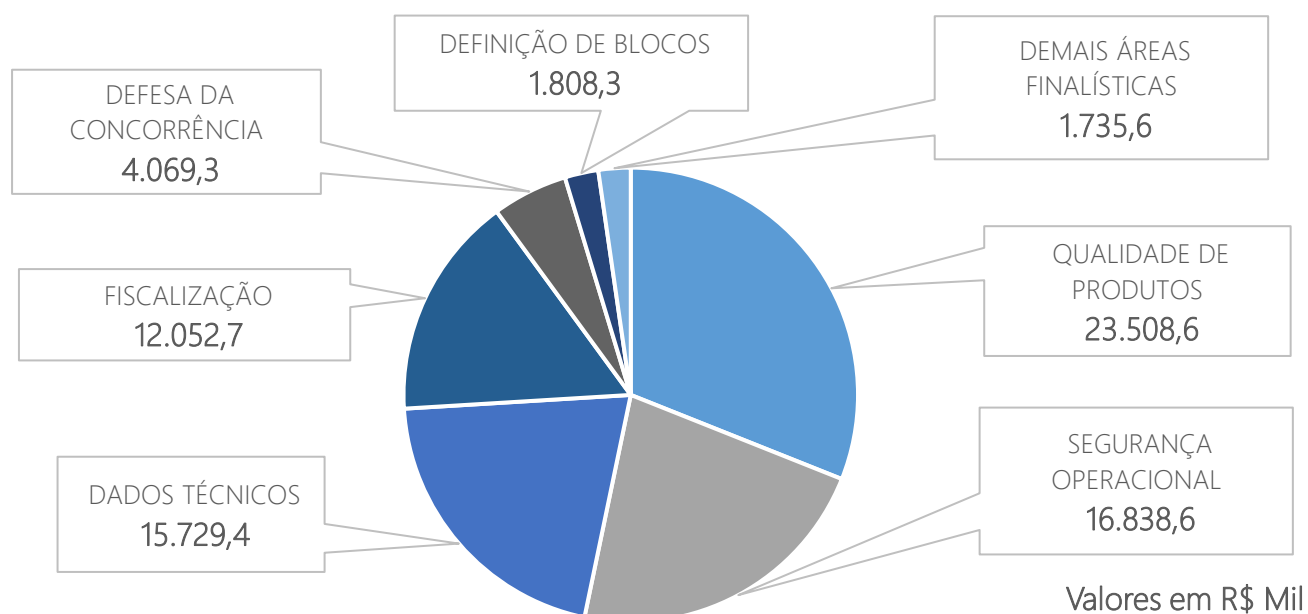
Gráfico 47. Distribuição de custos por tipo de despesa global



Dentro dos custos alocados à atividade finalística, a ANP tem como uma das principais missões institucionais a manutenção e o desenvolvimento dos Programas de Monitoramento da Qualidade do Combustíveis PMQC, o que pode ser observado pelo maior consumo de recursos finalísticos da ANP. Ademais, os resultados de consumo de recursos de segurança operacional e fiscalização reproduzem o trabalho desenvolvido na promoção da segurança e fiscalização dos agentes regulados.

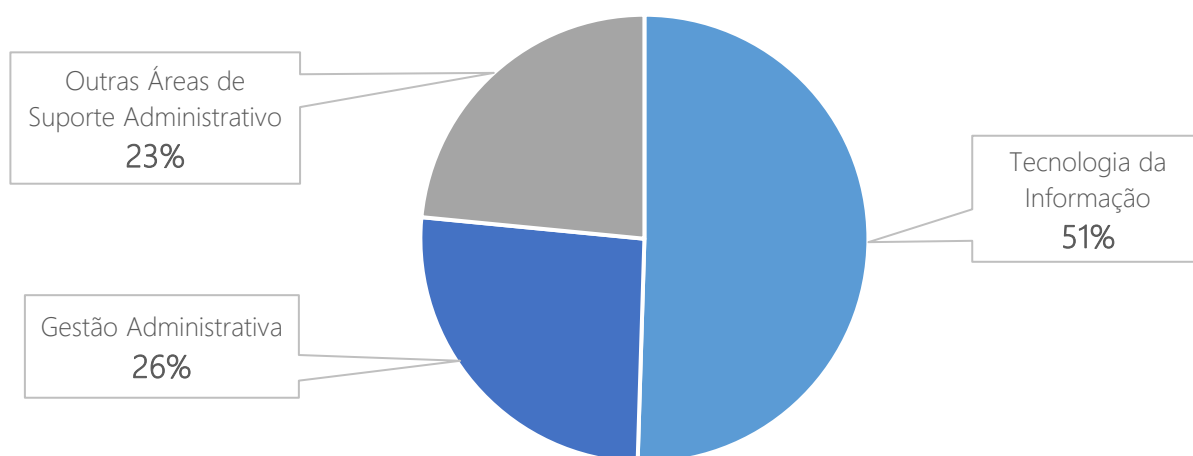
Por sua vez, a atividade de gestão de Dados Técnicos foi importante consumidora de recursos da área finalística, com o desenvolvimento da estrutura para a melhor disponibilização dos dados técnicos ao público, com aquisição de servidores e robôs para comercialização, armazenamento e manutenção dos dados técnicos da indústria de petróleo e gás natural.

Gráfico 48. Perfil das despesas finalísticas empenhadas



No que concerne às áreas que executam a função de suporte administrativo, a área de Tecnologia da Informação que em 2019 foi a unidade que mais consumiu recursos no âmbito das atividades de Suporte, pois cumprindo a missão institucional da ANP, houve a aquisição de bens e serviços de alto valor para a modernização e consequente melhoria da estrutura de TI.

Gráfico 49. Distribuição dos custos por área de suporte administrativo



Mesmo com a situação econômica do país em recuperação, a ANP conseguiu um resultado operacional 15,48% melhor que 2018, gerando um resultado pouco superior a 190 milhões, conforme demonstrado na seção "Resultado Patrimonial", e no detalhe nas Notas Explicativas encontradas no sítio da ANP e referenciadas neste relatório. Os custos operacionais tiveram uma oscilação muito pequena em relação à 2018 e mesmo assim, foi um ano de grandes avanços, frente aos desafios de pôr em prática as rodadas de licitações.

No âmbito dos resultados não financeiros, a agência assumiu, por conta do [Decreto nº 10.078, de 21 de outubro de 2019](#), status de setorial financeira e orçamentária e seus reflexos exigiram mais e melhores controles e responsabilidades. Fato é que os resultados operacionais, financeiros ou não, se aproximaram bastante do satisfatório, em relação ao cumprimento da missão da agência no ano de 2019.

7.3. NORMAS LEGAIS E TÉCNICAS ADOTADAS

As demonstrações contábeis em questão, apresentadas neste relatório e no sítio da ANP, no endereço www.anp.gov.br/receitas-e-despesas, são o Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Todas as mensurações estão baseadas nas diretrizes nas normas a seguir:

- [Lei nº 4320, de 17 de março de 1964](#)
- [LRF nº 101, de 4 de maio de 2000](#)
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas NBC T e NBC T SP
- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), Manual de Tratamento Orçamentário (MTO) da Secretaria do Tesouro Nacional e Manual SIAFI, todos em suas últimas edições.
- Pareceres das áreas: Auditoria Interna, Procuradoria e Gestão de Riscos.

7.4. O SETOR DE CONTABILIDADE DA ANP

O setor de Contabilidade da ANP é formado pelos seguintes servidores, profissionais experientes em gestão de contabilidade e custos:

Tabela 47. Servidores do setor de contabilidade

Nome	Cargo / Responsabilidades	Formação	Atuação na Área
Felícissimo Cardoso Neto	Contador Geral / Superintendente Adjunto SFO	Contador	01/1998 – atual
Thiago da Silva Telles Constantino	Analista Administrativo / Coordenador	Contador	10/2015 – atual
Wilhelson Vieira de Jesus	Analista Administrativo	Contador	10/2015 – atual
André Luis Figueira Vallim	Analista Administrativo	Contador	10/2015 – atual

7.5. CONCLUSÕES DE AUDITORIA FINANCEIRA E CONTÁBIL

Com base no relatório de auditoria interna 004/2016, desenvolvido com base no disposto nos artigos 70, caput, e 74, inciso II da [CF/88](#), no artigo 16, inciso I, do [Regimento Interno da ANP](#) e no capítulo X da [IN nº 1, de 6 de abril de 2001](#) da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU, foram realizadas 10 recomendações, onde 8 tinham espectro contábil / financeiro / orçamentário. Desses 8 itens, 4 já foram concluídos com êxito e outros 4 estão em fase de implementação e/ou discussão com as áreas responsáveis pelo fornecimento das informações de forma estruturada, com previsão de conclusão até o final do exercício de 2020. Tais itens são apontados mensalmente quando do registro da conformidade contábil do SIAFI e também se encontram ressaltados na Declaração Anual do Contador.